

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ

André Vinicio Bialeski Vieira

Um Sertão ao Sul:

Caboclos, monges e o poder público nas interpretações dos militares sobre o
Contestado (1914-1936)

Rio de Janeiro
2025

André Vinicio Bialeski Vieira

Um Sertão ao Sul:

Caboclos, monges e o poder público nas interpretações dos militares sobre o Contestado
(1914-1936)

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Hochman

O presente trabalho foi realizado com apoio de Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) - Código de Financiamento 001.

V658s Vieira, André Vinicio Bialeski.
Um Sertão ao Sul: Caboclos, monges e o poder público nas interpretações dos militares sobre o Contestado (1914-1936) / André Vinicio Bialeski Vieira. -- 2025.
148 f. : il.color, fotos.

Orientador: Gilberto Hochman.
Dissertação (Mestrado Acadêmico em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz - Fundação Oswaldo Cruz, 2025.
Bibliografia: f. 136-143.

1. Guerra. 2. Violência Étnica. 3. Militares. 4. História do Século XX. 5. Brasil. I. Título.

CDD 303.485

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Marise Terra Lachini - CRB-7-7564
Biblioteca de História das Ciências e da Saúde

André Vinicio Bialeski Vieira

Um Sertão ao Sul:

Caboclos, monges e o poder público nas interpretações dos militares sobre o Contestado
(1914-1936)

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovada em: 18 de março de 2025

Banca Examinadora

Prof. Dr Gilberto Hochman
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientador

Prof^a. Dr^a. Tânia Salgado Pimenta
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dr. Rogério Rosa Rodrigues
(Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina)

Suplentes:

Prof^a. Dr^a. Tamara Rangel Vieira
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dr. Cristiano Enrique de Brum
(Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS)

A todo o povo caboclo, que até hoje sofre as consequências da violência do Estado brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, embora carregue o meu nome como autor, só se tornou possível graças a uma rede de pessoas e instituições que me acompanharam, tornando imprescindível esse momento de reconhecimento. Primeiramente, gostaria de agradecer à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo investimento financeiro em minha pesquisa.

Agradeço também a Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC-FIOCRUZ) pelo acolhimento e a proporção de uma estrutura que incentiva jovens pesquisadores. Tudo isso só foi possível graças ao apoio dos técnicos da secretaria – com destaque para Viviane, Paulo, Thayná e Sandro –, dos terceirizados e dos professores, como André Felipe, Maria Rachel, Gisele Sanglard, Rômulo Andrade, Simone Kropf e Tânia Salgado Pimenta. Em diferentes momentos, tive contato com esses professores em disciplinas, sendo acolhido e incentivado por eles. Também agradeço ao Centro de Referência Hélio Fraga, alojamento que me recebeu no processo de mudança para o Rio de Janeiro.

Pesquisadores como Alexandre Karsburg, Christiane Maria Cruz de Souza, Cristiano Brum, Maria Claudia, Paulo Pinheiro Machado, Ricardo dos Santos Batista, Jairo Valdati e Walderez Ramalho foram fundamentais em minhas buscas por informações, auxiliando-me com fontes, contatos, textos, arquivos e relatos de experiências. A todos, meu sincero agradecimento.

Agradeço especialmente a cada funcionário dos arquivos onde realizei minha pesquisa: Arquivo Nacional, Arquivo Central da UNIRIO, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca de Manguinhos, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico do Exército e Centro de Documentação em História das Ciências e da Saúde. Com paciência e dedicação, eles me auxiliaram a compreender o funcionamento desses espaços, fornecendo fontes e informações valiosas que possibilitaram descobertas essenciais para esta pesquisa.

Meu orientador, Gilberto Hochman, merece um destaque especial. Ele acolheu alguém que havia passado por uma mudança brusca, saindo do interior de Santa Catarina para o Rio de Janeiro, oferecendo apoio nos momentos de dificuldade e incentivando não apenas a pesquisa, mas também a vivência da nova cidade. Desde nossa primeira reunião, Gilberto me encorajou a explorar arquivos e fontes, chamando a atenção para questões que, à primeira vista, me passavam despercebidas, mas que se revelaram essenciais para esta pesquisa. Tenho por ele profunda admiração.

Agradeço imensamente ao grupo Estação Contestado, onde tudo começou. João Felipe Morais, Emily, Hélio, Leandro, Luiz Carlos, Emmanuel, Fernando, Diovanna, Caio, Victor, Monike, Carla, Sara, Vitor, Arthur, Geovane, Matheus e João Ioshio foram pessoas que conheci no final da graduação e no início do mestrado e que me incentivaram desde quando a entrada na COC era apenas um sonho. Minha aprovação e mudança para o Rio me afastaram do convívio diário com eles, mas sempre os guardei com carinho na memória. Esta dissertação só foi possível graças ao apoio de vocês.

Rogério Rosa Rodrigues, meu orientador na graduação, foi quem me apresentou a ideia de fazer o mestrado na COC, algo que, na época, parecia impossível, talvez até uma loucura. Durante o processo de seleção, ele acreditou em mim, apoiou-me do início ao fim e compartilhou boa parte das fontes utilizadas nesta pesquisa. Ao longo do mestrado, mantivemos diálogos, reflexões e leituras, construindo uma relação de respeito enquanto pesquisadores e reforçando minha admiração por ele.

Existem amizades sinceras que precisam ser lembradas e destacadas. Meu amigo Igor Lemos, que tive o privilégio de conhecer durante a graduação enquanto ele desenvolvia seu doutorado, foi fundamental nesse percurso. Mesmo à distância, nossa amizade permaneceu sólida, e suas reflexões, apoios e leituras compartilhadas foram essenciais para que eu conseguisse prosseguir nesta pesquisa. Emily Ethel foi outra pessoa indispensável nesse processo, destacando-se por sua sinceridade, amizade e incentivo nos momentos mais difíceis, além do acolhimento nos momentos de lazer – estendo meu agradecimento a Iasmin. Pedro Castro, amigo de infância, contribuiu na confecção do mapa que ilustra a área do Planalto Meridional envolvida na pesquisa. Braian Bispo, minha primeira amizade no Rio de Janeiro e colega de apartamento no Hélio Fraga, me acolheu e ajudou a compreender o funcionamento da nova cidade, tornando-se um irmão. Sara, amiga que o alojamento me trouxe, proporcionando risadas e apoio em momentos essenciais. Jane, Mateus e Cris são pessoas que conheci durante o mestrado e que me receberam em suas vidas com generosidade. Sempre atenciosos, proporcionaram momentos de leveza e alegria nas conversas, risadas e cafés que compartilhamos.

Débora Mattos, professora de história do ensino médio, merece minha mais profunda gratidão. Foi ela quem me incentivou a seguir a carreira na docência, mesmo quando eu não tinha coragem de acreditar em mim. Ela enxergou algo em mim que até hoje busco encontrar. Com certeza, minha jornada só foi possível graças ao seu carinho, incentivo e diálogos constantes.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde,

expresso minha gratidão pelos diálogos coletivos, reflexões e considerações, que foram primordiais para o desenvolvimento desta dissertação. Gostaria de destacar Layla, Angelo, Patrick, Alef, Igor, Larissa, Vanessa, Paulo, e Gabriel, que me apoiaram e incentivaram em diferentes etapas. Um agradecimento especial à Sabrina, que esteve ao meu lado nos momentos mais delicados, incentivando-me a seguir em frente e compartilhando ansiedades.

Tarcísio, o irmão que a pós-graduação me trouxe. Sua visão única de mundo me desafiou a repensar minhas perspectivas em diversos momentos. Ele foi uma figura fundamental do início ao fim, mostrando que, mesmo nos momentos mais difíceis, quando parece não haver saída, sempre há um caminho.

Mayara Alencar, minha companheira, surgiu inicialmente como uma amiga do Hélio Fraga, mas, com o tempo, nos aproximamos. Ela não apenas me acolheu, mas viveu comigo intensamente todo o processo da dissertação – durante o dia, a noite e até as madrugadas. Esteve ao meu lado em todas as ansiedades e crises, sem nunca duvidar de mim. Foi uma leitora atenta de grande parte desta dissertação, oferecendo sugestões valiosas para melhorias. Mayara também me ensinou que a pesquisa não é tudo. Ela me ajudou a fazer as pausas necessárias para viver a vida e aproveitar o Rio de Janeiro. Seu incentivo foi constante, e sua presença, fundamental. Admiro profundamente você.

Por fim, minha família. Aos meus avós, Casemiro, Gorete, Vinicio e Zuleide, que sempre me incentivaram, apoiaram e cuidaram de mim, sou profundamente grato. Meu padrasto, minha madrastra, meu irmão Jonatan e minha irmã Ana Carolina. Aos meus pais, Vinicio Vieira Junior e Andreia Batista Bialeski, que sempre foram incentivadores dos meus sonhos e me proporcionaram tudo o que foi necessário para chegar até aqui, meu agradecimento eterno. O carinho, o amor e a educação que recebi de vocês foram essenciais para que eu alcançasse minhas crenças e objetivos. Imagino como deve ser difícil ter um filho fisicamente distante, e posso afirmar que estar longe de vocês também não foi fácil. A presença de vocês faz falta no meu cotidiano. Agradeço por sempre aceitarem minhas escolhas e me incentivarem a segui-las. Admiro profundamente vocês.

Eles
Manipularam céus e estações
Aços e vigas lentos e canhões
Com a desculpa das evoluções
Olham estrelas

Eles
Eles não tem chance, não
Eles não entendem o que são

Eles
Fuzis e botas em altos brasões
Forjam verdades e conspirações
Raio divino e exterminação
Pura avareza

Eles
Reivindicaram nossa proteção
Mentindo sobre a própria criação
Do seu sistema podre de cifrões
Tanta miséria

Eles
Eles não tem chance, não
Eles não entendem o que são
Não há beleza
Só tristeza e vício em destruição
Eles não entendem o que são
Eles - Maglore

RESUMO

VIEIRA, André Vinicio Bialeski. **Um sertão ao sul:** Caboclos, monges e o poder público nas interpretações dos militares sobre o Contestado (1914-1936). 2025. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2025.

A dissertação analisa como militares, políticos e jornais interpretaram a Guerra do Contestado, moldando a compreensão da região do Planalto Catarinense e de seus habitantes como parte do sertão brasileiro. Para isso, foram examinados livros, palestras, jornais, periódicos científicos e relatos de militares que circularam em diferentes partes do Brasil, escritos por figuras diretamente envolvidas no conflito e que integravam uma rede de diálogo sobre o sertão do Sul. Os principais textos analisados foram produzidos por militares conhecidos na historiografia do Contestado como historiadores de farda, que mantinham um diálogo direto com cientistas civis, trocando leituras e informações. Essas obras, publicadas entre 1914 e 1936, foram escritas pelos militares Antônio Alves Cerqueira (RJ), Dermeval Peixoto (RJ), Ezequiel Antunes de Oliveira (RN), Herculano d'Assumpção (MG), José Vieira da Rosa (SC) e Octaviano Pinto Soares (RS). Os historiadores de farda percebiam a guerra como resultado do fanatismo e banditismo atribuído aos caboclos, influenciados por lideranças religiosas, como os monges curandeiros, e explorados pelas oligarquias locais. Essa visão associava a ausência do poder público e a suposta preservação de práticas indígenas à violência. A dissertação demonstra como essas interpretações ecoavam as ideias de Euclides da Cunha e se alinhavam a projetos de modernização da Primeira República. Estes, por um lado, demandavam a integração do sertão a partir do incremento da presença do Estado com políticas de saúde, educação e segurança. Por outro, essas interpretações se perpetuaram ao longo do tempo e foram reproduzidas em trabalhos historiográficos e didáticos, reforçando a visão negativa atribuída aos sertanejos.

Palavras-chave: Guerra do Contestado; Sertão; Pensamento Social Brasileiro; Militares.

ABSTRACT

This dissertation analyzes how the military, politicians, and newspapers interpreted the Contestado War and shaped the understanding of the Catarinense Plateau region and its inhabitants as part of the Brazilian hinterland. In order to do so, we examined books, lectures, newspapers, and scientific and military journals that circulated in different parts of Brazil, written by figures directly involved in the conflict and who were part of a network of dialogue about the southern hinterland. The main texts analyzed were written by soldiers, known in Contestado historiography as historians in uniform, who maintained a direct dialogue with civilian scholars, exchanging readings and information. These works, published between 1914 and 1936, were written by the soldiers Antônio Alves Cerqueira (RJ), Dermeval Peixoto (RJ), Ezequiel Antunes de Oliveira (RN), Herculano d'Assumpção (MG), José Vieira da Rosa (SC) and Octaviano Pinto Soares (RS). The historians in uniform saw the war as the result of fanaticism and banditry attributed to the caboclos, influenced by religious leaders such as the healing monks, and exploited by the local oligarchies. This view associated the absence of public power and the supposed preservation of indigenous practices with violence. The dissertation shows how these interpretations echoed the ideas of Euclides da Cunha and were in line with the modernization projects of the First Republic. On the one hand, they called for the integration of the hinterland by increasing the presence of the state through health, education, and security policies. On the other hand, these interpretations were perpetuated over time and reproduced in historiographical and didactic works, reinforcing the negative view of the sertanejos.

Keywords: Contestado War; Hinterland; Brazilian Social Thought; Military.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Juan Maria de Agostini (1803-1869), the Hermit of Hermit's Peak near Las Vegas, New Mexico	19
Figura 2: João Maria de Jesus	20
Figura 3: Esquema das Influências Interpretativas nos Trabalhos Militares sobre o Conflito.	75
Figura 4: Mapa com a área afetada pela Guerra do Contestado e o território Contestado.....	77
Figura 5: Funcionários e seguranças da Lumber (1912)	104
Figura 6: Bandeira da Santa Irmandade em conjunto de outros objetos recolhidos por Ezequiel Antunes	122
Figura 7: Demerval Peixoto	144
Figura 8: Ezequiel Antunes	145
Figura 9: Herculano d'Assumpção	146
Figura 10: Octaviano Pinto Soares (À direita, 1932)	147
Figura 11: Vieira da Rosa	148

SUMÁRIO

Introdução	14
1. A Guerra do Contestado e Pensamento Social na Primeira República	30
1.1. Historiografia do Contestado: Interpretações e Debates	32
1.2. Os militares, a Primeira República e a Nação.....	43
1.3. Os sertões no pensamento social brasileiro.....	54
2. A Construção da Imagem do Sertão no Contestado.....	67
2.1. Os militares e a circulação de ideias: diálogos e o paradigma euclidiano	68
2.2. A natureza do Contestado e a Construção da identidade cabocla.....	77
2.3. A violência no Sertão: O sertanejo e suas raízes	81
2.4. O fanatismo e os monges antes da Guerra do Contestado (1849-1897)	84
2.5. Os monges sob a ótica dos militares e dos jornais (1912-1931).....	89
2.5.1. José Maria: O ponto de encontro entre os problemas do sertão e do sertanejo	95
2.6. A imagem do Sertão do Sul	98
3. Sertão e Nação: Projetos para Integração do Contestado na Primeira República (1910-1920) ..	101
3.1. O “Faroeste” do Sul: Disputas políticas, violência e a ausência de justiça.....	103
3.2. A “Chaga” do Analfabetismo: O sertanejo, o imigrante e o papel da educação na formação nacional	108
3.3. O Pensamento Médico Sanitarista na Interpretação do Conflito no Sul	118
3.4. O Sertão como Ausência.....	130
4. Considerações Finais.....	132
Referências:.....	136
Anexos: Imagens dos historiadores de farda.....	144

Introdução

A Guerra do Contestado não teve até hoje o seu Euclides da Cunha, mesmo porque um Euclides da Cunha não se encontra sempre (Rosa, 2012, p. 108).

O monge e a sua comitiva tinham reflexões de um protesto político e social, embora fora dos termos (Antunes, 1918, p. 54).

Eu tinha 9 para 10 anos quando João Maria chegou em nossa casa, na Barra Verde, hoje Joaçaba; meu pai falou com ele no portão de entrada dizendo: quero que o Senhor veja minha mulher que está passando muito mal (Lemos; Zelia, s.d, p. 15).

O objetivo desta dissertação é analisar as interpretações de militares, médicos-militares, políticos e jornais sobre a Guerra do Contestado – um conflito que marcou a história e a memória do Planalto Catarinense na Primeira República, em meio a intensos movimentos nacionalistas. Desse modo, o foco recai sobre as análises da população cabocla, sua cultura e a geografia, visando compreender como elas buscaram integrar a região do Contestado como sertão. Nesse sentido, a Guerra do Contestado não é o foco central deste trabalho, mas sim os discursos vinculados a ela.

Os textos analisados foram escritos por seis militares: Antônio Alves Cerqueira, Dermeval Peixoto, Ezequiel Antunes de Oliveira, Herculano d'Assumpção, José Vieira da Rosa e Octaviano Pinto Soares – denominados, pela historiografia do Contestado, como historiadores de farda.¹ Estes compreendiam a guerra como consequência de um surto de fanatismo e banditismo,² instrumentalizados pelas oligarquias (Rodrigues, 2008). A dissertação ressalta o diálogo desses militares com um cenário nacional mais amplo, especialmente a interlocução com diagnósticos dos problemas nacionais que emergiram na década de 1910 e consequentes propostas de modernização e civilização. Seus discursos e propostas foram fortemente influenciados pela obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicada em 1902. Desse modo, foram também analisados os discursos de médicos, políticos e jornalistas, precedentes e

¹A categoria, criada por Rodrigues (2008), designa militares que não buscavam produzir narrativas históricas voltadas exclusivamente para seus colegas de farda, mas também estabelecer diálogo com os cientistas civis, adotando suas leituras e métodos. Para mais detalhes, ver capítulo 1. Nos anexos, há imagens identificando esses autores, com exceção de Alves Cerqueira.

² Para os militares, o banditismo resultava de um complexo encontro entre práticas de violência dos sertanejos, supostamente manipuladas por bandidos que circulavam na região contestada com a anuência de governantes dos estados do sul. Já o fanatismo, seria decorrente de uma religiosidade centrada nas figuras conhecidas como monges. Na essência, tanto a violência quanto o fanatismo, para esses militares, teriam suas raízes em tradições indígenas, preservadas no cotidiano dos caboclos devido ao isolamento (ver Capítulo 2 e 3).

contemporâneos a desses militares, destacando semelhanças e singularidades nas interpretações sobre o que designam de Sertão Contestado.³ A maioria desses textos já foi explorada em estudos sobre o Movimento do Contestado, principalmente como fontes memorialistas de caráter mais descritivo, oferecendo importantes informações do conflito.⁴

Tabela 1: Nome dos militares, ano de nascimento, morte e local.

Nome	Nascimento		Falecimento	
	Ano	Local	Ano	Local
Antonio Alves Cerqueira ⁵	03/06/1883	Estado do Rio de Janeiro	Junho de 1958	Rio de Janeiro (RJ)
Dermeval Peixoto ⁶	11/12/1884	São Fidelis (RJ)	24/09/1962	Rio de Janeiro (RJ)
Ezequiel Antunes ⁷	10/04/1881	Ceará-Mirim (RN)	29/08/1966	São Paulo (SP)
Herculano d'Assumpção ⁸	Não Localizado	São João del Rei (MG)	Não Localizado	Não Localizado
José Vieira da Rosa ⁹	10/09/1869	São José (SC),	8/2/1957	Rio de Janeiro (RJ)
Octaviano Pinto Soares ¹⁰	07/08/1881	São Borja (RS),	18/10/1960	Rio de Janeiro (RJ)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A hipótese desta dissertação é que, tomando como base os escritores analisados, o Sertão Contestado era representado como um espaço de atraso, marcado pela persistência de costumes atribuídos aos indígenas. Essas práticas teriam se manifestado na forma de violência e

³ Compreende-se aqui o Sertão do Contestado como o espaço central nas discussões e observações dos militares, tornando-se alvo de suas narrativas. Esse território não se limita à área diretamente afetada pelo conflito, abrangendo também regiões que compartilhavam influências culturais dos monges e a ausência de uma presença efetiva do Estado (ver Capítulo 2 e 3).

⁴ A exceção consiste na descoberta de mais de uma edição da obra do militar Ezequiel Antunes (1919) e na localização de um capítulo de um trabalho incompleto. Também foi possível localizar a primeira e a segunda edições da obra do médico militar Antônio Alves Cerqueira, cuja existência era conhecida, mas que até então não haviam sido localizadas integralmente. Para tal, confira o capítulo 2.

⁵ Fé de ofício e *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro (RJ), 27/06/1958.

⁶ Índice de Certificado de óbito do Rio de Janeiro 1962 Set-Nov. 08ª Circunscrição. p.26. Localizado em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33HT-67QS-V3C?i=26&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A7QGT-YK3Z>. Acesso em 23 jan. 2025.

⁷ Sobre seu nascimento, foi consultada a certidão de casamento n.124 do Estado do Rio Grande do Norte no município de Ceará-Mirim. Sobre a morte: FAMILYSEARCH. Perfil de Ezequiel Antunes de Oliveira. FamilySearch, [s.d.]. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/about/G4PW-6BC>. Acesso em 22 jan. 2025.

⁸ Natural de São João del Rei (MG). FAMILYSEARCH. Perfil Herculano Teixeira D'Assumpção. FamilySearch, [s.d.]. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/about/9CDM-KKW>. Acesso em 22 jan. 2025.

⁹ Informações obtidas em Rosa (2012).

¹⁰ Informações obtida em Campos (2013, p.80).

fanatismo durante a Guerra do Contestado, resultado do isolamento do caboclo¹¹ em uma região de densa natureza no sul do Brasil.¹² Nos escritos analisados, a ideia de civilizar o Sertão Contestado significava integrá-lo à Nação, o que exigiria a atuação do poder público por meio da educação, segurança e saúde, garantindo uma presença efetiva do Estado no interior do país, em uma área de fronteira.

Essa dissertação, portanto, se insere no debate sobre o pensamento social brasileiro, um campo da história que busca “[...] mobilizar autores, temas e ideias que conformam, ainda hoje, uma agenda de preocupações e questionamentos - ou seja, como um exercício de permanente fertilização da nossa tradição intelectual por força de seu diálogo com a teoria sociológica” (Maia, 2008, p. 9). Esse debate se desenvolve a partir de análises que refletem sobre a formação da sociedade brasileira, abordando temas como modernização, construção do Estado-Nação e cultura política, enfatizando não apenas o papel de intelectuais, mas também de outros campos, como as artes e a cultura. Nesse sentido, o estudo desta área não se limita à produção intelectual, mas abrange também as influências recebidas, a circulação dessas ideias e o papel social desempenhado por esses atores (Schwarcz; Botelho, 2011, p. 12).

A pesquisa envolveu a análise de quatorze obras sobre a Guerra do Contestado, publicadas entre os anos de 1914 e 1936, tendo como autores os militares investigados: três escritos de Antônio Alves Cerqueira, um de Dermeval Peixoto, três de Ezequiel Antunes, dois de Herculano d’Assumpção, três de Octaviano Pinto Soares e dois de Vieira da Rosa – logo, tais publicações são o marco cronológico do presente trabalho. Além dessas, foram incorporados outros escritos, como livros e textos de jornais de alguns desses militares, identificados ao longo da pesquisa, com o intuito de evidenciar como os temas e debates presentes em suas análises sobre o Contestado também se manifestam em outras publicações.

A circulação e a recepção dessas obras foram analisadas buscando destacar a influência que esses autores tiveram no debate público. Para tanto, foram examinados textos de jornais,

¹¹ Nos estudos sobre o Movimento do Contestado, o termo caboclo(a) é um meio de autoidentificação dos remanescentes do conflito, não sendo exclusivo a um grupo étnico-racial, mas sim a uma identidade cultural. Essa identidade se conecta às práticas e tradições da população da região, bem como à luta pela terra e à religiosidade de São João Maria (Machado, 2004). No entanto, nos textos dos historiadores de farda, o(a) caboclo(a) é compreendido como um morador do sertão contestado que teria se adaptado à cultura local, vista como remanescente das práticas indígenas anteriores às populações envolvidas no conflito, fossem elas imigrantes ou sertanejas, em um processo que acabou por racializar as práticas culturais dessa população: “Caboclo é o branco genuíno de qualquer origem, que se adaptou aos nossos costumes e que da pátria de seus pais nada sabem; é o mameluco, é o cafuzo, é o crioulo de qualidades excepcionais, são todos esses fatores da nossa nacionalidade.” (Rosa, 2012, p. 118). Para mais informações, conferir capítulo 2.

¹²No decorrer da dissertação, os termos “fanatismo” e “banditismo” aparecem com frequência. Entretanto, isso não significa concordância com as interpretações dos autores, mas sim uma análise crítica de como esses conceitos foram construídos em seus discursos.

políticos e outros militares, com o objetivo de identificar confluências e divergências com os historiadores de farda. Assim, pretendeu-se investigar como o episódio gerou diferentes leituras que, em essência, compartilhavam elementos comuns a respeito dos sertões brasileiros. Dessa forma, a pesquisa busca estabelecer uma rede de diálogos e interpretações que transformaram o Contestado em um sertão do Brasil, ao mesmo tempo em que apresentavam projetos específicos para sua “redenção”.

A tradição do Monge João Maria e a Guerra do Contestado:

Sobre a Guerra do Contestado, pode-se aferir uma série de motivações que envolvem pautas relacionadas a perseguição à religiosidade dos sertanejos e às disputas agrárias existentes no Planalto Meridional sul. No que se refere a tais disputas, destaca-se as diversas transformações que a área passou durante a transição do Império para a República – principalmente após a promulgação da Lei de Terras em 1850, em que muitos cidadãos se viram na condição de posseiros, uma vez que não possuíam recursos para adquirir terras. Para se manterem no território, esses tiveram que trabalhar para os grandes proprietários de terra, entregando grande parte dos seus rendimentos de trabalho a eles, criando assim uma relação de dependência que beneficiava as oligarquias. Além disso, a economia local daquela época tinha como base o cultivo e o comércio da erva-mate, que enfrentaria uma crise na transição do século XIX para o XX (Auras, 2015).

A chegada da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, construída pela empresa *Brazil Railway Company*¹³ – a qual foi a representante do grande capital financeiro, até então pouco presente na região – agravou ainda mais as dificuldades da população do Planalto Catarinense. Embora fosse vista como um símbolo de progresso, a ferrovia trouxe consigo a perda de terras e moradias para os posseiros que ali viviam, deixando muitos sem um lugar para morar e trabalhar. Esse deslocamento ocorreu porque uma faixa de quinze quilômetros em cada margem da ferrovia foi cedida à empresa, conforme os termos da concessão firmada com o governo republicano.

Nesse contexto, a relação entre os oligarcas e os caboclos sofreu mudanças significativas. Os proprietários de terras, em busca de vantagens econômicas, passaram a

¹³ A *Brazil Railway Company* foi uma empresa estrangeira, fundada no início do século XX, com o objetivo de desenvolver e operar uma extensa rede ferroviária no Brasil. Controlada pelo empresário norte-americano Percival Farquhar, a companhia foi responsável pela construção de linhas férreas, como a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que visava integrar o sul do Brasil ao restante do país, facilitando o transporte de mercadorias e pessoas. Sua atuação teve grande impacto econômico, mas também gerou conflitos, como o Movimento do Contestado, devido à desapropriação de terras e ao uso de mão de obra em condições precárias, o que trouxe tensões sociais à região.

estabelecer alianças com o grande capital, redefinindo as dinâmicas sociais. Além dessas tensões, havia uma disputa política entre Santa Catarina e Paraná pelo controle do atual oeste catarinense. A área, rica em recursos naturais e econômicos – especialmente a erva-mate –, era vista como uma importante fonte de arrecadação de impostos para ambos os estados (Auras, 2015; Cabral, 1960; Monteiro, 2011; Queiroz, 1981).¹⁴

Um ponto central no debate sobre o Movimento do Contestado e da Guerra se dá em torno da tradição do monge João Maria, cuja origem remonta à figura do italiano João Maria de Agostini, natural de Piemonte, atual Itália. Apesar de não ter vínculo formal com a Igreja Católica, João Maria percorreu o continente americano pregando e buscando converter ou reavivar práticas cristãs onde quer que estivesse, com o intuito de fortalecer a fé no cristianismo. Esteve por diversos países como Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, México, Peru, Colômbia e, por fim, Estados Unidos, onde faleceu. Ele chegou ao Brasil em 1843 e, entre os anos de 1845 e 1846, percorreu o Planalto Meridional no sul.¹⁵ Partindo de Sorocaba (SP), ele seguiu pelo Caminho das Tropas¹⁶ em direção a Campestre, em Santa Maria, onde descobriu fontes de águas que acreditava possuir propriedades medicinais. Esse fato lhe trouxe notoriedade iniciando o culto ao Santo Antônio (Karsburg, 2014a; Cabral, 1960).

A descoberta das águas atraiu a atenção de diversas pessoas, especialmente dos periódicos, o que levou muitos a se deslocarem para o Campestre em busca de cura e para conhecer o misterioso descobridor das fontes. A presença de grande número de visitantes despertou o interesse de diferentes setores da sociedade, incluindo médicos e políticos, e instigou um debate sobre a eficácia da terapia e sobre seu João Maria. Para aqueles que chegavam ao local, o monge buscava catequizar, envolvendo-os em atividades como a construção de cruzeiros, além de pregar ensinamentos cristãos e incentivar a devoção a Santo Antônio (Cabral, 1960).

¹⁴ No capítulo 2, há um mapa que evidencia a área em que o conflito ocorreu, a zona disputada entre os estados e o trajeto da estrada de ferro.

¹⁵ O monge teria retornado mais duas vezes para a região entre o fim da década de 1840 e o início da década de 1850.

¹⁶ O Caminho das Tropas, consolidado no século XVIII, ligava o Distrito das Missões Jesuítas ao Planalto Meridional brasileiro e à Vila de Sorocaba. Inicialmente utilizado pelos bandeirantes, tornou-se vital para o transporte de gado pelos tropeiros. A rota facilitou a ocupação da região, promovendo a produção de couro e charque. Ao longo do caminho, os "Corredores das Tropas" foram construídos por escravizados para melhorar a logística e evitar doenças, com pontos de pedágio e fiscalização administrados por locais poderosos devido ao grande fluxo de pessoas e mercadorias (Souza, 2014).

Figura 1: Juan Maria de Agostini (1803-1869), the Hermit of Hermit's Peak near Las Vegas, New Mexico.



Fonte: [New Mexico's Digital Collections](#). Acesso em 26 jan. 2024.

Contudo, o número significativo de pessoas que se deslocaram chamou a atenção dos políticos, resultando na expulsão do monge do Rio Grande do Sul. O então presidente da província, General Francisco José de Souza Soares de Andrea, preocupado com a concentração de indivíduos na região das águas, implementou essa medida (Cabral, 1960; Karsburg, 2014a).

Apesar de João Maria ter sido expulso e os seus opositores buscassem meios de deslegitimar as propriedades medicinais das águas, ele teria caído nas graças da população. Ao longo do caminho dos tropeiros, surgiram diversas manifestações de devoção à sua imagem – como fontes d'água, cavernas, lapas, cruzeiros, capelinhas e imagens suas ao lado de outros santos –, além de relatos sobre as curas que teria realizado. A fé em seu retorno foi – e continua sendo – tão intensa que a população o santificou, e uma religiosidade popular, sustentada pela oralidade e memórias de seus seguidores, consolidou-se ao seu redor (Karsburg, 2014a; Machado, 2023a).

Posteriormente a Agostini, um segundo João Maria teria surgido: João Maria de Jesus, que ficou famoso pela sua associação à causa federalista e por suas práticas religiosas semelhantes às do antecessor, percorrendo a mesma região entre as décadas de 1890 e 1900. Tal figura se destacou por promover batismos e realizar terapias por meio de orações, águas e ervas medicinais, sendo requisitado por pessoas de diferentes origens sociais. Entretanto, suas práticas renderam conflitos com autoridades religiosas da região (Cabral, 1960).

Figura 2: João Maria de Jesus.



Fonte: SANTA CATARINA. Arquivo Público. João Maria de Jesus. Acervo Arquivo Público de Santa Catarina, 2025. Disponível em: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/index.php/joao-maria-de-jesus-2>. Acesso em 22 jan. 2025.

Estudos recentes sobre São João Maria sugerem a possibilidade de terem existido mais de dois personagens a ele associados. Diversos andarilhos que circulavam pela região foram identificados como João Maria e, mesmo sem partilharem o mesmo nome, foram aceitos na tradição popular por compartilharem os mesmos hábitos e práticas (Karsburg, 2014b). Essas figuras inspiraram movimentos populares, associados ao santo monge, e desempenharam papéis de liderança. Episódios como o Canudinho de Lages, em Santa Catarina (1897); os Monges do Pinheirinho e os Monges Barbudos de Soledade, ocorridos no Rio Grande do Sul, respectivamente nos anos de 1902 e 1935 a 1938; e o Movimento do Timbó, também em Santa Catarina (1942), são citadas justamente por terem sido revoltas que articularam crenças religiosas com a luta por melhores condições de vida (Bueno, 2023; Machado, 2013).

É por meio dessa articulação entre reivindicações populares e práticas religiosas que a Guerra do Contestado, ocorrida no Planalto Catarinense, deve ser compreendida. Entre o final de 1911 e o início de 1912, surgiu em Campos Novos (SC) um novo monge, identificado como José Maria e associado à figura de João Maria. Ele ganhou notoriedade após curar a esposa de Francisco de Almeida, proeminente fazendeiro local e seu devoto. O êxito da cura, diante do fracasso de médicos e boticários, atraiu muitos seguidores.

A convite dos festeiros¹⁷ Praxedes Damasceno, Eusébio Ferreira, Assunção Rocha e Francisco Ventura, José Maria deslocou-se para a Taquaruçu, em Curitiba (SC), a fim de participar da festa de Senhor Bom Jesus, tornando-se a principal atração. Após a celebração, o esperado era que a população retornasse às suas casas. Todavia, a presença de José Maria fez com que muitos permanecessem, acompanhando-o em suas orações do terço, narrativas sacras,

¹⁷ O festeiro, neste contexto, refere-se a uma pessoa ligada à Igreja Católica, responsável por organizar uma festa religiosa associada às práticas do catolicismo.

leituras da história de Carlos Magno e consultas para a elaboração de suas receitas (Queiroz, 1981: 85-86).

O grande número de pessoas reunidas em Taquaruçu causou preocupação à principal liderança oligárquica local, Francisco Albuquerque, que denunciou ao governo catarinense a existência de um suposto movimento monarquista, ecoando os temores atribuídos ao Arraial de Canudos no final do século XIX. Antes dessa denúncia, Albuquerque tentou se aproximar de José Maria, solicitando-lhe que curasse uma parente próxima, mas teve seu pedido recusado. A insubordinação, somada à crescente liderança de José Maria em oposição aos oligarcas, resultou na perseguição dos moradores de Taquaruçu. Atendendo à solicitação das lideranças de Curitiba, o governo de Santa Catarina, comandado por Vidal Ramos – que mantinha uma relação de compadrio com Albuquerque –, enviou representantes do Regimento de Segurança do Estado para dispersar o grupo reunido.¹⁸ Informado da aproximação das forças repressoras, José Maria decidiu retirar-se para Irani, então território do Paraná e parte da área contestada, onde poderia se proteger e evitar um confronto. Durante a fuga, muitos fiéis o acompanharam, e, após sua chegada a Irani, novos grupos se deslocaram para se juntar a ele (Machado, 2004: 182-183, Queiroz, 1981: 92-93).

A migração de muitas pessoas de Santa Catarina para o Paraná gerou preocupações à imprensa e ao governo paranaense, que enxergaram o deslocamento como uma tentativa de provocar uma intervenção federal para solucionar a questão fronteiriça entre os dois estados. Desse modo, para os paranaenses, era necessário uma resposta ao que foi considerado uma invasão. Essa resposta foi conduzida pelo comandante do Regimento de Segurança do Paraná, coronel João Gualberto Gomes de Sá. José Maria tentou negociar com as forças paranaenses, solicitando três dias para dispersar seu grupo e evitar o confronto. O pedido foi recusado, e Gualberto ordenou o ataque ao grupo do monge em 22 de outubro de 1912, marcando o início do conflito. A batalha resultou em perdas para ambos os lados, como a morte de José Maria e do coronel Gualberto. Com o fim do confronto, os fiéis se dispersaram, e uma expedição liderada pelo coronel do exército Pyrrho patrulhou a região por um mês, declarando que, com a morte de José Maria, o “perigo” havia sido eliminado (Queiroz, 1981, p. 90-101; Machado, 2004, p. 183-188).

¹⁸ Em mensagem enviada ao presidente do Congresso do Estado de Santa Catarina, Vidal Ramos afirma que não foi ele, mas sim seu vice, Eugênio Müller, quem enviou a força de segurança para Taquaruçu (Ramos, 1914, p. 32). No entanto, considerando que a historiografia e a sociologia confirmam reiteradamente a responsabilidade de Vidal Ramos nesse episódio, optamos por manter essa afirmativa em consonância com os trabalhos sobre o tema.

A Guerra do Contestado não foi um conflito contínuo ao longo de seus quatro anos, isto é, não apresentou uma uniformidade entre seu início e fim. Um exemplo dessa descontinuidade é que, apenas um ano após a morte de José Maria, seus seguidores se reuniram em torno da menina Teodora, neta do festeiro Eusébio, que afirmava ter visto o monge e recebido dele a ordem de retorno a Taquaruçu. Relatos indicam que, antes de morrer, José Maria havia predito que pereceria na batalha, mas retornaria após um ano. A visão da jovem Teodora teria, assim, confirmado tal profecia (Machado, 2023b).

É importante ressaltar que, nessa primeira reunião de fiéis, não havia ainda conexão com os grupos envolvidos em problemas agrários, como as questões ligadas à construção da estrada de ferro, as disputas relacionadas à erva-mate e os conflitos por latifúndios pecuaristas. Nos momentos iniciais do conflito, que envolveram as duas primeiras Cidades Santas¹⁹ – Taquaruçu e Caraguatá –, os que se deslocaram em busca do retorno do monge eram, em sua maioria, pequenos proprietários que procuravam viver segundo os ensinamentos de José Maria (Machado, 2023b).

Essa situação foi um momento-chave para a intensificação do conflito. Diferente de 1912, o festeiro Praxedes não apoiou a nova reunião, que foi liderada pela família de Eusébio e sua esposa Querubina. Eles apresentaram as crianças videntes²⁰ Teodora, Manoel e Joaquim como intermediárias do monge, afirmando manter contato direto com ele:

Na cidadela os sertanejos foram construindo práticas sociais e instituições próprias. Como a reunião em torno dos relatos dos sonhos das crianças videntes era um movimento de espera pelo retorno, concreto ou figurativo, de José Maria, os sertanejos passaram a construir uma irmandade de seguidores, que deveriam respeitar as “Leis de Deus”, vivendo uma partilha em comum dos recursos de subsistência, o que chamavam de “monarquia celeste”. Cotidianamente a população se reunia em formas, tal como militares, com grupos separados de homens, mulheres e crianças. Nestes momentos a população praticava rezas, distribuía tarefas e declamava proclamações de “vivas” a São João Maria, a São Sebastião, à Monarquia (Machado, 2023b, p. 618).

Nesse período, os fiéis buscavam seguir os preceitos do santo monge, porém sem se envolver diretamente nas revoltas em outras regiões de Santa Catarina. No entanto, a simples

¹⁹As chamadas Cidades Santas foram estabelecidas pelos fiéis como espaços comunitários onde podiam seguir os ensinamentos dos monges. Segundo Delmir Valentini (2000), essas comunidades eram formadas em áreas de mata, com ranchos construídos para acolher famílias de diferentes origens sociais. Vinhas de Queiroz (1981) destaca que nesses locais vigoravam regras morais rigorosas, com especial atenção às questões sexuais. Quando ocorria algum desvio, penalidades severas eram aplicadas, muitas vezes de forma pública, para reforçar o controle social. Entre os momentos mais importantes da vida nas Cidades Santas estavam as procissões e as *formas*, que consistiam em reuniões de todos os moradores, organizados em filas por sexo e idade. Durante esses eventos, homenagens eram realizadas a São Sebastião e a José Maria, reforçando os laços espirituais e comunitários do grupo.

²⁰ Também intituladas ‘virgens’, esse termo foi utilizado para designar pessoas – principalmente crianças – que ocupavam posições de liderança política ou religiosa nas Cidades Santas. (Machado, 2023a).

reunião dessas pessoas não foi vista como aceitável, resultando em uma série de ataques à comunidade conduzidos pela força policial estadual catarinense e pelo exército brasileiro entre o final de 1913 e o início de 1914. E por fim, no dia 8 de fevereiro de 1915, as forças repressivas bombardearam Taquaruçu.

Boa parte das vítimas era composta por crianças, mulheres e idosos, tendo em vista que, no decorrer dos ataques sofridos antes do massacre, os fiéis já estavam preparando uma nova Cidade Santa em Caraguatá. Nesse momento, a liderança da família de Eusébio e Querubina enfraqueceu, dando lugar a uma nova figura: a menina Maria Rosa. A indignação diante do brutal ataque em Taquaruçu, somada aos problemas políticos relacionados à figura de Albuquerque, levou novas pessoas a se juntarem à causa rebelde (Queiroz, 1981, p.129-133; Machado, 2004, p. 219-222).

Além disso, as lideranças de Taquaruçu iniciaram negociações com sertanejos de diferentes regiões do Planalto Catarinense. Foi nesse momento que a população das áreas afetadas pela questão das terras se integrou ao movimento, o qual ganhou novas proporções. Diferentes insatisfações e objetivos convergiram na direção dos seguidores dos monges, o que Paulo Pinheiro Machado (2023b) identifica como uma "constelação de conflitos" que se unificaram em torno das pautas e discursos de Taquaruçu entre 1913 e 1914.

Devido a uma epidemia de tifo e aos ataques do exército em Caraguatá, os fiéis foram forçados a abandonar a Cidade Santa, liderada por Maria Rosa, e se reorganizar. Esse período foi marcado pela expansão do movimento para outras áreas do Planalto Catarinense, com o surgimento de novas Cidades Santas, entre elas: Pedra Branca, Santa Maria, Caçador, Campo Alegre, Vacas Brancas, Santo Antônio e Tamanduá (Queiroz, 1981; Luz, 1999; Valentini, 2000; Auras, 2015). Conforme aponta Valentini (2000, p. 112), é “difícil registrar a quantidade, as localizações e os principais líderes durante a existência dos diversos redutos [Cidades Santas] que surgiram em 1914, a partir da saída de Caraguatá. A mobilidade dos redutos menores era grande e a mudança nos postos de comando também”.

Após Caraguatá, lideranças de perfil mais militar passaram a liderar o movimento, desenvolvendo estratégias que não apenas buscassem resistir às investidas, mas também expandir o projeto da Santa Irmandade. A partir da metade de 1914, o território visado para essa expansão era um “corredor cultural”, uma rota de circulação dos tropeiros, na qual a população compartilhava uma linguagem comum baseada nos ensinamentos do monge João Maria (Machado, 2004, p. 247-248).

O movimento atingiu seu ápice entre julho e setembro de 1914, quando os fiéis cercaram a cidade de Lages – centro político de Santa Catarina e terra natal do então presidente do estado,

Vidal Ramos – e sua expansão social e geográfica alcançou uma área semelhante ao atual estado de Alagoas (Machado, 2004, p. 340). Entretanto, a morte de Chiquinho Alonso no Combate de Rio das Antas, no final de 1914, deu início ao enfraquecimento das forças rebeldes. Em dezembro de 1914, Adeodato Ramos assumiu a liderança e decidiu centralizar os fiéis do monge no vale de Santa Maria, ao norte do Planalto Catarinense. O local chegou a abrigar cerca de 5.000 pessoas, onde circulava a crença de que se tratava de um espaço sagrado, no qual todos seriam imortais (Queiroz, 1982, p. 211).

O exército, que por muito tempo vinha acumulando derrotas e sendo alvo de críticas da imprensa, mudou sua estratégia e, sob a liderança de Setembrino de Carvalho,²¹ assumiu a repressão ao movimento rebelde ainda em setembro de 1914. Seu plano consistia em cercar os rebeldes com colunas militares posicionadas ao norte, sul, leste e oeste. Mensagens de rendição foram enviadas em dois momentos distintos, sendo parcialmente aceitas por alguns fiéis, enquanto outros resistiam – seja por defesa de seus ideais, seja por medo. Em janeiro de 1915, lideranças como Bonifácio Papudo e Alemãozinho se renderam; e os devotos, que até então resistiam, colaboraram com os militares na repressão (Queiroz, 1981; Rodrigues, 2008).

No início de abril de 1915, a Cidade Santa de Santa Maria foi invadida pelo exército, por meio da ação da coluna norte liderada por Tertuliano Potyguara, forçando os sertanejos a se dispersarem e fugirem. Boa parte dos rebeldes encontrava-se doente e faminta, o que contribuiu para o enfraquecimento do movimento e levou muitos à rendição (Queiroz, 1981; Rodrigues, 2008).

Embora Santa Maria tenha sido tomada, novas Cidades Santas foram erguidas na tentativa de manter viva a causa dos fiéis, como São Miguel e São Pedro, lideradas por Adeodato, e Pedra Branca. No entanto, essas tentativas de resistência foram reprimidas pelas forças policiais que sucederam a expedição de Setembrino de Carvalho, após a queda de Santa Maria. Esse período ficou conhecido como a "fase do Açougue", marcado pela fome, prisões e assassinatos de fiéis (Queiroz, 1981).

Entre outubro de 1915 e janeiro de 1916, as últimas Cidades Santas foram destruídas, e grande parte dos membros da Santa Irmandade entregou-se às forças repressoras. Adeodato foi preso apenas em agosto de 1916; e o marco oficial do fim do conflito ocorreu com a assinatura

²¹Nascido em 1861, ingressou no Exército ainda na adolescência e, em 1892, tornou-se alferes-aluno na Escola Militar da Praia Vermelha. Como oficial de engenharia, participou da guerra civil no Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895. Entre 1911 e 1914, atuou como chefe de gabinete do ministro da Guerra. De setembro de 1914 até agosto de 1915, foi responsável por comandar as operações no Contestado, conhecidas como a “Grande Expedição”, que enfraqueceu o movimento rebelde. Esse episódio consagrou Setembrino como uma das principais figuras militares nas décadas seguintes (McCann, 2007; Rodrigues et al., 2023).

do tratado de limites entre Paraná e Santa Catarina, em 20 de outubro de 1916 – embora essa disputa territorial tenha sido uma das menores causas da Guerra (Queiroz, 1981).

Fontes

Os autores analisados nesta dissertação participaram de diferentes momentos do conflito, o que conferiu singularidade às suas interpretações que buscaram divulgar entre civis, militares e cientistas (Rodrigues, 2008). Suas análises foram marcadas pelas experiências vivenciadas em etapas distintas do processo, refletindo as visões, expectativas e preocupações de seus contextos específicos. Como agentes do Estado, suas narrativas carregaram uma visão predominantemente pejorativa em relação à população cabocla, frequentemente retratada como ignorante, supersticiosa e incapaz de contribuir para o progresso nacional.

Entretanto, a presença de imigrantes europeus, que chegaram ao Planalto Catarinense ao longo do século XIX e, em alguns casos, se uniram aos caboclos no conflito, representou uma singularidade do Movimento do Contestado. Enquanto no litoral as elites intelectuais teriam buscado replicar os costumes das nações europeias, associando-os ao ideal de progresso e modernidade, no Planalto sulista emergiu o fenômeno inverso. Parte dos imigrantes e seus descendentes, em vez de representarem o modelo de civilização almejado, integraram-se à população cabocla, adotando práticas e costumes considerados "incivilizados". Essa integração desafiava os pressupostos das teorias racialistas e evolucionistas em voga, que relacionavam a imigração europeia à regeneração moral, cultural e econômica do Brasil.

Os autores aqui discutidos buscaram construir uma interpretação que justificasse como aqueles considerados civilizados no sul acabaram por participar de um processo de "incivilização" junto aos caboclos. A resposta para essa questão exigiria a formulação de novas ideias e interpretações sobre o sertão e o sertanejo, ainda que essas leituras continuassem baseadas, principalmente, nos ideais de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha - influência compartilhada por esses militares e outros intelectuais da Primeira República.

O foco nesses textos militares se deve ao fato de fazerem parte de um debate ligado aos projetos de nação, como também pelo seu uso recorrente enquanto fonte de pesquisas sobre o Contestado. Décadas após a publicação dos historiadores de farda, suas informações não apenas foram utilizadas, mas suas interpretações, que retratavam os seguidores do monge como fanáticos ou bandidos, continuaram a ser reproduzidas. Essa prática contribuiu para a reprodução de preconceitos sobre as religiosidades populares e para a desqualificação de uma população que não se enquadrava nos ideais civilizatórios das elites políticas e intelectuais da República.

Segundo Rodrigues e Machado (2023), esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de parte dos pesquisadores do tema, como Aujor Ávila Luz (1999), pertencerem às elites intelectuais urbanas e à classe média, o que dificultaria a compreensão da cultura popular. Essas leituras permanecem vivas até os dias atuais, como evidenciado pela ampla presença de materiais jornalísticos e didáticos que continuam a perpetuar tais visões:

[...] há farto material jornalístico e de divulgação de massa, inclusive materiais didáticos, paradidáticos em formatos impressos ou digitais, que continuam atribuindo aos sertanejos, não apenas do Contestado, mas também de Canudos, Juazeiro, Caldeirão e outros movimentos sociorreligiosos, a imprecisão de “fanáticos” (Machado; Rodrigues, 2023, p. 440).

Essa repetição e reprodução de termos preconceituosos revelam o peso exercido por essas fontes escritas ao longo dos trabalhos historiográficos e sociológicos sobre o Movimento do Contestado. Michel-Rolph Trouillot (2016), em seu livro *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, destaca como a construção do conhecimento histórico se desenvolve em meio a uma constante disputa por poder, manifestada em quatro momentos específicos:

[...] no momento da criação do fato (na elaboração das fontes); no momento da composição do fato (na elaboração dos arquivos); no momento da recuperação do fato (na elaboração das narrativas); e no momento da significância retroativa (na elaboração da história em última instância) (Trouillot, 2016, p. 58-59).

O processo de elaboração das fontes pelos historiadores de farda exemplifica bem esse fenômeno, já que estas foram escritas em um contexto no qual o objetivo não era apenas narrar o conflito, mas construir uma interpretação sobre a população sertaneja. Esse processo, escrito e divulgado publicamente em diferentes espaços, envolveu uma seleção de conteúdos que favoreciam suas visões e debates acerca dos sertões brasileiros, inserindo-se no diálogo com outros projetos de nação vigentes à época.

A preservação de seus livros em bibliotecas públicas e arquivos de pesquisadores possibilitou que, durante as pesquisas e escrita do texto – correspondendo às etapas dois e três da produção do conhecimento histórico –, as seleções feitas pelos militares fossem não apenas consultadas, mas também reproduzidas. Logo, isso demonstra a adesão que suas interpretações obtiveram por alguns que se dedicaram a estudar o Contestado.

O retorno ao primeiro momento destacado por Trouillot (2016) busca não apenas analisar as fontes, mas também demonstrar como elas integram uma rede de interpretações e diálogos que envolve militares, políticos, jornalistas, médicos e outros intelectuais da Primeira República. Tal fato é essencial, pois mostra o engajamento desses grupos em um projeto de construção nacional centralizado, visando consolidar o poder do Estado no interior do Brasil.

Capítulos

Nesse sentido, o primeiro capítulo da dissertação apresenta uma revisão bibliográfica com o objetivo de revisitar trabalhos sobre a Guerra do Contestado, o exército e o debate sobre o Pensamento Social Brasileiro na Primeira República. Desse modo, a primeira parte deste capítulo é dedicada aos principais estudos sobre o conflito, destacando a evolução das discussões desde as primeiras pesquisas – que o abordavam como um fenômeno religioso – até análises mais recentes de caráter social. Essas novas abordagens buscaram valorizar o caboclo, afastando-se de interpretações preconceituosas. No decorrer da discussão, enfatiza-se a presença dos textos dos militares e as semelhanças entre as ideias dos historiadores e sociólogos com as interpretações elaboradas pelos historiadores de farda.

A segunda parte discute o processo de modernização do exército na Primeira República, explorando o papel atribuído aos militares na sociedade brasileira. Por fim, busca-se apresentar o ambiente intelectual no qual esses sujeitos estavam inseridos, destacando as influências teóricas e as conexões com os debates predominantes da época.

O segundo capítulo busca analisar como militares, políticos, médicos e jornais contribuíram para a construção da imagem do Contestado como um sertão e de sua população como sertaneja, com base nas características identificadas no território e na ênfase dada às práticas culturais relacionadas à crença no monge João Maria. Influenciados por Euclides da Cunha, os militares viam reminiscências culturais indígenas nas tradições do sertanejo, o que, segundo eles, explicaria a manutenção do “atraso” e da “barbárie”, elementos que se tornaram evidentes durante o conflito do Contestado.

No entanto, as diferenças entre o cenário do sul e do norte do Brasil levaram esses intérpretes a apresentar variações na imagem que construíam em suas narrativas, especialmente devido à presença dos imigrantes e à riqueza natural da região. A visão do fanatismo no sul não decorre apenas de uma leitura euclidiana, pois, desde a metade do século XIX, já existiam discursos que demonstravam preocupação com a religiosidade na região. Ainda assim, a influência de Euclides da Cunha contribuiu para uma nova interpretação desse tema após o Contestado, misturando cultura e raça para justificar os problemas no sul. José Maria, nesse contexto, tornou-se o ponto de convergência de todos os problemas do sertão e do sertanejo, sendo visto como uma figura que manipulava a população por meio do fanatismo e alimentava a violência local.

No terceiro capítulo, explora-se como a ausência do poder público é o ponto central para compreender os acontecimentos no Sertão do Contestado e, ao mesmo tempo, a solução proposta para evitar novos conflitos. Essa ausência explicaria por que a civilização não se

instaurou na região, mesmo com todo o seu potencial. A preocupação dos militares não se limitava aos caboclos revoltosos, mas também incluía os imigrantes que viviam na região e demonstravam indiferença à nação brasileira.

Paralelamente, o movimento sanitarista brasileiro desenvolvia preocupações semelhantes, traçando um diagnóstico alinhado ao dos militares: no interior, a religiosidade era o principal elemento de coesão social. Um dos militares, Ezequiel Antunes, não apenas compartilhava dessas preocupações, bem como formulava suas ideias com base nas leituras dos principais representantes desse movimento.

Este trabalho teve início, em parte, ainda na graduação, quando comecei a ler os historiadores de farda durante minha participação na bolsa de iniciação científica *A Guerra do Contestado no Ensino de História do Brasil: Memória, História e Conflitos*, projeto vinculado ao grupo *Estação Contestado*. Naquele momento, meu foco de pesquisa não eram os militares em si, mas as informações que poderiam fornecer sobre os monges, utilizando esses autores apenas como fontes de dados. Desde então, já me incomodava a forma como retratavam os fiéis de São João Maria, classificando-os como bandidos ou fanáticos, enquanto alegavam estar apenas reproduzindo a verdade sobre o conflito.

Durante o mestrado, as orientações recebidas, as leituras aprofundadas sobre o Contestado e a recorrência de determinadas interpretações nas fontes, somadas às reflexões construídas em conjunto com meu orientador, despertaram novas curiosidades. Isso me levou a colocar esses textos no centro da pesquisa, buscando compreender suas motivações e sua inserção no debate nacional.

Inicialmente, minha preocupação era entender o porquê do Contestado aparecer tão pouco nas discussões sobre a Primeira República, os sertões e o pensamento social brasileiro. Contudo, a pesquisa revelou que essa percepção era equivocada: o Contestado esteve presente no debate nacional, mas sua permanência a longo prazo não se consolidou.

Machado (2004) e Rodrigues (2008) apontam que um dos motivos para isso foi o impacto da Primeira Guerra Mundial e dos problemas enfrentados na capital durante o conflito no sul, o que dificultou a consolidação do Contestado no debate nacional. No entanto, esta dissertação busca acrescentar outro ponto. Como se pretende demonstrar ao longo do trabalho, quando o Contestado emergiu no debate público, diferentes análises sobre os sertões brasileiros já estavam em curso. Assim, o sul se tornou apenas mais um entre tantos outros temas que demandavam atenção, ainda que apresentasse singularidades. Além disso, outro fator relevante foi a concentração dessa discussão em outras regiões do país, e não na capital, Rio de Janeiro.

Mais de cem anos após o conflito, seus efeitos ainda persistem entre a população remanescente. A região do Contestado, em Santa Catarina, apresenta os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), resultado da concentração de terras nas mãos de poucos e ainda abriga pessoas que enfrentam a fome (Ludka, 2016). Por décadas, as populações remanescentes carregaram o peso de uma memória negativa, enfrentando dificuldades para falar sobre o trauma do conflito.

Embora os combates tenham cessado no final de 1915, a visão estigmatizada de que o movimento era formado por pessoas fanáticas e ignorantes perdurou, ecoando a violência simbólica sobre os descendentes dos sertanejos do Contestado. Dessa maneira, retornar aos textos produzidos na época do conflito ajuda a compreender, em parte, o porquê da “vitória” das interpretações dos historiadores de farda e outros escritores do período.

1. A Guerra do Contestado e Pensamento Social na Primeira República

“Santa Maria repetia Canudos” (Peixoto, 1920, p. 58).

As pesquisas sobre o Movimento do Contestado basearam-se em diversas fontes, como: periódicos, discursos políticos, depoimento de sobreviventes ou seus familiares, fotografias, documentos jurídicos, relatórios e livros escritos por militares. As obras originadas dos representantes do exército, em particular, desempenharam um papel central, servindo tanto para reproduzir interpretações do conflito quanto para documentar os diferentes momentos da batalha.

A tese de Rogério Rosa Rodrigues, *Veredas de um Grande Sertão: A Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro* (2008), foi a primeira a explorar os escritos militares de forma mais aprofundada, identificando neles algo além de textos memorialísticos. Segundo Rodrigues, seis militares – Antônio Alves Cerqueira, Ezequiel Antunes de Oliveira, Dermeval Peixoto, Herculano d’Assumpção, Octaviano Pinto Soares e Vieira da Rosa – destacaram-se ao escrever sobre o conflito do Contestado, buscando compreender a lógica de vida dos habitantes do interior do Brasil e propondo formas de integrá-los à nação. Sobre essas características, o autor aponta:

Outra característica reveladora das similaridades entre obras e autores é o fato de as últimas terem sido debatidas e publicadas em instituições acadêmicas tradicionais, como as unidades do Instituto Histórico e Geográfico espalhadas pelo país. Registra-se, por fim, uma tentativa de explicar os fatores responsáveis pela origem e desenvolvimento do conflito que invocava São João Maria e São Sebastião, o que permite identificar uma filosofia da história orientando tais interpretações, além de ser recorrente o diálogo velado ou explícito com o clássico *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (RODRIGUES, 2008, p. 108).

A tese destaca um aspecto ainda pouco explorado sobre os projetos que esses militares tinham para o sertão, especialmente o Contestado. Esta dissertação segue as indicações de Rodrigues, ao ter como objetivo buscar e analisar de que maneira esses militares forjaram a imagem dessa região, ressaltando seus elementos estruturantes e as comparações realizadas com outros sertões brasileiros.

As obras desses militares são importantes não apenas por fornecerem detalhes sobre os eventos e as condições geográficas do Planalto Catarinense, mas, também, por refletirem visões particulares, na medida em que foram observadores diretos ou indiretos do conflito e influenciaram os trabalhos de outros pesquisadores. A relevância dessas fontes está na articulação de elementos políticos, econômicos e sociais que compuseram um retrato mais

amplo da região e da população. Desse modo, ao revisitar esses textos, busca-se não apenas extrair informações, mas interpretar criticamente os discursos que permeiam a construção dessas narrativas, inserindo-as em um debate mais amplo sobre o papel do Estado, do exército e das ideologias civilizatórias na Primeira República.

Assim, é importante revisar a bibliografia sobre a Guerra do Contestado, a presença militar na Primeira República e a formação do pensamento social brasileiro, que são elementos-chave desta investigação. O objetivo, portanto, é apresentar as interpretações que emergem nesses estudos, ressaltando suas conexões com os temas discutidos neste trabalho, bem como suas particularidades.

O capítulo está estruturado em três partes distintas. Na primeira, revisitam-se os principais estudos sobre o Movimento do Contestado: desde os primeiros trabalhos acadêmicos, que destacavam aspectos religiosos, até as pesquisas contemporâneas, que adotam uma abordagem crítica e social em relação aos envolvidos no conflito.

Os estudos produzidos entre as décadas de 1950 e 1970 foram selecionados por seu caráter inaugural, tanto na reconstituição do conflito quanto na formulação de interpretações sobre ele. Além disso, a escolha desses textos deve-se ao uso que fizeram dos militares como fontes, permitindo observar que, em parte, historiadores e sociólogos reproduziram as ideias desses autores de farda.

Cabe ressaltar que o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz não integra esta discussão, pois sua publicação integral é de difícil acesso e está disponível exclusivamente em francês. Além disso, o artigo derivado de sua tese, *O movimento messiânico do Contestado* (1960), não apresenta uma lista de fontes consultadas, o que dificulta a dinâmica proposta pelo capítulo de demonstrar a presença dos historiadores de farda nos estudos sobre o Contestado. Em suma, sabe-se que a autora utilizou os militares como fonte de pesquisa, segundo as informações presentes na obra de Duglas Monteiro (2011); entretanto, não há como auferir o modo pelo qual esses militares foram mobilizados por Queiroz (1960).

Por fim, em relação aos trabalhos publicados após os anos 2000, foram selecionados aqueles que renovaram as abordagens até então desenvolvidas, destacando-se por inaugurar uma nova fase de estudos sobre o movimento. Essas pesquisas enfatizaram a organização social dos caboclos, buscando valorizar seu projeto e oferecer uma crítica mais contundente às interpretações formuladas por militares e políticos no período da guerra.

A segunda parte retoma as discussões sobre o exército brasileiro, com ênfase na Primeira República, buscando compreender a organização e a atuação dessa instituição durante

esse período. Por fim, a terceira parte explora a formação do pensamento social brasileiro, focando na questão do sertão e no papel do Estado na construção da nação.

1.1. Historiografia do Contestado: Interpretações e Debates

O Movimento do Contestado já foi abordado sob diversas perspectivas, gerando diferentes interpretações que buscavam explicar suas raízes. Algumas análises procuraram compreender o movimento por meio da psicologia social, da história cultural, das relações de trabalho, da religiosidade e da modernização do exército brasileiro.²² Nesta revisão, pretende-se apresentar como essas abordagens interpretam o conflito no sul, bem como analisar a presença e o papel dos militares estudados nessas obras.

O trabalho pioneiro na produção acadêmica sobre a Guerra do Contestado foi o livro do médico Aujor Ávila Luz (1999 [1952]), intitulado *Os Fanáticos: Crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*, que analisou o conflito sob a perspectiva da psicologia social. Ao recorrer a textos de Dermeval Peixoto e Herculano D'Assumpção, assim como jornais da época, entrevistas com caboclos e à sua experiência como médico na região, o autor afirmava estar em uma posição privilegiada: não apenas por conhecer a área, como também por ter observado, durante sua infância no litoral, o deslocamento dos militares para o interior – uma história que, para ele, não deveria ser esquecida. É importante destacar que Euclides da Cunha exerceu uma influência significativa sobre sua obra. Sua análise se assemelhava à do engenheiro-militar, abordando a geografia, a população e a guerra, e em parte replicava a interpretação de que o caboclo seria uma figura retrógrada devido à miscigenação das diferentes raças que compõem o sertanejo.

Ao reconstruir a formação sócio-histórica do Contestado, o autor identifica a miscigenação entre indígenas, africanos e portugueses como um fator para o surgimento do suposto fanatismo, em conjunto com o isolamento do Planalto Catarinense em relação ao litoral. O caboclo, nesse processo, se constituiria por meio dos:

[...] prejuízos da mentalidade primitiva do índio e do negro, sensibilizada pela inclinação mística do português, restringida pelo ambiente confinado da vida sertaneja, marcada de conflitos materiais decorrentes das condições econômicas e sociais ainda de feição feudal e de conflitos espirituais conseqüentes à falta de escolas e de assistência religiosa, aguçada pela necessidade de proteção, pelo sincero desejo de aperfeiçoamento moral, apegou-se à devoção que brotava do seu misticismo inato (LUZ, 1999, p.121).

²² Esses estudos de caráter interpretativo estão mais relacionados às primeiras produções, como as obras de Cabral (1960), Queiroz (1981), Luz (1995) e Monteiro (2011). Esses autores dedicam uma parte significativa de seus trabalhos às suas interpretações, após a reconstrução da cronologia da Guerra do Contestado e das condições estruturais da sociedade cabocla.

Luz argumenta que, mesmo em sociedades consideradas avançadas, podem persistir traços inconscientes de uma religiosidade vista como retrógrada, os quais tendem a ressurgir diante de condições sociais, psicológicas e raciais favoráveis. Diante desse contexto de isolamento e miscigenação, o caboclo se tornou objeto de uma visão que combinava elementos sociais e religiosos, conforme o diagnóstico do autor. No caso específico do Contestado, as disputas de terra entre os estados de Santa Catarina e Paraná, junto aos conflitos internos na oligarquia e ao diagnóstico que o médico construiu sobre o caboclo, funcionariam como motores que impulsionariam os problemas que culminaram na Guerra.

Essa dinâmica histórica, marcada por disputas territoriais e conflitos sociais, também se entrelaça com interpretações sobre a religiosidade dos caboclos. Para o escritor, esse fenômeno se manifesta de forma peculiar no sertanejo do interior, onde o sentimento religioso atrasado, ao se confrontar com a “perversão dos sentimentos sociais e morais”, dá origem ao que ele define como uma “[...] monstruosa antilogia que caracteriza o fantástico: um ser essencialmente religioso e essencialmente pervertido” (Luz, 1999, p. 285). Dessa forma, Luz interpreta o Contestado como resultado desse encontro entre atraso e perversão.

Embora a obra de Luz tenha sido importante para tais discussões, sua interpretação centrada em aspectos psicossociais e raciais não foi unânime entre os estudiosos que se seguiram. Em resposta às suas conclusões, o médico e historiador Oswaldo Cabral, em *João Maria: Interpretação da Campanha do Contestado* (1960), apresentou uma abordagem distinta. Diferente de Luz, que enfatizava a influência da miscigenação e do isolamento na formação do chamado fanatismo, refletindo uma visão preconceituosa respaldada em partes pelas correntes sociológicas brasileiras sobre a miscigenação, Cabral buscou compreender a mobilização dos sertanejos a partir das condições sociais e econômicas da região.

O elemento central que diferencia a abordagem de Cabral (1960) reside, portanto, na raiz da motivação dos rebeldes em torno do monge. Segundo Cabral (1960, p. 338-339), as bases da religiosidade dos caboclos estavam relacionadas à sua idade cultural e ao seu nível intelectual que remeteram aos tempos do cristianismo primitivo, desconsiderando o racismo que permeia a obra de Luz. Para ele, a Guerra do Contestado não se originou de questões religiosas, mas foi influenciada por outros fatores sociais e pelas tensões locais.

Essa dissertação dialoga diretamente com os pressupostos defendidos por Cabral (1960, p. 341) no que diz respeito às ausências e seus impactos:

Em verdade, a zona era pobre de sacerdotes, como o era de escolas, de policiamento e de justiça, sendo indigente em matéria de economia privada. A fé era a tradicional, haurida no ambiente familiar, sujeita às influências dos costumes; a escola era a do sofrimento; a Justiça, a do mais forte ou a do mais

ágil. Na indigência não havia diferenças... Era uma zona na brutalidade da sua cultura recuada, mais próxima da do aborígine do que da do civilizado. Ilustração nenhuma.

A ausência do poder público é um elemento central em sua interpretação do movimento. O culto em torno dos monges não decorreria de seus saberes e práticas terapêuticas ou sermões religiosos, mas sim da falta de intervenção positiva do poder público. Essa ausência fazia com que os monges fossem percebidos como portadores das respostas disponíveis para problemas sociais e econômicos. Segundo Cabral (1960, p. 342), “a ação persuasiva da autoridade, para dispersar os sertanejos, localizando os desocupados e fornecendo-lhes possibilidades para o trabalho, nunca foi feita”, o que mantinha os sertanejos na precária situação em que se encontravam.

A noção de abandono do sertanejo e a necessidade de sua tutela pelo poder público foram elementos centrais nos textos de militares sobre a Guerra do Contestado, os quais foram incorporados, e em parte, reproduzidos por Cabral. No entanto, seu trabalho é crucial para as discussões acerca do Movimento do Contestado, dado o impacto que exerceu nas obras que se seguiram e por sua rejeição a visões de degeneração baseadas nas ideias de raça, conforme replicadas na obra de Aujor Ávila Luz.

Maurício Vinhas de Queiroz, em *Messianismo e Conflito Social: A Guerra Sertaneja do Contestado* (1981 [1966]), analisa o movimento sob a ótica do messianismo. Para ele, o conflito do Contestado deve ser compreendido como manifestação de uma crise estrutural cujas raízes estão relacionadas ao anseio da população sertaneja por terras, bem-estar e segurança. Segundo Queiroz, essas demandas foram amplificadas pela chegada dos imigrantes europeus, que recebiam terras enquanto os caboclos permaneciam marginalizados, aprofundando as desigualdades na região. Após dedicar a maior parte de sua obra à cronologia do conflito, Queiroz analisa as origens do movimento para concluir seu livro (Queiroz, 1981, p.249).

O autor identifica no Contestado uma revolta de caráter messiânico e alienante, que não apenas busca recusar a realidade em que os caboclos viviam, mas também promove uma readaptação a esse cenário. Para ele, o santo João Maria era um ponto central nas causas rebeldes que levaram ao conflito, personificando a figura de um mito e símbolo. Corroborando para tal pensamento, João Maria era um mágico, sacerdote, curador e profeta que correspondia aos anseios da população do Planalto Meridional. Em torno dessa figura e de seu sucessor, José Maria, tratado enquanto mártir devido à morte na Batalha do Irani, surgiu uma religiosidade denominada Santa Religião, que se manifestou como resposta aos problemas sociais, resultantes principalmente das desigualdades entre os caboclos e as oligarquias.

Essa religiosidade é apresentada como uma ruptura com o cristianismo. Na interpretação de Queiroz, os caboclos abandonaram a figura do Deus dos oligarcas e do cristianismo institucionalizado, recorrendo a um homem que conheciam e que atendia a seus anseios: João Maria, que era pobre e humilde. Com a morte de José Maria surge a interpretação da redenção do monge, um sacrifício análogo ao de Jesus no cristianismo, tornando crível sua volta como um momento de redenção. Um ano após a morte de José Maria, surgiram crianças afirmando serem intermediárias do profeta, o que levou seus seguidores a procurarem-nas em busca do período de justiça e fraternidade que só seria possível após a vitória na Guerra de São Sebastião – período em que ocorreu a Guerra do Contestado (Queiroz, 1981, p. 256-258).

Cabral (1960) e Queiroz (1981) convergem no entendimento que a insegurança e as precárias condições de vida foram fundamentais para que o movimento adquirisse o caráter religioso. Essa perspectiva também reflete a visão defendida pelos historiadores de farda entre as décadas de 1910 e 1930.

Duglas Monteiro, em *Os Errantes do Novo Século: Um estudo sobre o surto milenarista no Contestado* (2011 [1974]), oferece uma nova perspectiva que se distancia da abordagem sobre o messianismo de Queiroz. Em sua obra, Monteiro propõe uma interpretação sociológica, reconstituindo a organização social dos caboclos antes e durante o conflito, e explorando os significados atribuídos a esses elementos pelos envolvidos. As fontes consistem em grande parte nos materiais já utilizados por pesquisadores que o antecederam e mencionados anteriormente, incluindo os textos dos militares, tratados como memorialistas: Dermeval Peixoto, Herculano d'Assumpção e Pinto Soares. Além disso, o autor utiliza uma série de entrevistas coletadas e transcritas nos anexos de sua obra, enriquecendo sua análise com testemunhos diretos da região.

Monteiro (2011, p. 18-19) indica que seu trabalho surge da ausência de uma análise sociológica da religião sobre o Movimento. Em relação à obra de Aujor Ávila, critica suas distorções, embora reconheça a importância das fontes coletadas, assim como contesta trabalhos que possuíam valor mais jornalístico do que analítico, podendo ser considerados como crônicas enviesadas. Apesar de não os citar explicitamente, é possível inferir que esse grupo de fontes criticadas inclui, em parte, as obras dos militares que são foco desta pesquisa. Uma crítica importante do autor, que considera essa visão “uma simplificação comum”, refere-se à defesa de que a inserção de escolas e medidas de profilaxia sanitária na região poderiam ter promovido uma sociedade secularizada no Contestado, possivelmente evitando o conflito. Monteiro (2011, p. 21) se opõe a essa ideia, argumentando que, mesmo em cenários com tais intervenções, ainda emergem mitos políticos forjados pela sociedade de consumo, “[...] não sendo rara também a

utilização da irracionalidade religiosa posta a serviço de fins racionais”. Esse elemento, como já elucidado, é central na interpretação de Oswaldo Cabral (1960), que como se busca apresentar esta dissertação, reproduz a narrativa dos militares e outros atores sociais que, à época, escreveram sobre o conflito.

No que tange à sua interpretação do Movimento do Contestado, é sinalizada uma influência weberiana, com a divisão do movimento em três etapas: pretérita, desencantamento do mundo e reencantamento. Na primeira etapa, encontram-se as normas tradicionais da região, que influenciam nos papéis sociais, nos serviços e na distribuição de bens. Nesse contexto, o compadrio e o catolicismo rústico atuam como elementos que atenuam as tensões inerentes à organização social, proporcionando uma sensação de alívio. Assim, as hierarquias sociais são suavizadas simbolicamente através da relação de batismo, na qual o patrão se torna padrinho do filho de seu agregado (Monteiro, 2011, p. 22).

A segunda etapa corresponde ao dismantelamento dessa estrutura tradicional, provocado pela inserção do capitalismo internacional, que se deu por meio da construção da ferrovia, da exploração da madeira, da extração da erva-mate e da disputa por terras. Esse processo levou à introdução do trabalho assalariado, rompendo com as antigas relações de compadrio e acentuando as tensões e contradições sociais. Em vista disso, a presença do Estado foi sentida negativamente pelos caboclos, favorecendo os interesses econômicos que se estabeleciam na região e as oligarquias aliadas a eles (Monteiro, 2011, p. 22-23).

Por fim, o reencantamento do mundo surge como um processo de reelaboração dos valores e de busca por resolver as contradições geradas pela crise. Uma nova realidade e uma nova linguagem foram construídas, nas quais a religiosidade ganhou um novo significado, ajudando a reorganizar o mundo “desencantado” e dando sentido às mudanças que ocorreram (Monteiro, 2011, p. 23-26).

A análise de Duglas Monteiro (2011) sobre os monges e a Guerra do Contestado difere da visão defendida por Vinhas de Queiroz (1981) ao adotar a chave do milenarismo, em vez do messianismo. Para Monteiro (2011, p. 90-98), a religiosidade em torno do monge João Maria era uma manifestação do catolicismo rústico, uma prática presente não apenas no interior do Brasil, mas em toda a América Latina, sem representar uma ruptura com a religiosidade tradicional. No entanto, essa religiosidade também incorpora elementos das práticas africanas e indígenas, embora Monteiro não explore esses aspectos com profundidade em sua análise.

Marli Auras, no livro sob o título *Guerra do Contestado: A organização da irmandade cabocla* (2015 [1984]), utiliza categorias de análise *gramscianas* para abordar o caráter pedagógico do conflito e a organização da Santa Irmandade. Seu trabalho se constrói por meio

das fontes utilizadas pelos autores que a antecederam, promovendo um diálogo direto com Douglas Monteiro e Maurício Vinhas de Queiroz. Para a autora, o movimento surge como uma resposta ao avanço capitalista protagonizado pela chegada das empresas de Percival Farquhar no Planalto Catarinense. O elemento organizador de natureza pedagógica se desenvolve nas Cidades Santas, definidas como “[...] toda uma organização interna, criada pelo conjunto de caboclos, diversa daquela encontrada na sociedade mais ampla. Toda a coletividade educava o líder e era por ele educada” (Auras, 2015, p. 21). Mesmo reconhecendo a força da causa rebelde, Auras argumenta que esta seria insuficiente para combater a repressão dos oligarcas e do exército.

Destaco esse trabalho porque em sua introdução há uma crítica direta às obras dos militares, apresentando-as como documentos construídos pelos vencedores do conflito. Auras (2015, p. 25) enfatiza que poucos registros sob a perspectiva dos caboclos sobreviveu, e parte das informações sobre os revoltosos pode ser obtida apenas na documentação de seus repressores: “Os militares, a título de curiosidade [...], registraram rezas inteiras destes e o conteúdo de diálogos mantidos com sertanejos aprisionados. Este material representa, por contradição, preciosa fonte de dados para a reconstrução do Contestado segundo a ótica dos vencidos”.

No entanto, é importante destacar que a autora, em parte, reproduz algumas das análises presentes nas obras dos militares, perpetuando a visão de que os caboclos eram: “[...] analfabetos, isolados do restante do país, no interior de uma estrutura de poder coronelista, vivendo apenas da obtenção dos ‘mínimos vitais’ [...]” (Auras, 2015, p. 21, 173). Mesmo que Auras busque romper com a visão negativa dos seguidores de João Maria, a noção de ausência, elemento central nas fontes aqui analisadas, reaparece como justificativa para o protagonismo da religiosidade no Planalto Catarinense.

Na primeira década do século XXI, novas abordagens historiográficas começaram a se consolidar a partir de pesquisas sobre o Movimento do Contestado. Essas investigações buscaram evidenciar a dimensão cultural da sociedade cabocla, em contraposição às interpretações predominantes em trabalhos anteriores. Um dos primeiros estudos a se destacar foi o livro de Paulo Pinheiro Machado, intitulado *Lideranças do Contestado* (2004), o qual se propõe analisar as origens sociais, políticas e a formação das principais lideranças sertanejas no conflito, com ênfase na fase final do movimento de julho de 1914 a janeiro de 1916.

Machado examina a formação histórica do Planalto Catarinense, relacionando o contexto do Contestado a eventos anteriores, como a Revolução Federalista, e destaca como lideranças remanescentes desse episódio influenciaram o desenvolvimento do conflito, além do

surgimento de novas figuras que protagonizaram uma organização mais combativa entre os caboclos. O autor define essas lideranças como “de briga”, criticando a historiografia anterior por retratar essas figuras como “[...] bandidos e criminosos, o que reproduz de certa forma a mesma visão que interessou aos militares, os primeiros a escreverem sobre este conflito” (Machado, 2004, p. 25). Essa crítica visa evidenciar o esforço dos militares e de estudiosos anteriores em desqualificar a fase mais complexa do conflito, marcada pelas derrotas das tropas republicanas até o cerco liderado por Setembrino de Carvalho.

Machado reconhece também que essas lideranças articulavam um discurso baseado na religiosidade dos monges e na defesa da Santa Religião, o que unificava as diversas causas do conflito. Além disso, ele critica a ideia de isolamento regional apresentada por pesquisas anteriores, argumentando que a área do conflito fazia parte de um amplo corredor cultural por onde os monges circulavam – corredor no qual era historicamente conectado a outras partes do Planalto Meridional, influenciado pela prática do tropeirismo.

A pesquisa de Machado (2004), portanto, contribui ao apresentar novos elementos que permitem uma compreensão mais apurada da sociedade cabocla. No entanto, esta dissertação se propõe a analisar o discurso produzido por militares, políticos e jornalistas que acompanharam o conflito, o que exige algumas considerações.

Em relação à ideia de isolamento, observa-se que a visão dos militares analisados nesta pesquisa não se restringe exclusivamente à dicotomia litoral x sertão. Embora Machado (2004) critique essa noção, destacando que o litoral catarinense apresentava maior isolamento do que o Planalto, para os textos de militares aqui estudados a preocupação central era outra: o isolamento seria resultante da ausência de uma autoridade pública central, a única capaz de integrar os sertanejos à “civilização”, da qual esses militares se consideravam representantes.

Esse aspecto se manifesta, por exemplo, na ausência de policiamento ostensivo na área do Contestado – o que, segundo os militares, permitiu a livre circulação de lideranças federalistas e supostos bandidos. Além disso, os símbolos da Santa Religião eram motivos de apreensão entre os militares, pois representavam a ignorância e o desconhecimento da bandeira que refletia a Nação.

A tese da Márcia Janete Espig (2008) fornece elementos acerca da população do Planalto Catarinense antes da Guerra, ao investigar as relações dos trabalhadores recrutados pela *Brazil Railway Company* na construção da Linha Sul da Estrada de Ferro no trecho São Paulo e Rio-Grande. Em tal tese, a historiadora analisa as interpretações historiográficas e sociológicas sobre o Movimento do Contestado, especialmente no que se refere às origens dos trabalhadores envolvidos. Além disso, destaca que, em sua maioria, essas pesquisas

reproduziram de forma acrítica uma afirmativa errônea feita pelo General Setembrino de Carvalho em seu relatório de 1916, apresentado ao final da expedição. Essa perpetuação da narrativa é atribuída à autoridade que o militar exercia, o que conferiu legitimidade às suas afirmações, mesmo que incorretas.

Acerca dos militares discutidos nesta dissertação, Márcia Espig (2008) apresenta uma abordagem sobre como outros pesquisadores utilizaram suas obras para compreender a Guerra do Contestado. Esses escritos são identificados pela autora tanto como fontes quanto parte de uma primeira geração da historiografia do Contestado, uma vez que são relatos de participantes do conflito. A proximidade desses escritos com o conflito em si contribuiu para que os pesquisadores o utilizassem, “[...] muito embora tenha variado bastante o uso e o sentido conferido a tais relatos. Se alguns analistas os utilizaram acriticamente, como mera fonte de dados ‘objetivos’ sobre o conflito, atualmente a tendência aponta para uma análise mais detalhada e sofisticada destas fontes” (Espig, 2008, p. 39). Concorde-se com essa constatação da autora, acrescentando que, em alguns casos, há a repetição dos argumentos levantados pelos militares sobre os problemas do Contestado.

Os seus apontamentos sobre a escrita de militares, a troca de correspondências entre eles e o envio de textos para periódicos são relevantes ao debate, buscando, na presente dissertação, acrescentar novos elementos a essa discussão. Dessa maneira, não foram apenas os militares Herculano d’Assumpção, Pinto Soares e Vieira da Rosa que se comunicaram com os jornais; Ezequiel Antunes, Alves Cerqueira e Dermeval Peixoto também participaram de interações com a imprensa. Além do mais, essas figuras tiveram suas obras comentadas por veículos de comunicação ou por contemporâneos proeminentes, que compartilhavam um interesse pelas questões relacionadas aos sertões brasileiros e partilhavam interpretações entre si.

Embora Espig (2008) tenha levantado uma série de questionamentos e reflexões acerca da produção dos textos militares, foi a tese de Rodrigues (2008) o principal trabalho a discutir as origens e influências desses autores. Sua pesquisa buscou evidenciar e discutir o processo de modernização do exército brasileiro ocorrido na década de 1910, apontando como o este utilizou o conflito como um “laboratório” para esse projeto. Nesse sentido, o pesquisador aborda diferentes frentes: jornalísticas, fotográficas, relatórios, cultura material e a produção dos textos dos militares neste trabalho analisados, as quais intitulou como historiadores de farda. O autor constrói a categoria a partir dos seguintes elementos:

[...] historiador de farda seria um oficial que se dedica, embora não exclusivamente, mas principalmente, à história militar. Os historiadores de farda compartilham entre si, além da formação militar, conferida em escolas de formação de oficiais, o fato de não publicarem apenas em espaços militares,

de não visarem apenas à platéia das forças armadas e de adotarem referenciais teórico-metodológico-científicos compartilhados pelos intelectuais “civis” na construção de suas obras. Com os historiadores acadêmicos compartilham, muitas vezes, fontes, leituras e atuação em meios de comunicação, como revistas e jornais, dentro e fora do círculo militar (RODRIGUES, 2008, p. 106).

O historiador observa que as interpretações e os textos dos militares surgem em um período de formulação de projetos para o futuro do Brasil, com ênfase em um modelo que coloca o exército no centro da organização social e da defesa nacional. Além disso, destaca que esses relatos militares podem ser entendidos como etnográficos, pois se empenham em descrever as práticas culturais dos caboclos, incluindo a coleta de objetos representativos desses grupos para exposição em museus e institutos históricos e geográficos estaduais. Esse esforço conecta as narrativas militares a outras produções da época, contribuindo para uma visão abrangente sobre a sociedade brasileira.

Para compreender as obras desses autores, é fundamental considerar o contexto em que foram produzidas, muitas vezes próximo ao término da Guerra. Segundo Rodrigues (2008), esse fato evidencia que os textos foram desenvolvidos diretamente no *front* do conflito durante a Expedição de Setembrino de Carvalho. No entanto, no caso dos médicos militares Ezequiel Antunes e Alves Cerqueira, os primeiros escritos – ainda que estejam incompletos, no caso do primeiro referenciado – começaram a ser elaborados já no início da Guerra, durante as batalhas de Taquaruçu e Caraguatá, integrando as discussões sobre a modernização da medicina militar.

A influência da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, é outro elemento central discutido por Rodrigues (2008) e que também será revisitado na presente pesquisa. O autor aponta que, nesse contexto, os militares tentavam superar o trauma causado pelas expedições de Canudos em 1897, as quais mancharam a imagem do exército na opinião pública. Nas obras dos historiadores de farda, o diálogo com Euclides da Cunha transcendeu a simples referência, refletindo uma tentativa de se posicionarem como cronistas do Contestado, buscando equiparar-se à Cunha na tarefa de interpretar e registrar a história do sertão.

Liz Andréa Dalfré (2004), em *Outras narrativas da nacionalidade: o Movimento do Contestado*, também buscou aproximar as ideias de Euclides da Cunha ao Contestado. Em sua dissertação, ressalta como a obra *Os Sertões* moldou a interpretação do sertão e do sertanejo, especialmente no que tange à visão do meio geográfico como um fator determinante da condição social e cultural da população. Para Dalfré, essa perspectiva foi incorporada nas análises de Herculano d’Assumpção, Dermeval Peixoto e Setembrino de Carvalho, bem como na cobertura jornalística do *Diário da Tarde*.

Para tanto, o presente trabalho busca expandir esse tópico, demonstrando que, além de d'Assumpção e Peixoto, outros historiadores de farda também partilhavam da influência euclidiana. Ademais, pretende-se evidenciar as diferenciações estabelecidas por esses autores com a obra de Euclides e a realidade que encontraram no sul do país. Assim como apontado por Dalfré, constata-se que o meio influenciaria a vida do sertanejo, o que levou os autores analisados nesta pesquisa a destacarem as discrepâncias entre a geografia do norte e do sul do país, incluindo diferenças na identificação do caboclo, marcadas pela presença do imigrante.

No Contestado, a geografia catarinense era entendida como um caminho para o progresso, favorecendo a chegada de europeus. O principal entrave era atribuído à ausência do poder público, cuja presença poderia impulsionar o desenvolvimento e superar as condições de atraso existentes. Embora tenham introduzido novos elementos para justificar as raízes do fanatismo no sul, os historiadores de farda continuaram a dialogar com as concepções euclidianas, especialmente ao reconhecer a centralidade do indígena na formação do sertanejo (Abreu, 1998; Cunha, 2016).

O livro de Alexandre Karsburg, intitulado *O Eremita das Américas: A Odisseia de um peregrino italiano no século XIX* (2014), destaca-se por reconstruir a trajetória de João Maria de Agostini, figura inaugural da tradição do monge João Maria. Até o presente, é o principal estudo sobre essa figura, oferecendo uma densa análise das fontes que cobrem sua jornada pelo Brasil até sua morte no Novo México (EUA). O autor enfatiza a importância do movimento em torno do monge desde sua chegada ao Rio Grande do Sul, destacando como sua presença atraiu a atenção de políticos, médicos, militares e civis, especialmente após a descoberta das águas santas no Campestre de Santa Maria, em 1846. Esse evento marcou o início da tradição ligada ao monge João Maria, que se consolidou nas décadas seguintes (Karsburg, 2014a).

Dito isso, a obra de Karsburg é relevante por sua reconstrução da trajetória de João Maria de Agostini, permitindo uma conexão importante com o que se busca explorar nesta dissertação: a preocupação com a presença de um suposto fanatismo no sul do Brasil já na segunda metade do século XIX. Dessa forma, analisando as fontes levantadas, compreende-se que a especial atenção dada pelos militares ao fanatismo durante o conflito não era nova. Jornais, religiosos, políticos e médicos analisados nesta dissertação já demonstravam apreensão sobre esse tema desde o surgimento de Agostini.

Outra obra a ser suscitada por trazer informações importantes a esse trabalho é de Evelyn Bueno, intitulada *Insurgências no Pós-Contestado: O Movimento do Timbó (Porto União-SC, 1942)* (2023), a qual investiga o Movimento do Timbó, ocorrido no Planalto norte de Santa Catarina em 1942, no então município de Timbó Grande. A autora propõe como

hipótese que, mesmo após o fim do conflito do Contestado na década de 1910, a tradição em torno do monge João Maria continuou viva e mobilizadora. Para sustentar essa análise, Bueno utiliza fontes como notícias de jornais, relatórios públicos do governo de Santa Catarina e o processo criminal n. 2348, presente no Arquivo Nacional, no qual Elias Mota, referido como um monge, é identificado como figura primordial para o Movimento do Timbó.

Para além dessas contribuições, a pesquisa de Bueno (2023) se destaca também ao apontar o surgimento de uma estrutura de repressão rápida e eficiente no Planalto Catarinense, no período posterior ao Contestado. Esse aparato repressivo foi mobilizado diversas vezes entre o fim do conflito e o caso do Timbó, respondendo de forma enérgica a qualquer movimento de caráter popular. Os textos militares aqui analisados demonstram que existiu uma preocupação recorrente com a necessidade de manter constantemente uma presença de forças policiais na região a fim de prevenir novos levantes e revoltas. Para os militares, a ausência de uma força repressiva adequada antes do Contestado teria sido um fator que facilitou o desenvolvimento do conflito. Nesse sentido, a análise de Bueno permite observar que a resolução dessa preocupação se concretizou nos anos seguintes, materializando-se na repressão eficaz a movimentos populares, como evidenciado no caso do Timbó.

Esta revisão sobre o Movimento do Contestado buscou destacar os principais temas abordados até o momento, com ênfase no uso das narrativas produzidas por integrantes do exército como fontes, além da análise de seus conteúdos e intenções. De modo geral, as discussões em torno do Movimento do Contestado têm se concentrado na reconstrução da religiosidade em torno dos monges e na organização dos rebeldes ao longo do conflito. Esses elementos, em um primeiro momento, foram utilizados para interpretar o conflito em associação a problemas estruturais da sociedade, como exemplificado nos trabalhos de Aujor Luz (1999 [1952]), Oswaldo Cabral (1960), Vinhas de Queiroz (1981 [1966]) e Duglas Monteiro (2011 [1974]).

A partir do início do XXI, estudos como os de Machado (2004), Espig (2008), Rodrigues (2008), Karsburg (2014) e Bueno (2023) promoveram uma análise mais crítica das informações originalmente apresentadas pelos militares. Embora não rejeitem o uso dessas fontes, esses autores questionaram determinadas interpretações, como as ideias de fanatismo e banditismo, reavaliando o projeto político dos caboclos e suas lutas. Essa abordagem tem como objetivo construir uma interpretação mais detalhada e contextualizada dos seguidores do monge João Maria, reconhecendo que os documentos militares estavam inseridos em um contexto no qual as forças armadas articulavam um projeto nacional específico, que se apresentava como defensor da "civilização".

1.2. Os militares, a Primeira República e a Nação

Como apresentado anteriormente, os militares foram importantes produtores de informações no período da Guerra do Contestado, resultando em fontes consultadas pelos historiadores e sociólogos que os sucederam. No esforço de compreender as motivações das escritas deles, torna-se necessário retornar ao contexto da produção desses trabalhos dentro do exército na Primeira República. O elemento central para tal explicação consiste em compreender que o exército, nesse período, passou por um processo de modernização ao mesmo tempo que desenvolvia um projeto de nação brasileira.

Um dos principais estudos sobre o exército brasileiro no contexto deste trabalho foi produzido por José Murilo de Carvalho, *As Forças Armadas na Primeira República: O poder destabilizador* (2019).²³ O autor concentra suas análises na compreensão do papel das Forças Armadas durante a Primeira República, ressaltando a modernização e reestruturação do exército brasileiro neste período, buscando “[...] se tornar [uma] organização nacional capaz de efetivamente planejar e executar uma política de defesa em seu sentido amplo” (Carvalho, 2019, p. 90).

Em um lento processo iniciado nas primeiras décadas do século XX e que se desenvolveu ao longo do período em questão, o exército buscou consolidar seu papel por meio da aprovação de uma lei de serviço militar obrigatório - a qual foi promulgada em 1908, mas colocada em prática apenas em 1916 - e da eliminação da Guarda Nacional, o que levou a um aumento substancial do número de efetivos. Isso fortaleceu o projeto de transformar o exército em uma força de caráter nacional devido à sua maior distribuição territorial e ao treinamento de oficiais e praças.

Essa nova organização permitiu que o exército se estruturasse melhor e desenvolvesse projetos mais objetivos, tanto para a instituição quanto para o país. Este processo de organização interna também foi um mecanismo utilizado para, além da profissionalização, evitar a influência de políticos civis em seus projetos, que visavam a manutenção do poder das oligarquias. Nesse sentido, os militares buscavam não apenas seu fortalecimento, mas sua profissionalização e oposição às lideranças políticas, consideradas como inimigas.

²³ A primeira edição do texto foi publicada no *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 1974. A edição que utilizamos na presente dissertação constitui na edição mais recente, publicada na segunda edição do livro *Forças Armadas e Política no Brasil* (2019).

As missões, como o envio de oficiais para a Alemanha na década de 1900 e a Missão Francesa na virada para a década de 1920, desempenharam um papel importante na organização do exército e no desenvolvimento de um discurso pela defesa nacional, entendido por eles como algo que “[...] abrangia todas as dimensões relevantes da vida nacional, desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas como a siderurgia” (Carvalho, 2019, p. 51).

O autor ressalta que, nesse processo de modernização, um grupo se destacou: os Jovens Turcos, que desenvolveram atividades no exército alemão entre os anos de 1906, 1908 e 1910, permanecendo cada um deles por dois anos na Alemanha. Os integrantes do último grupo elaboraram um plano para a difusão do conhecimento adquirido, integrando-se às tropas para disseminar os aprendizados. Esses oficiais criaram, em 1913, a revista *A Defesa Nacional* para divulgar seus projetos e defender a lei do serviço militar obrigatório de 1908, tornando-se um dos principais espaços para a propagação dos discursos de modernização e organização do exército brasileiro. Segundo Carvalho (2019, p. 49), “a revista era exclusivamente técnica e dedicou-se a traduzir regulamentos do exército alemão, a difundir seu sistema de treinamento, suas práticas e costumes, e a lutar por medidas como o sorteio militar, a educação militar, o afastamento da política e a defesa nacional”.

A relevância dos Jovens Turcos para este trabalho está diretamente associada aos textos publicados na revista *A Defesa Nacional*. Ao revisitar algumas edições, identificou-se que a retórica em torno da integração do território nacional – especialmente por meio de medidas educacionais – era central para os autores do periódico, assim como para os militares que atuaram no Contestado. Um aspecto particularmente significativo é a relação de ao menos dois desses militares, Dermeval Peixoto e Antônio Alves Cerqueira, com a revista: no caso de Peixoto, por meio de menções a seus escritos; no caso de Cerqueira, por meio de uma publicação. Esse vínculo evidencia um ambiente de ideias compartilhadas e a construção de um imaginário coletivo voltados à modernização do exército como parte integrante da modernização da nação – um discurso que conectava os autores da revista aos militares do Contestado.

O ponto-chave para essa investigação é que, nesse processo, os militares construíram um discurso que buscava legitimar a intervenção do exército na vida política brasileira, posicionando a instituição como um poder moderador e assumindo tal atitude como herança do Império ao derrubar o regime:

Era uma combinação do intervencionismo tenentista com as transformações estruturais da organização militar promovidas pelos reformadores. Em outras palavras, era o intervencionismo de generais, ou do Estado-Maior, o

intervencionismo da organização e não apenas de alguns de seus membros. A nova concepção só se tornou viável graças às mudanças organizacionais: nacionalização do Exército efetivada pelo alistamento universal e pelo sorteio; aumento do contingente; desenvolvimento do Estado-Maior; formação de oficiais de Estado-Maior (CARVALHO, 2019, p. 68).

Esse trecho reforça a ideia de que a modernização do exército possibilitou o desenvolvimento de discursos que defendiam seu papel como um elemento de representação da nação, mesmo que esse processo tenha ocorrido de forma lenta. A melhoria na organização militar permitiu que o exército se percebesse como o principal representante e defensor do país, assumindo o direito de intervir diretamente na vida da nação. Esse discurso também apareceu nos textos dos militares que atuaram no Contestado, os quais acreditavam que a importância estratégica do território para a defesa nacional tornava necessária sua integração e “civilização” – em alguns casos, por meio da influência direta do exército. Os historiadores de farda, inclusive, viam nos políticos locais inimigos que atrapalhavam a estabilidade e o fortalecimento da nação por meio de seus projetos pessoais.

A influência positivista é basilar para compreender não apenas o exército, mas também os escritores da Guerra do Contestado, já que grande parte dos militares do Império e do início da República estudou na Escola Militar da Praia Vermelha, instituição pautada por esses princípios. O currículo enfatizava o estudo de matemática, filosofia e letras em detrimento de disciplinas estritamente militares, o que gerava críticas diretas por parte dos Jovens Turcos (McCann, 2007; Rodrigues, 2008; Carvalho, 2019). Essa formação foi fundamental, pois influenciou tanto os militares quanto os intelectuais civis (Ferreira, 2008; Rodrigues, 2008). No início do século XX, segundo Luiz Otávio Ferreira (2008), intelectuais e cientistas brasileiros adotavam esse ideário como a principal referência em diversos centros de produção científica. Esses disseminadores das ideias positivistas as utilizavam “[...] como um recurso de pensamento e de ação imprescindível para a promoção das mudanças que, supostamente, dariam ao Brasil a feição de uma nação moderna” (Ferreira, 2008, p. 87).

Ao recorrer a esse saber, esses intelectuais o utilizavam não apenas para desenvolver suas pesquisas, mas também para elaborar um projeto de reorganização nacional, propondo soluções para os problemas do país. Seus ideais eram difundidos por diversos meios, como jornais, críticas literárias, partidos políticos e movimentos científicos (Ferreira, 2008). Desse modo, a influência do pensamento positivista é central e de extrema relevância, uma vez que foi compartilhada pelos autores que abordaram o conflito.

Outro trabalho importante para compreender o papel do exército no período estudado é a dissertação de Leila Cappella, *As Malhas de Aço no Tecido Social: A Revista “A Defesa*

Nacional” e o *Serviço Militar Obrigatório* (1985). Seu estudo distingue-se por analisar a construção da visão de nação elaborada pelos Jovens Turcos e o papel atribuído ao exército nesse processo. A autora identifica a existência de uma aliança entre os militares, as elites políticas e os centros urbanos para a implementação da Lei do Serviço Militar de 1908. Para tal, Capella argumenta que o exército não era percebido apenas como uma força repressiva, mas também como “[...] uma entre outras tantas instituições disciplinadoras que a era clássica nos legou, e assim aproximar, apesar das características específicas de cada uma, o quartel da escola, da fábrica, do convento, do internato e de outros espaços de socialização do mundo civil” (Capella, 1985, p. 5).

Nesse processo, a ideia de nação era primordial para os Jovens Turcos e permeava o editorial da revista *A Defesa Nacional* – destacando-se os textos, situados entre 1915 e 1916, que buscavam diagnosticar a situação nacional, tomando como referência os modelos europeus e norte-americanos. Como aponta Capella (1985, p.71), havia “uma total assimetria, um terrível simulacro onde se desejava uma cópia”. Essa decepção, segundo a autora, contribuiu para as “imagens dramáticas” utilizadas pela revista em suas análises.

O diagnóstico construído por esses escritores indicava que a formação de um sentimento de nacionalidade no Brasil era inviável, dadas as profundas diferenças entre os modelos estrangeiros que serviam de base para reflexão e a realidade do país. Para eles, não existia uma verdadeira nação brasileira, mas sim “[...] ‘um aglomerado de gente sem orientação definida, sem unidade, sem coesão, movido ao sabor dos interesses de um pequeno número em detrimento do bem-estar material e moral da imensa maioria’” (Capella, 1985, p.72-73). Essa análise revelava a ausência de uma raiz histórica comum e definida para o brasileiro, o que resultava em uma estrutura nacional improvisada e mal administrada pela política. Apesar do tom negativo, os editores da revista apontavam que a natureza local apresentava potencialidades que, se melhor aproveitadas, impulsionariam a civilização brasileira, conferindo-lhe vantagens.

A conexão entre os escritos de *A Defesa Nacional* e os textos dos militares envolvidos no Contestado é evidente. O sul do Brasil, em particular a zona contestada, era descrito como rico e passível de “civilização”, com a natureza desempenhando um papel essencial nesse processo devido à sua semelhança com o clima europeu. Esses fatores, segundo os autores, facilitariam a aproximação com os padrões da Europa.

No entanto, a ausência de um sentimento de nacionalidade foi uma preocupação recorrente nos textos dos historiadores de farda. Para eles, tanto os imigrantes europeus quanto os brasileiros que habitavam o sertão no sul não compartilhavam um vínculo com o Brasil, alinhando-se a outros sentimentos de pertencimento que não os da nação. Essa falta de

identidade nacional, segundo os militares, estava diretamente associada à ausência de instrução pública e à má gestão da política.

Os problemas enfrentados pelo Brasil e pelo Contestado eram vistos como semelhantes, sendo a instrução dos imigrantes um ponto de destaque – especialmente pela participação de alguns deles na causa religiosa. Tanto os militares quanto o periódico dos Jovens Turcos dedicaram-se amplamente a essa questão, evidenciando a preocupação com a integração nacional e a necessidade de superar os desafios locais por meio da educação.

O auge da aliança entre militares e a elite civil, outro ponto essencial deste trabalho, ocorreu com a formação da Liga de Defesa Nacional, em 7 de setembro de 1916, conforme Capella (1985). Essa organização promoveu uma campanha em defesa do serviço militar obrigatório com o apoio de diversos segmentos da sociedade civil, abrangendo diferentes classes sociais. Na data de sua fundação, figuras proeminentes se destacaram como membros fundadores, incluindo Ministros de Estado, deputados, representantes do comércio, da indústria e da agricultura, e acadêmicos como Aloísio de Castro, Miguel Couto e Oswaldo Cruz, além de militares e representantes da imprensa. O poeta Olavo Bilac, figura central no processo de fundação da Liga, justificava sua necessidade ao afirmar que o patriotismo era ausente em grande parte da população, dispersa pelo território brasileiro, com pouca comunicação e submetida a uma administração federal deficiente. De acordo com o escritor, em muitos sertões desamparados, a falta de instrução popular fomentava o desânimo e o descontentamento. A Liga, portanto, surgia para enfrentar esse cenário, buscando “[...] protestar e reagir contra esse fermento da anarquia e essa tendência para o desmembramento” (Capella, 1985, p. 237).

A análise de Cappella (1985) reforça a visão de uma preocupação com as populações que integravam o território brasileiro, especialmente aquelas marginalizadas pela ausência de políticas de alfabetização. Esse sentimento de desamparo, frequentemente manifestado pelos membros da Liga, era compartilhado pelos militares que atuaram no Contestado, evidenciando uma percepção de abandono por parte do poder público.²⁴

Assim como Leila Capella (1985), Frank McCann em *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937* (2007) e Peter Beattie em *Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945* (2009) demonstram como os militares tinham uma preocupação em relação a ausência de uma coesão nacional. Em 1916, a revista *A Defesa Nacional* reproduziu a declaração de Alberto Torres, que afirmava: “[...] o Brasil não era um país, nação ou pátria, mas ‘uma exploração’” (McCann, 2007, p. 245). Torres e o editorial de

²⁴ Cabe destacar que, até onde foi possível mapear, não houve nenhum escritor militar do Contestado que participou da fundação da Liga de Defesa Nacional.

A *Defesa Nacional* destacavam que as inquietações com inimigos externos eram insuficientes, pois o país enfrentava um desafio interno perigoso: a falta de coesão nacional.

Segundo McCann (2007), na Primeira República, em um contexto de federalismo, o exército se consolidava e se apresentava como a única instituição verdadeiramente nacional, com projetos próprios de organização do país. A corporação assumiu diversas responsabilidades em todo o território, como: o recrutamento, a expansão de postos; o enfrentamento de rebeliões; a construção de estradas de ferro e linhas telegráficas; o mapeamento do território; a demarcação de fronteiras; a supervisão do Serviço de Proteção ao Índio; e a administração de prisões, orfanatos e arsenais. Assim, representava uma força que buscava organizar um vasto território que era considerado mal controlado pelos políticos.

Beattie (2009) acrescenta que o projeto de coesão nacional refletia uma questão imperialista interna no próprio território. Assim, o exército desempenhava um papel central e insubstituível na organização das fronteiras e na integração do interior, especialmente diante da preocupação com a colonização dessas áreas, dado que o Brasil faz fronteira com a maioria dos países da América do Sul. A atuação militar na construção de infraestrutura não apenas consolidava a presença do Estado, mas também fortalecia sua capacidade de defesa interna e externa. As expedições de Cândido Rondon, ligadas à exploração das fronteiras e às ações do Serviço de Proteção ao Índio, exemplificam tal projeto.

O texto *Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915)*, de Dominichi Miranda de Sá, Magali Romero de Sá e Nísia Trindade Lima (2008), apresenta essas atividades internas da Comissão Rondon, compreendendo não exclusivamente como um exercício imperialista, mas também como comissões de explorações do próprio território brasileiro. Essas, na verdade, consistiam em uma série de atividades lideradas por militares da área da engenharia, entre os anos de 1900 a 1930, com o objetivo:

- (1) [da] realização dos trabalhos da Comissão Telegráfica do Mato Grosso (1900-1906) e da CLTEMTA (1907-1915); (2) [da] administração das estações e da conservação das linhas e a preparação de relatórios, com a sistematização dos resultados e registros das viagens ao Mato Grosso e ao Amazonas, pelo Escritório Central da Comissão, sediado no Rio de Janeiro; (3) [da] consolidação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) no interior do Maic; e, finalmente, (4) [da] realização dos serviços de Inspeção de Fronteiras aos quais Cândido Mariano Rondon, o comandante militar da CLTEMTA, dedicou-se de 1927 a 1930 (SÁ, SÁ, LIMA, 2008, p. 784).

Essas atividades desempenharam um papel fundamental na integração de diferentes regiões e populações do país, promovendo não apenas a coesão territorial, mas também o

aprofundamento do conhecimento sobre a geografia. A presença efetiva do Estado-nação foi consolidada com a atuação do exército como principal representante desse movimento.

Além disso, destacaram-se as atividades científicas que desempenharam um papel crucial na construção de discursos voltados à integração e valorização dessas regiões, transformando-as em espaços produtivos e integrados à civilização por meio da exploração de suas riquezas. Entre 1910 e 1920, naturalistas produziram relatórios e conferências detalhando informações das áreas expedicionárias. Esses trabalhos resultaram em “[...] volumosas descrições de espécimes da flora e da fauna; detalhadas descrições geográficas e geológicas acompanhadas de pranchas primorosas; glossário de termos presentes em línguas de vinte nações indígenas” (Sá; Sá; Lima, 2008, p. 788).

Os textos de Sá, Sá e Lima (2008) e Beattie (2009) permitem aferir que o projeto de integração visava não apenas fortalecer a presença militar nos limites da nação, como também fornecer subsídios para o processo civilizacional e de desenvolvimento. Além disso, contribuía para a valorização dos naturalistas brasileiros, ampliando o conhecimento sobre o interior e reforçando a importância científica dessas explorações. Nesse sentido, o esforço militar de imperialismo interno teria também como participantes na sua linha de frente cientistas civis.

Entretanto, as atividades de imperialismo interno não resultaram em um fortalecimento efetivo do exército em relação à nação. Segundo McCann (2007), a virada do século e o episódio de Canudos, em 1897, impulsionaram o discurso sobre a necessidade de modernização e reorganização interna do exército Brasileiro, uma demanda que não era prioritária para a sociedade civil nem para os políticos da época. Essa busca por mudanças se desenvolveu em um contexto de “[...] sensação de fraqueza diante do militarismo no mundo [que] geraram demandas por reforma. O processo foi lento; de fato, alguns dos que propuseram mudanças envelheceram esperando que fossem implementadas” (McCann, 2007, p. 102).

A situação resultava de um temor do Brasil se tornar alvo de atividades imperialistas que “[...] justificariam sua tomada do território brasileiro com o argumento de que as pessoas tinham direito aos frutos do planeta e que os brasileiros haviam demonstrado sua incapacidade para explorar e utilizar as riquezas da terra em benefício de todos” (McCann, 2007, p. 130). A ausência de coesão nacional era um problema, pois enfraquecia a organização e defesa, além de facilitar a influência imperialista. Desse modo, a preocupação dos militares com o grande número de imigrantes ao sul do país reflete o medo de uma invasão externa como se busca apresentar neste trabalho.

McCann (2007) também destaca que, em um país com um Estado-Nação de formação incompleta, o uso da violência pelo exército nas diversas guerras civis foi um elemento central

para manter a unidade territorial e nacional. As frequentes intervenções militares para resolver conflitos internos atribuíam à instituição, além da função de defesa nacional, o papel de uma força de apoio na resolução de problemas regionais. Para o autor, esse fato gerava

[...] grande irritação dos oficiais, [tendo em vista que] muitas das situações em que o Exército foi convocado eram resultado de querelas políticas locais nas quais um dos lados contendores pedia ajuda ao governo no Rio. O número de ‘guerras civis’ locais ou estaduais que eclodiram e se extinguíram por todo o Brasil durante a República Velha é espantoso, considerando a aparente estabilidade do governo nacional. Esses conflitos tragavam energia humana, vidas e riqueza, dissipadas em lutas improdutivas pelo poder. Os oficiais idealistas sentiam-se usados em papéis que, a seu ver, estavam aquém de sua dignidade, enquanto os politicamente ambiciosos viam oportunidades de ascensão (MCCANN, 2007, p. 153).

Nesse contexto, desenvolveu-se o salvacionismo. Na eleição de 1910, Hermes da Fonseca venceu Rui Barbosa e assumiu a presidência do Brasil com o apoio de uma aliança contraditória. Ele contou tanto com oligarquias dominantes de estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará e Pernambuco, quanto com grupos oposicionistas que buscavam enfraquecer seus adversários locais. Esse arranjo político refletia disputas dentro da Primeira República e resultou em uma série de intervenções militares na política estadual entre 1911 e 1913 (McCann, 2007; Carvalho, 2019).

Essas intervenções militares visavam remover oligarquias estaduais por meio da força, frequentemente substituindo-as por aliados do governo federal. Elas ocorreram principalmente em Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Bahia, mas encontraram resistência em estados com oligarquias mais consolidadas, como São Paulo e Rio Grande do Sul (McCann, 2007; Carvalho, 2019).

Embora fossem apresentadas como uma tentativa de moralização da política, essas ações não promoveram mudanças estruturais, pelo contrário: apenas redistribuíram o poder entre diferentes grupos. A participação do exército nesses conflitos não se limitou à manutenção da ordem nacional, pois muitos oficiais envolvidos tinham ambições políticas próprias. Além de refletir disputas políticas, o salvacionismo também esteve inserido no processo de formação do Estado e construção da nação (McCann, 2007; Carvalho, 2019).

Além disso, McCann (2007) destaca a oposição dos oficiais aos políticos, vistos como entraves ao progresso da nação. Olavo Bilac, principal porta-voz do exército à época, via no serviço militar obrigatório, instituído pela lei de 1908, como “[...] uma promessa de salvação para o Brasil.” (McCann, 2007, p. 219). Ele criticava as elites por buscarem apenas sua prosperidade e prazer, enquanto impunham às classes mais baixas a "mais bruta ignorância" e mantinham os imigrantes isolados em suas línguas e costumes. O agravante dessa situação

estava no interesse das elites em manter a população na ignorância para garantir mão de obra barata, o que conflitava com o projeto de modernização do exército, que demandava uma população instruída e preparada para o serviço militar.

Esses elementos, em parte, também teriam se manifestado no Contestado. Baseando-se em suas pesquisas no periódico *A Defesa Nacional*, o autor destaca que o conflito foi utilizado como um meio de criticar diretamente a República em construção no Brasil. A ausência de normas políticas adequadas para a região e a passividade do exército brasileiro resultaram, de acordo com o pesquisador, em um prejuízo moral durante a campanha do Contestado. Para o editorial, “[...] O Contestado era o choque entre ‘o velho e o novo Brasil’. As ideias e costumes europeus deste último não haviam penetrado na *hinterland*, mas, de algum modo, sua entrada na região causara a rebelião” (McCann, 2007, p.189).

Outro ponto importante nessa discussão, que também aparece na análise de Rodrigues (2008) e será aprofundado nesta pesquisa, diz respeito ao papel da educação como eixo articulador da integração nacional. Rodrigues (2008) observa em seus estudos sobre os discursos de Olavo Bilac – amplamente divulgados em jornais, periódicos e projetos políticos – que os militares da época construíram uma retórica voltada à integração dos sertões por meio da educação. Essa perspectiva estava alinhada à implementação da Lei de Alistamento Militar de 1908, alvo de intensos debates entre diferentes grupos políticos que defendiam ou criticavam suas novas exigências. Nesse contexto, a educação emergia como um dos pilares centrais para a inserção dos civis no meio militar e para a construção de uma identidade nacional. Logo, esta dissertação busca aprofundar esse aspecto ao demonstrar como os militares analisados, em diálogo com outros atores sociais, estruturaram sua preocupação com a integração do Contestado. Pretende-se também explorar os significados atribuídos à ausência dessa integração e como a educação foi um elemento recorrente em seus escritos.

Contudo, o choque civilizacional apresentado por Frank McCann (2007) com a chegada de europeus é revisto neste trabalho, considerando que, segundo as fontes analisadas, essas populações não apenas habitavam o Contestado, mas também assimilavam aspectos da cultura local, como o culto aos monges. Esse elemento, por sua vez, foi interpretado à época não apenas como um reflexo de atraso, mas como um agravante da ausência de um sentimento de dever com a nação – já muitos imigrantes mantinham fortes vínculos com as tradições de suas terras natais e reproduziam práticas locais, sem se integrarem ao Brasil.

Toda retórica e prática de busca pela integração dos sertões, como a Expedição Rondon, e da alfabetização dos cidadãos encontra ressonância em outros movimentos e grupos políticos da época, como o movimento sanitarista. Destaca-se, ainda, a relação direta entre um dos

militares estudados – Ezequiel Antunes – e os sanitaristas, evidenciada por meio de suas leituras e contatos com representantes desse movimento. Essa interseção demonstra como as propostas dos militares estavam inseridas em um contexto mais amplo de formulação de projetos para o desenvolvimento e a integração do território brasileiro.

Por outro lado, o debate e o movimento sanitarista também influenciaram diretamente o exército, especialmente no que se refere à conscrição e a medicina militar. Conforme a análise de Peter Beattie (2009), a aprovação da lei de 1908 – que previa o serviço militar obrigatório – e sua implementação apenas em 1916 geraram intensos debates entre defensores e opositores da medida. Nesse contexto, a condição da população brasileira era motivo de preocupação. Beattie aponta que, na década de 1910, os pesquisadores de saúde pública, alinhados ao pensamento neolamarckiano, identificavam uma população majoritariamente doente e incapaz de atender às exigências do serviço militar. Assim, tornava-se urgente a adoção de políticas estatais que melhorassem o preparo físico, assim como o saneamento e a educação, promovendo, consequentemente, o fortalecimento da “raça brasileira”.

O sorteio militar foi considerado uma solução prática e eficaz adotada pelo Estado para fortalecer a defesa nacional, enquanto proporcionava instrução às camadas populares e promovia um filtro social, conforme defendido por Bilac. Essa medida tinha como objetivo ensinar aos recrutas noções de higiene, preparo físico, disciplina, língua portuguesa e, sobretudo, fomentar um sentimento de identidade nacional (Beattie, 2009, p. 337). Entretanto, apesar do serviço militar obrigatório ter começado a ser implementado em 1916, as expectativas de que o exército atuasse como um filtro social não se concretizaram. Corroborando para tal discussão, a dissertação de Vitor José da Rocha Monteiro (2010), *Do exército de sombras ao soldado-cidadão: saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista Nação Armada (1939-1947)*, analisa como, entre as décadas de 1930 e 1940, o exército manifestava preocupações com a saúde da população e sua preparação para o serviço militar.

Ao articular as ideias de Bilac com as análises de Monteiro (2010), percebe-se que, mais de vinte anos após a implementação da conscrição, o exército ainda buscava se legitimar como “[...] força política e ideológica decisiva para o projeto de ‘regeneração’ do ‘povo brasileiro’ e de elaboração de uma ‘nova nação’, naquele período do primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas” (Monteiro, 2010, p. 13).

Nesse período, o exército aprofundou sua relação com as ideias sanitaristas, já presentes desde a década de 1910, reforçando o projeto de regeneração populacional e a construção de uma identidade nacional, e promovendo as condições necessárias para a defesa do país. A

revista *Nação Armada* refletia essa visão ao tratar das questões de saúde pública como parte de um esforço para alcançar a homogeneidade entre os cidadãos e fortalecer o papel do exército:

A grande preocupação com que a revista *Nação Armada* tratou as questões da saúde dos brasileiros refletia a inquietude com o esforço de construção de uma ideia de homogeneidade, no Exército e na “pátria”. Esta afirmação de uma “homogeneidade possível” (como símbolo da nação ou, por um aspecto mais prático, para participar da guerra), por consequência, viabilizou a crença na defesa de um projeto nacional que tinha o Exército como uma instituição de primeira ordem, no qual as questões sanitárias seriam altamente relevantes (MONTEIRO, 2010, p. 86).

Assim, o exército incorporava ideias sanitaristas não apenas para justificar seu papel na construção de uma identidade nacional que compensasse a ausência dessa unidade desde o início da República, mas também para demonstrar que a integração de setores da população, via instituição militar, era um meio de regenerá-la. Esse ideal atravessou a Primeira República, consolidou-se no período Vargas e influenciou diretamente os escritos de militares sobre a Guerra do Contestado entre as décadas de 1910 e 1920.

A presença médica na Primeira Guerra Mundial também apresenta aspectos relevantes para este trabalho. O livro *Médicos Brasileiros na Grande Guerra* (2021), de Cristiano Enrique de Brum, aborda a Missão Médica Francesa enviada pelo Brasil para atuar ao lado de seus aliados entre o final de 1918 e o início de 1919. O autor demonstra como médicos civis e militares, que participaram dessa missão, buscaram construir um capital simbólico e uma rede de sociabilidade baseada no prestígio adquirido com o conflito. Esse prestígio foi utilizado para impulsionar suas carreiras, conquistar melhores posições e fortalecer suas redes de influência.

Desse modo, pode-se traçar um paralelo com a experiência dos médicos militares do Contestado. Por meio de sua atuação no campo de batalha, esses médicos buscaram estabelecer relações e diálogos, especialmente no meio intelectual: publicaram textos, concederam entrevistas, ministraram palestras, trocaram cartas com colegas e tiveram seus escritos divulgados em jornais. Conscientemente ou não, almejavam, por meio de suas publicações, ganhar visibilidade nos círculos científicos e no próprio exército. No entanto, ao que tudo indica, o impacto social desses médicos militares foi mais limitado em comparação aos profissionais envolvidos na Missão Médica Francesa.

O cenário em que os militares na Primeira República estavam inseridos era de uma instituição que buscava se modernizar e fortalecer seu papel como defensora dos interesses da nação brasileira. Contudo, esse projeto avançou lentamente, alcançando um momento de maior impulso na década de 1910, influenciado por conflitos internos e externos. A ausência de um sentimento nacional consolidado, os problemas estruturais da própria instituição e a falta de

apoio político foram obstáculos significativos às mudanças pretendidas. Os militares que atuaram na Guerra do Contestado não apenas contribuíram para a construção desse diagnóstico, mas também buscaram propor medidas para transformar a realidade da região afetada pelo conflito.

1.3. Os sertões no pensamento social brasileiro

Os debates a respeito dos sertões brasileiros tem sido um tema recorrente nas pesquisas sobre a formação do pensamento social brasileiro durante a Primeira República. Para os intelectuais daquele período, essa discussão integrava um esforço mais amplo de superar a imagem de atraso associada ao interior e promover o progresso do país. Um marco importante nesse contexto foi a publicação de *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, que trouxe aos principais centros urbanos a visão do interior como uma região abandonada e bárbara. Preocupados com essa dicotomia, intelectuais desenvolveram projetos voltados para a construção nacional, buscando levar a “civilização” ao interior. Esse mesmo fenômeno influenciou as interpretações sobre o Movimento do Contestado, tornando-se um ponto de referência para aqueles que refletiam sobre o significado do sertão na região do conflito. Além disso, textos de jornais e relatos militares frequentemente traziam análises sobre a população e a geografia, reforçando essa perspectiva.

As fontes analisadas, embora pouco destacadas nos estudos sobre o imaginário do sertão e a formação do pensamento social brasileiro, refletem um discurso comum a outros intelectuais que participaram dos debates da Primeira República – especialmente nos últimos quinze anos –, defendendo a necessidade de integrar o sertão, bem como os caminhos para realizar tal integração. Apesar dessa convergência, esses textos apresentam singularidades ao abordar questões específicas do sul, como a imigração e a riqueza de recursos naturais, em contraste com outras regiões do Brasil. Assim, torna-se essencial revisitar as pesquisas sobre os temas discutidos neste trabalho, analisando os sertões, seus significados e seu papel na construção da nação.

Um dos primeiros aspectos a ser tratado sobre a formação do pensamento social brasileiro é a maneira como ele se construiu, em muitos sentidos, em torno da ideia de dualismo, conforme aponta Custódia Selma Sena, em *Interpretações Dualistas do Brasil* (2013 [2003]). Para Sena (2013, p. 7), “o dualismo é reapresentado como uma configuração ideológica central da sociedade brasileira; como uma forma da experiência de brasilidade e penhor de nossa singularidade”. Esse conceito tornou-se recorrente em interpretações sobre o Brasil, sugerindo a existência de duas sociedades antagônicas que convivem no mesmo país. Essas sociedades

são vistas ora como desconexas – uma atrasada e outra moderna –, ora como expressões da essência nacional, em contraste com uma identidade “não nacional”. Nesse contexto, surge a dualidade entre litoral x sertão e, principalmente, civilizado x fanático – categorias trabalhadas nas fontes estudadas nesta dissertação. No Contestado, esse dualismo é frequentemente evocado por militares, médicos e jornais, que veem o exército como o representante da “civilização”, encarregado de pacificar o sertão do sul (Sena, 2013).

Outro elemento central na formação do pensamento social brasileiro é o conceito de nação. Lúcia Lippi Oliveira, no livro *A Questão Nacional na Primeira República* (1990), analisa os diferentes projetos de nação construídos durante esse período. A autora destaca que, em momentos de crise na sociedade brasileira, como a Proclamação da República e a Primeira Guerra Mundial, os debates sobre os problemas da nação emergem, voltando-se para a solução da questão da identidade nacional. Nesse processo, o conflito mundial foi primordial para o projeto de redefinição e reflexão sobre a imagem do Brasil, levando os intelectuais a repensarem o país sob a perspectiva do brasileiro, buscando se afastar das teorias desenvolvidas na Europa. Esses novos debates resultaram em “[...] um programa de luta e a necessidade de organização de movimentos que deveriam atuar na salvação do país” (Oliveira, 1990, p. 145).

Em um contexto de crise internacional, intelectuais de origens distintas apresentavam diferentes projetos que se confrontavam ao buscarem caminhos para a reformulação nacional: o imigrante poderia ser visto como um caminho para o desenvolvimento ou não; a industrialização e a classe operária se opunham a uma economia agrária que defendia o desenvolvimento baseado na riqueza natural. Entretanto, no centro das críticas, estavam os coronéis e o modelo republicano vigente, considerados responsáveis pelo atraso do país.

Apesar do conflito no sul do país não ser mencionado pela autora, ele se relaciona com os temas abordados em sua obra. Para os militares estudados nesta dissertação, os problemas atribuídos a essa região são centrais para a reflexão sobre questões nacionais e, para alguns, estão interligados à Guerra Mundial. O alemão, considerado um inimigo de guerra, representava uma ameaça devido a sua não integração à nação. Embora fosse visto como um problema, a imigração em si não foi questionada, mas sim a forma como foi conduzida. Para os escritores que abordaram o conflito, a solução passava pela educação do sertanejo – que, em parte, também era imigrante – preparando-o para defender e contribuir para o progresso da nação.

A natureza também foi considerada um caminho para o desenvolvimento nacional. Para alguns dos intelectuais analisados por Oliveira (1990, p. 123-124), como Alberto Torres, havia a defesa de um modelo econômico baseado na pequena propriedade agrícola, em contraposição à industrialização e ao modelo latifundiário voltado para a exportação. Para os historiadores de

farda, há uma confluência parcial com esses ideais: estes acreditavam na necessidade de valorizar a natureza local e seu potencial para o desenvolvimento, tendo em vista as riquezas naturais. Por outro lado, não recusavam a possibilidade de industrialização, considerando o potencial hídrico local que favorecia essa atividade.

A obra citada anteriormente também contribui para esta pesquisa ao destacar que os novos projetos nacionais e as críticas aos problemas locais não se restringiam às publicações dos anos 1910. Os debates sobre a identidade brasileira se estenderam até o Estado Novo, abrangendo diversos projetos e vozes. Essa observação possibilita sugerir que algumas das obras escritas pelos militares, e analisadas nesta pesquisa, podem ter sido revisadas e publicadas em mais de uma versão, refletindo a influência desse contexto nacional. Vieira da Rosa e Pinto Soares, considerados por Rodrigues (2008) como guardiões da memória do conflito, escreveram sobre o tema até a década de 1930. A continuidade de suas obras expõe a preocupação desses militares em chamar a atenção para as especificidades do sul do Brasil, que apresentavam diferenças em relação a outras regiões e não deveriam ser ignoradas nos debates em curso.

Outro ponto-chave para esta dissertação é a influência do pensamento euclidiano nessas publicações. A análise de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e sua recepção constituem o foco central do livro *O Enigma de Os Sertões*, de Regina Abreu (1998), que figura como um dos principais diálogos abordados neste trabalho. A autora destaca a originalidade da obra, especialmente pela profundidade com que aborda o debate sobre a identidade nacional, defendendo a visão de uma nação singular, representada pelo Brasil. Além disso, argumenta que a consagração de *Os Sertões* se deve, em parte, à busca da crítica literária da época por legitimar-se e alcançar a autoconsagração por meio da obra. Esse processo esteve ligado ao esforço de escritores e críticos em valorizar narrativas que enfatizassem as vivências e especificidades das regiões interiores do país, em contraste com a hegemonia cultural da capital, marcada pela valorização dos modelos europeus. A revelação do interior do Brasil, proporcionada pela obra de Euclides da Cunha, serviu como ponto de apoio para que esses escritores afirmassem suas produções literárias e obtivessem reconhecimento.

Sobre *Os Sertões*, a autora destaca que a formação militar de Euclides da Cunha desempenhou um papel fundamental na construção das ideias expressas. Durante sua passagem pela Escola Militar, Euclides teve contato com teorias como o evolucionismo e o positivismo, consolidando uma identidade pautada pelo culto à ciência e pela aversão à cultura bacharelesca (Abreu, 1998, p. 73, 137). Embora tenha escrito para jornais, o autor não se via como jornalista, mas como um homem da ciência, reforçando sua identidade intelectual voltada à objetividade

científica que resultou da sua formação na Escola Militar (Abreu, 1998, p.79). Suas colaborações jornalísticas, nas quais discutia a campanha de Canudos, antecederam sua viagem à Bahia e à escrita de *Os Sertões*. Esse aspecto de produção inicial voltada aos periódicos encontra paralelo nos historiadores de farda. No entanto, ao contrário de Euclides, esses militares já estavam na linha de frente, escrevendo para jornais com o propósito de interpretar ou narrar episódios do confronto. Em alguns casos, como nos trabalhos de Herculano d'Assumpção e Pinto Soares, a obra final foi o resultado do agrupamento desses textos iniciais, complementados por acréscimos que conferiram maior unidade à narrativa.

Outro ponto importante a ser destacado na relação entre Euclides da Cunha e os escritores do Contestado é a formação intelectual compartilhada, que os levaram a valorizar as ideias de integração. A formação comum de Euclides e dos oficiais da Primeira República – baseada no saber positivista promovido pelo exército – moldou leituras semelhantes sobre o Brasil. Entretanto, cabe ressaltar que, no caso dos médicos militares, estes não receberam sua formação inicial dentro do exército, sendo incorporados posteriormente, por meio de concursos, para servir como médicos militares, gerando uma singularidade em relação aos demais colegas de farda. Nesse sentido, os ideais compartilhados podem ter resultado de suas ligações familiares com o serviço militar e da atuação direta na instituição, o que possibilitou a assimilação das mesmas concepções que circulavam entre os oficiais. Ademais, como observa Carvalho (2019), os militares educados nas academias do exército desenvolviam perspectivas próximas às dos bacharéis, refletindo as influências intelectuais da Primeira República. Assim, as ideias de progresso e integração presentes em *Os Sertões* dialogam diretamente com as interpretações e discursos dos militares envolvidos em conflitos, como o Contestado.

A natureza, elemento constantemente presente nos textos sobre o Contestado, foi também um fator central na obra de Euclides da Cunha. Baseado no trabalho de Alexander Von Humboldt, Euclides descreveu o cenário geográfico do norte do Brasil, buscando interpretar o sertanejo como parte da natureza e por ela influenciado – além de compreender seu isolamento como uma explicação para a condição de “bárbaro” atribuída a essa população. A educação do sertanejo e sua integração ao Estado-nação eram vistos como os meios para superar o problema do interior, resultado do seu isolamento, e assim civilizá-lo, promovendo uma identidade nacional homogênea. Ao exército, caberia o dever de abrir caminho para que os educadores chegassem às diversas regiões do país e tratassem do sertanejo. A população interiorana que lutava em Canudos não era vista como um problema, mas como uma massa ingênua manipulada por Antônio Conselheiro, que seria, de fato, “a fonte do mal” (Abreu, 1998, p. 154). No sul, em um cenário de mais de uma liderança religiosa, caberia a José Maria esse papel.

A influência indígena no sertanejo, aspecto fundamental para esta dissertação, também foi amplamente abordada em *Os Sertões* e defendida por seus apoiadores:

O sertanejo do norte seria o resultado do "caldeamento" do indígena com o branco e o negro. Até aí, eles estariam fazendo o elogio da mestiçagem simplesmente. Mas o que diferenciava o sertanejo do norte de outros tipos mestiços encontrados no país e que autorizava Euclides a elegê-lo como "cerne da nacionalidade" era a ação do meio físico, fazendo com que do caldeamento das três raças sobressaíssem as características indígenas (ABREU, 1998, p. 223).

A valorização do elemento indígena na singularidade da concepção do sertanejo foi um ponto que sobreviveu na obra de Euclides da Cunha e replicado no trabalho dos militares que buscaram escrever sobre o Contestado. Embora a região fosse frequentada por imigrantes europeus, a cultura indígena ainda sobrevivia e influenciava os moradores do sul, sendo um aspecto diferenciador do sertão meridional. A busca por um modelo de civilização baseado nas ideias europeias, nesse sentido, não predominou no Contestado, gerando uma singularidade que foi respondida de maneira similar à forma como ocorreu em Canudos, com os sanitaristas e militares da Primeira República: a ausência do poder público e a integração da região.

A visão do sertão como um território em disputa, carregado de significados contrastantes, refletiu-se diretamente nas interpretações sobre o Contestado, em que o conceito de "civilização" se impôs sobre uma imagem de barbárie. Nessa construção do pensamento social brasileiro, o sertão não era apenas uma região física, mas uma ideia central nas discussões sobre a nação na virada do século XIX para o XX, como destaca Janaína Amado em seu estudo *Região, Sertão e Nação* (1995). O termo "sertão" remonta ao século XVI, sendo utilizado por cronistas, curiosos e viajantes que exploraram o território colonial português, caracterizado por vastas áreas inexploradas. Nessa época, o sertão era percebido como "[...] terras sem fé, lei ou rei" regiões distantes do litoral, de natureza indomável, habitadas por indígenas 'selvagens' e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas detinham pouco controle e informação" (Amado, 1995, p. 148).

Para os marginalizados do mundo colonial, como os enfermos e foragidos da lei e da Inquisição, o sertão oferecia uma perspectiva de liberdade e refúgio, em nítido contraste com a visão negativa dos colonizadores. Contudo, após a independência, o sertão tornou-se essencial na construção e interpretação da identidade nacional, ganhando novos significados, ainda que mantivesse vestígios do estigma colonial. Nesse contexto, o sertão passou a ser visto como um espaço que poderia revelar a essência da nação (Amado, 1995, p. 149-150).

Para esta dissertação, é particularmente relevante o olhar negativo lançado sobre o sertanejo. Nos relatos militares, o sertão era frequentemente descrito como um território de

barbárie, onde a lei não se aplicava e a violência predominava. Essa imagem causava desconforto entre os militares, que retratavam o sertanejo como alguém inerentemente violento, necessitado de civilização, ecoando, em parte, uma visão herdada do período colonial. Desse modo, o projeto de civilização vislumbrava transformar o Contestado em um espaço alinhado ao progresso.

A visão dos militares de que a ausência do poder público justificava o estado de atraso e incivilização do sertão não era inédita para o período, sendo compartilhada também pelo movimento sanitarista da década de 1910. Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman (1996), bem como Gilberto Hochman (1998) e Nísia Trindade Lima (2013[1999]) mostram como esse movimento e outros intelectuais, ligados aos movimentos nacionalistas, construíram uma nova interpretação do país. Para esses intelectuais, o principal desafio nacional não estava em determinismos geográficos ou raciais, mas nas doenças que assolavam o sertão, visto como um espaço dominado por enfermidades. Esse fator explicaria o atraso do Brasil, ao mesmo tempo que geraria a improdutividade e o distanciamento do sertanejo em relação à nação. Logo, superar esse problema seria essencial para integrar o sertão ao projeto de desenvolvimento nacional.

Segundo Lima e Hochman (1996), a pauta do movimento sanitarista expressava uma identidade nacional que via nas doenças o principal fator distintivo da sociedade brasileira. O movimento defendia uma abordagem centralizadora e tecnicamente autônoma, com o objetivo de expandir o papel do Estado brasileiro no campo da saúde pública. As origens dessa proposta podem ser traçadas até Miguel Pereira, que descreveu o Brasil como “um imenso hospital” – uma visão baseada nas descobertas científicas e nas viagens de campo realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz. Ao criticarem o modelo federalista e a centralização do poder nas oligarquias, os médicos sanitaristas apontavam, portanto, para a necessidade de uma reforma que permitisse o combate eficaz às enfermidades que afligiam o sertão.

A mobilização em torno dessa causa culminou na criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em fevereiro de 1918, com a participação de médicos da Academia Nacional de Medicina, do Instituto Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, assim como militares, educadores, juristas e políticos. A iniciativa tinha como objetivo implementar medidas de conscientização e educação, além de criar um órgão federal com autoridade para intervir nos estados em questões de saúde pública. A iniciativa visava fomentar um movimento nacional que reconhecia o abandono do sertão e a presença das endemias rurais como obstáculos ao desenvolvimento do país (Lima; Hochman, 1996, p. 28-31).

Gilberto Hochman (1998) argumenta que o sucesso do movimento sanitarista e sua ampla adesão sentida na Liga Pró-Saneamento do Brasil devem-se ao envolvimento de intelectuais e membros das elites políticas que se mobilizaram após a divulgação dos relatórios das expedições de Arthur Neiva e Belisário Penna pelo interior do Brasil, em 1912. A interpretação dramática dos sanitaristas sobre as condições da população brasileira obteve grande aceitação, pois estes construíram uma narrativa que demarcava o sertão como uma área caracterizada pela ausência do poder público e pela presença constante de doenças. Nesse processo, o sertão não seria longínquo e longe do litoral, ele iniciaria no fim da avenida central, como afirmado por Afrânio Peixoto (Hochman, 1998, 2013).

A obra de Lima (2013) destaca um ponto de convergência entre os intelectuais por ela analisados e aqueles que se preocuparam com a Guerra do Contestado. Ao examinar o discurso produzido por proeminentes pensadores da Primeira República, a autora demonstra que as ideias de Euclides da Cunha em *Os Sertões*, particularmente sobre o isolamento dos sertanejos, influenciaram na construção da imagem do abandono do sertão pelo poder público. As missões civilizadoras promovidas por Euclides da Cunha, Marechal Rondon e os cientistas do Instituto Manguinhos encontraram essa imagem em comum em suas atividades pelo interior do país na década de 1910 (Lima; Hochman, 1996, p. 28; Lima, 2013, p. 117-141).

No caso dos militares que atuaram no conflito do Contestado, o discurso refletia fortemente as concepções associadas a Canudos, especialmente nas imagens e memórias construídas a partir daquela experiência traumática. Com frequência, eles estabeleciam comparações entre os dois conflitos, buscando tanto semelhanças quanto diferenças entre a guerra na Bahia e a de Santa Catarina. Rodrigues (2008, p. 92) evidencia que o trauma da derrota em Canudos, no final do século XIX, foi um fator que o exército tentou superar. Nesse sentido, o Contestado foi utilizado como um cenário para demonstrar essa superação, seja por meio de imagens, notícias ou pelos textos produzidos pelos historiadores de farda.

No entanto, partindo das considerações de Nísia Trindade Lima (2013), a influência de *Os Sertões* transcende o trauma militar. A obra serviu como um marco interpretativo para a compreensão do sertão brasileiro, revelando para os intelectuais da época a realidade desse espaço. Portanto, o problema de Canudos não era exclusivo aos militares, mas algo compartilhado por diversos intelectuais, incluindo médicos sanitaristas, que, como Lima e Hochman (1996) mostram, estavam também formulando diagnósticos sobre o sertão. Essa intersecção de discursos justifica por que, em um mesmo período, militares e médicos sanitaristas produziam textos com interpretações semelhantes sobre o sertão.

Acrescentando a essa discussão, cabe ressaltar que, no caso do sul, havia particularidades em relação aos movimentos nacionalistas em outras regiões. No que se refere aos sanitaristas, Lima (2013, p. 169-171) aponta que, para os intelectuais por ela evocados, o ambiente natural brasileiro era hostil aos imigrantes europeus, sendo um espaço que favorecia o adoecimento. Entretanto, para os militares que atuaram no sertão do Contestado, o espaço não apenas era propício à colonização europeia, como já era habitado por imigrantes. O grande problema que afetou esses sujeitos, na maioria dos casos, não foram as doenças, mas sim o fanatismo.²⁵

O livro *Médicos do Sertão: Ciência, Saúde e Doenças em Goiás, 1947-1960* (2022), de Tamara Rangel Vieira, é um exemplo que permite compreender, assim como no caso do Contestado, como os sertões são múltiplos: embora vistos como espaços de atraso, também eram concebidos como territórios de potencial civilizatório e dotados de uma identidade singular. A autora evidencia que, apesar da visão negativa sobre os sertões goianos fosse predominante nos discursos médicos, isso não implicava na condenação definitiva da região. Por meio de seus trabalhos e do intercâmbio de informações com médicos de outras partes do Brasil e do exterior, esses profissionais possibilitaram a construção de um caminho de superação do atraso. A trajetória bem-sucedida de médicos com origem em Goiás, nesse contexto, contribuiu para redefinir e reconstruir a imagem da região, promovendo um diálogo entre os sertões do Brasil central e outras localidades, buscando a posituação desses espaços.

Outro aspecto crucial para a discussão deste trabalho é a obra de Euclides da Cunha e suas abordagens sobre a questão racial. De acordo com Ricardo Ventura Santos (1998), a interpretação racial na obra de Euclides deve ser compreendida dentro de um contexto temporal, e não como um determinismo racial. Nesse sentido, o sertanejo não seria um sujeito degenerado, mas sim atrasado. Sua obra, contudo, possibilitou o surgimento de duas grandes correntes interpretativas sobre o sertanejo: as ideias raciais ligadas à vertente médico-antropológica de Nina Rodrigues, que mantinham uma visão negativa sobre a mestiçagem; e a vertente associada ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, representada por Roquette-Pinto, que via nas ciências um caminho para o progresso nos sertões. Entretanto, mesmo Roquette-Pinto, ao utilizar questões sociais, culturais e políticas para justificar a situação do sertão, não deixava de fazer comentários racistas (Santos, 1998).

²⁵A exceção notável nesse contexto é o médico-militar Ezequiel Antunes, que estabelece uma relação direta entre o adoecimento e o suposto fanatismo observado entre os sertanejos do sul. Em suas análises, sugere que as condições de saúde precárias da população contribuiriam para a disseminação de ideias religiosas em torno do monge João Maria que, segundo ele, levaram ao suposto fanatismo (capítulo 3).

Conforme destacado por Vanderlei Sebastião de Souza em seu livro *Em Busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)* (2017), os estudos do médico antropólogo se destacavam por denunciar a falta de rigor científico de seus pares, que condenavam o país devido ao determinismo racial. Ao mesmo tempo, Roquette-Pinto valorizava as leituras antropológicas como parte de um projeto de nação e de política para o Brasil no início do século XX. Nesse processo, acabava buscando:

[...] salvar a população mestiça da condenação imposta pelas teorias raciais e biológicas, especialmente àquelas formuladas a partir do século XIX. A sua adesão ao positivismo e ao "nacionalismo militante" encampava a ideia segundo a qual a atividade intelectual e a prática científica deveriam estar ancoradas a uma forte missão política e social, que consistia tanto na busca pelo conhecimento da "realidade nacional" e na apresentação de diagnósticos para os seus problemas, quanto na valorização das características antropológicas de sua população (SOUZA, 2017, p. 20).

Nesse sentido, se havia problemas relacionados à população nacional, eles resultariam da ausência de políticas sanitárias e educacionais. Esses problemas eram a causa de “[...] dilemas em que viviam milhares de brasileiros em todo o território nacional, especialmente no interior, onde ‘tipos fortes e resistentes’ se encontravam em estado quase absoluto de abandono” (Souza, 2017, p. 255-256), compartilhando das ideias sanitaristas e dos militares. Contudo, são evidentes as ambiguidades em suas visões e a persistência de concepções racistas em sua defesa da crença de que as populações negras, eventualmente, se tornariam brancas – tese influenciada pelo pensamento mendeliano e presente em suas análises. Tal visão comprovaria um aspecto central para essa linha de raciocínio: a miscigenação não era o problema do país, mas sim a desorganização política. Rodrigues (2008, p. 187) acrescenta que as ideias desenvolvidas por Roquette-Pinto e outros representantes do movimento sanitarista estiveram presentes nos discursos e textos de Olavo Bilac, criando uma aproximação entre ele e outros intelectuais do período.

Cabe destacar que essa mesma tensão aparece nos militares aqui estudados, inclusive com a singularidade dos imigrantes. Segundo a perspectiva de Euclides da Cunha, a miscigenação levaria ao atraso. Contudo, no sul, os europeus estavam presentes e tornando-se parte da sociedade dita incivilizada. Esse fenômeno não se encaixava nos debates euclidianos apropriados por Nina Rodrigues, o que levou esses militares a recorrerem às análises de Roquette-Pinto – também baseadas em Euclides da Cunha, mas com ênfase nos aspectos políticos e no isolamento regional no debate sobre a formação nacional. Além disso, embora as concepções sobre Canudos apresentadas por Euclides não fossem suficientes para interpretar o

caso do sul, elas não impediriam que os escritores utilizassem tons pejorativos ligados às ideias raciais, pelo contrário: esse elemento foi constantemente tensionado e revisitado pelos autores.

Por fim, faz-se necessário destacar um último aspecto que dialoga com esta pesquisa: a relação entre território e Estado. Embora o tema já tenha sido abordado em alguns momentos, é importante ressaltar certos pontos que as pesquisas contemporâneas trazem sobre a formação do pensamento social brasileiro. No texto *A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro*, Lúcia Lippi Oliveira (1998) examina como a ideia de conquista do espaço – especialmente o sertão – foi fundamental para pensadores como Euclides da Cunha, Alceu Amoroso Lima e Oliveira Viana, durante a Primeira República. Esses autores utilizaram a noção de sertão como um símbolo de fronteira, um espaço a ser integrado e civilizado, o que refletia as preocupações da época com a construção da nação. Ao analisar os diferentes discursos, a pesquisadora demonstra que a noção de sertão assume uma variedade de significados, todos ligados à visão de fronteira e à necessidade de sua conquista:

A categoria de fronteira seria resultado da mudança de perspectiva em relação ao sertão, já que estaria relacionada aos processos econômicos de incorporação e ocupação de "vazios demográficos". A noção de fronteira seria capaz de diluir a dicotomia litoral/sertão, já que significa a oportunidade de chegada da civilização-litoral ao sertão-interior, conciliando a qualidade positiva do litoral - a civilidade - com a crença de que no interior/sertão está preservado um Brasil autêntico (OLIVEIRA, 1998, p.204).

A autora apresenta que os termos fronteira, sertão e nação se constroem conforme delimitações, referências territoriais e sociopolíticas, onde em um território instauram-se um domínio militar, econômico, financeiro e administrativo por parte de uma força soberana sobre um território. Essas categorias assumem diferentes significados conforme são mobilizadas por grupos em seus projetos, que atribuem novas interpretações a essas terras, consideradas como espaços a serem controlados. Esse esforço, como anteriormente apresentado, estava sendo aplicado pelo exército na Primeira República.

Em acréscimo a esse debate, as obras de João Marcelo Ehlert Maia, *A terra como invenção: espaço no pensamento social brasileiro* (2008) e *Estado, Território e Imaginação Espacial* (2012), são fundamentais. No primeiro estudo, o autor evidencia que o espaço não se limita a uma questão física e geográfica, mas também é uma metáfora resultante da experiência social e dos discursos sobre ele. Dessa maneira, Maia (2008) destaca que o espaço é um elemento político no pensamento social ocidental, refletindo a construção e o pertencimento à nação. Em suas análises, dois autores são revisitados: Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso, cujos pensamentos foram influenciados pelo positivismo. O autor ressalta a visão

compartilhada por ambos, que defendiam uma república centralizada, retomando uma lógica territorializada para a construção da nação – algo que remonta à tradição imperial.

Essa percepção também era crucial para os militares que atuaram no Contestado, os quais defendiam a necessidade de um poder centralizador para conduzir a República. Eles atribuíam o atraso dos caboclos à atuação das oligarquias locais e à ausência de um poder público efetivo. Além disso, por se tratar de uma região de fronteira, acreditavam que a nomeação de um colega de farda para liderar a integração da área contestada seria uma medida eficaz tanto para o desenvolvimento regional quanto para a defesa nacional.

Entretanto, Maia (2012) apresenta um elemento que talvez dialogue de forma mais direta com a presente pesquisa. Ao estudar a formação e implantação da Fundação Brasil Central (FBC) durante a ditadura do Estado Novo, o autor demonstra como o Estado se inseriu no território geográfico, desenvolvendo projetos que levaram ao que ele chama de “racionalidade estatal”. Ele ressalta que esse processo não começou com o governo de Getúlio Vargas, mas foi intensificado em sua gestão. A Comissão Rondon, o Serviço de Ensino Agrônômico, e o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais foram iniciativas anteriores que visavam controlar o espaço por meio do conhecimento da população e do desenvolvimento de infraestruturas que permitiriam integrar áreas remotas ao poder central, antecipando os casos analisados em sua obra.

Esse processo de inserção do Estado em áreas distantes ocorre em diferentes etapas, que começam antes mesmo da chegada efetiva do poder público e se consolidam durante sua presença na região. Uma das características dessa ação se desenvolve por meio da elaboração de narrativas por parte de viajantes ou funcionários públicos em construir análises sobre a população local. No caso da FBC analisado, aponta que:

[...] a referência ao primitivismo dos habitantes do Brasil Central será um tópico recorrente ao longo do texto, evidenciando outra característica da linguagem analisada nesta seção: a relação entre a escrita da viagem e o olhar sobre os subalternos, personagens passivos à espera de uma redenção civilizatória (MAIA, 2012, p. 110).

A inserção do Estado no interior do país fez parte de um processo geopolítico em que o governo direcionava seu olhar para o próprio território, buscando consolidar sua soberania em relação aos outros países da América do Sul. Um dos aspectos centrais dessa inserção estatal e da construção da nação era a prática de expansão territorial. Logo, cabia ao Estado brasileiro atribuir sentido e função dentro do projeto nacional nas áreas sob seu controle. Ao mesmo tempo, esse processo gerava um discurso em defesa da autoridade pública, que se apresentava como responsável por moldar o mundo social e reinventar sujeitos e lugares. Nesse contexto,

os militares assumiam o papel de protagonistas, encarregados da missão de “civilizar” as regiões recém-integradas ao território brasileiro (Maia, 2012, p. 133-137).

As análises de Oliveira (1998) e Maia (2008, 2012) estão alinhadas com as práticas e discursos produzidos pelos militares. Uma das principais atividades do exército durante a Primeira República foi a produção de estudos sobre a geografia do território e o levantamento de infraestrutura que conectavam diferentes regiões da nação. A presença militar na Guerra do Contestado seguiu essa mesma lógica, com a produção de textos, confecção de mapas e controle da população revoltosa (Rodrigues, 2008).

Nesse contexto, a atuação militar durante a Guerra do Contestado pode ser interpretada como um prenúncio da futura presença efetiva do Estado na região, conforme idealizada pelos próprios militares. O processo de “pacificação” do sul, que afirmavam conduzir, não apenas representava um avanço na integração e na presença do poder público, mas também refletia uma estratégia geopolítica do Estado brasileiro voltada à acumulação territorial e ao controle efetivo da área. Para os militares, o Contestado não era um caso isolado, mas sim a manifestação mais evidente dos desafios enfrentados no interior do país – sendo considerado como um segundo alerta, após Canudos, sobre a urgência de integrar o sertão ao projeto nacional. No entanto, a presença do exército, por si só, não seria suficiente para solucionar os problemas locais: após o conflito, tornava-se essencial a implementação de novos mecanismos de integração e controle por parte do Estado.

Os textos analisados nesta pesquisa – sejam de militares, jornais ou outros agentes da sociedade na Primeira República – compartilham um elemento contextual que ganharia força após a Revolução de 1930: a demanda por um poder público centralizado, capaz de orientar o rumo da nação. Essa necessidade emergiu em meio à crise nacional dos anos 1910, se intensificando na década de 1920. Apesar das singularidades dos projetos formulados nesse período, a maioria convergia na busca por uma identidade autêntica para o Brasil, afastando-se dos determinismos de épocas anteriores. A republicação dos textos dos militares pode ser interpretada como um esforço para inserir o Contestado nas discussões nacionais da época, em diálogo com outros intelectuais que abordavam temas semelhantes.

A influência euclidiana ocupa um papel central na discussão proposta neste trabalho. Não se limitando aos militares do Contestado, as ideias de Euclides da Cunha influenciaram diversos agentes intelectuais da Primeira República. Sua obra, ao interpretar a nação e abordar questões sociais, apontava o isolamento do sertanejo, absorvido pela natureza do interior do Brasil, como um dos grandes entraves para a civilização. Ao mesmo tempo, esse isolamento era visto como a fonte de singularidade e da essência nacional.

Essa preocupação com o sertanejo desamparado persistiria nas décadas seguintes, tornando-se um eixo central no debate sobre os sertões, liderado por militares, médicos, juristas e políticos. A presença do poder público no interior era vista como essencial, pois a ausência estatal era apontada como a principal causa do atraso do Brasil.

A atuação estatal nesses espaços transcendeu o controle territorial, justificando-se também pelo potencial civilizatório e estratégico para a defesa nacional que essas regiões representavam. Nesse contexto, os militares – principais representantes do Estado nacional brasileiro naquele período – desempenharam um papel fundamental na integração do vasto território nacional, sendo responsáveis por viabilizar estudos e análises sobre o interior do país, seja por meio de cientistas civis ou militares. Foi esse processo, portanto, que possibilitou os textos analisados nos capítulos desta dissertação.

O encontro desses diferentes debates – envolvendo a modernização do exército brasileiro, os projetos de construção da nação, o imaginário do sertão e os caminhos para a civilização brasileira – será discutido nos capítulos seguintes. Logo, o objetivo é demonstrar como os historiadores de farda, ao analisar um sertão que diverge de outras áreas do país, ainda assim o enquadraram nessa categoria, de acordo com os ideais e teorias da época.

2. A Construção da Imagem do Sertão no Contestado

Enquanto pelos mais bravios recantos do pátrio nordeste, Rondon incorporava novas tribos à civilização, ali, onde brancos irrefletidos estavam semi-selvagens, a ação pelas armas foi a preferida (Peixoto, 1920, p. 165).

Caracterizar a área da Guerra do Contestado foi um dos maiores desafios assumidos pelos militares e relatados em jornais. Autores como Herculano d'Assumpção (1917, 1918), Ezequiel Antunes (1918, 1919), Vieira da Rosa (1918, 2012), Dermeval Peixoto (1920) e Pinto Soares (s.d., 1920, 1931) dedicaram-se a descrever e interpretar as campanhas no Planalto Catarinense. Este capítulo analisa como seus estudos, somados às narrativas de periódicos, médicos e políticos, contribuíram para construir a imagem do Contestado como sertão e de sua população como sertaneja, destacando as características atribuídas ao território e sua relação com o conflito.

Para os historiadores de farda, influenciados pelas ideias euclidianas, o que foi classificado como fanatismo e banditismo entre os sertanejos tinha origem em práticas culturais herdadas da influência indígena, preservadas pelo isolamento geográfico da região. Na perspectiva desses autores, essas características reforçavam a permanência do “atraso” e da “barbárie”, as quais se tornariam evidentes no conflito do Contestado.

A ideia da existência de um fanatismo no interior do país já era debatida desde meados do século XIX, frequentemente associada a uma população considerada supersticiosa. No entanto, a interpretação euclidiana adotada pelos militares levou à apropriação de elementos que Euclides da Cunha utilizava para analisar a religiosidade do sertanejo, agora aplicados à realidade do sul do Brasil. Dessa forma, a mistura de raça e cultura passou a ser utilizada como justificativa para os problemas da região.

Nos textos analisados, José Maria, visto como sucessor do monge João Maria, é apresentado como a figura central na deflagração do conflito. Retratado como um manipulador da população, ele teria incitado o sertanejo a empunhar armas, explorando seu suposto espírito fanático e violento contra seus inimigos. Assim, sua figura se tornou um ponto de intersecção entre os problemas do sertão e do sertanejo.

Esses intérpretes construíram em seus textos um discurso no qual se viam como veículos da civilização. Essa postura reflete um ponto em comum com o desenvolvido pelos europeus durante o processo neocolonial, conforme descrito por Johannes Fabian (2013). O autor argumenta que os antropólogos, ao estudarem povos rotulados como “selvagens”, “primitivos” e “bárbaros”, criavam justificativas intelectuais para a colonização, as quais eram

compartilhadas pelos cientistas da época. Os etnólogos viam a evolução dos povos como um processo natural, no qual todos deveriam alcançar um ponto final de civilização. Além disso, consideravam que diferentes povos viviam em tempos distintos, mesmo em um mesmo espaço físico. A essa negação da coetaneidade entre etnólogos e os povos estudados, Fabian chamou de alocronismo. Atribuindo a certos grupos uma ideia de atraso, o colonialismo era legitimado como um meio de levar progresso. Para esses pensadores, a situação era tratada como científica e, portanto, neutra.

Assim, tal contextualização foi necessária, uma vez que essas convicções foram compartilhadas pelos autores analisados. O esforço dos militares em divulgar suas interpretações tinha como objetivo não apenas legitimar a violência militar – apresentada como neutra –, mas também reforçar a necessidade de levar a civilização à região. O intuito seria superar o suposto atraso e “iluminar” o sertão, sendo os próprios militares – portadores dos valores considerados civilizados – os responsáveis por produzir os textos sobre a população cabocla do sul.

2.1. Os militares e a circulação de ideias: diálogos e o paradigma euclidiano

O primeiro texto publicado por um historiador de farda sobre a Guerra do Contestado de caráter mais analítico foi o do médico-militar Antônio Alves Cerqueira, formado em 1905 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1914, Cerqueira escreveu para o boletim mensal do Estado-Maior do Exército um relato sobre sua experiência como médico nos combates ocorridos no sul entre o final de janeiro e o início de abril, nas batalhas de Taquaruçu e Caraguatá.²⁶ A obra *A Jornada de Taquaruçu* teve três edições, sendo que, na terceira, recebeu o subtítulo *Feito Guerreiro - Contribuição ao Estudo da História Militar do Brasil*. Nesses escritos, Cerqueira buscou discutir a modernização médico-militar²⁷ com base em sua experiência no conflito, construindo uma narrativa que analisa a organização do corpo de saúde.

²⁶ Não foi possível localizar a primeira publicação do texto no *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, o que impede a precisão da data desta edição inicial. Entretanto, uma segunda versão foi encontrada e publicada em setembro de 1914, no periódico científico-militar *Medicina Militar*. Essa data permite estimar que a primeira edição tenha sido divulgada entre abril e agosto de 1914, considerando que as batalhas de Taquaruçu e Caraguatá ocorreram entre o final de 1913 e março de 1914. A íntegra da primeira versão foi localizada no periódico *O Dia*, de Florianópolis (SC), dividida em três partes publicadas nos dias 8, 9 e 10 de fevereiro de 1916. Já a terceira versão, foi publicada em formato de livro e está disponível na Fundação Biblioteca Nacional (Cerqueira, 1936). Sobre o tempo do militar no conflito, foi consultada a Fé de Ofício no Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

²⁷ Com base em Cardoso (2013), a modernização da medicina militar no início do século XX foi marcada por influências dos exércitos francês e alemão, promovendo mudanças significativas nos métodos de proteção e aperfeiçoamento da saúde dos militares. Entre as iniciativas, destacavam-se a educação física, os exercícios militares, o tratamento de ferimentos em combate, a melhoria das condições de habitação, a profilaxia de doenças, além da atenção ao uso adequado de fardamento e equipamentos.

Na segunda edição, revisou o texto e acrescentou sugestões sobre a organização do serviço de saúde, apresentando um esquema detalhado do número de médicos, enfermeiros, veterinários e o material necessário para a expedição. Já na terceira edição, em que acrescenta o subtítulo, o autor adicionou sua análise sobre as causas do conflito no sul nas primeiras páginas, atribuindo-o, assim como seus colegas, a problemas de fanatismo, banditismo e disputas oligárquicas locais.²⁸ Além disso, incluiu notas de rodapé explicando referências utilizadas e alterações na escrita.

Embora não se concentre predominantemente na análise da população cabocla do sul, o texto retrata a brutalidade da Guerra, detalhando tanto a violência exercida pelo exército quanto as resistências nos combates de Taquaruçu e Caraguatá. Oferece, assim, uma perspectiva singular sobre o conflito, fornecida por alguém diretamente envolvido nos primeiros confrontos. A obra circulou amplamente, tanto em jornais destinados ao grande público quanto em ambientes científicos e militares, incluindo a revista *Medicina Militar*, o que evidencia o interesse e a curiosidade daqueles que não estavam diretamente envolvidos na guerra.²⁹

A publicação no periódico médico-militar não é surpreendente, dado que Cerqueira foi um colaborador ativo entre 1914 e 1923, período em que o exército brasileiro passava por um processo de modernização.³⁰ Nesse período, o *Medicina Militar* consolidava-se como um dos principais espaços para discutir as mudanças em curso. Logo, sua participação evidencia a relevância como pensador militar e seu papel na rede de intelectuais de farda. Esse vínculo é reforçado pela publicação de pelo menos mais um texto na mesma revista, intitulado *Para a Instrução e Exercício da Tropa em Tempos de Paz*.³¹ Além disso, contribuiu para o periódico *Defesa Nacional* com o texto *Formações Sanitárias Regimentais*.³² Essas publicações ressaltam sua atuação no desenvolvimento de trabalhos voltados à modernização das práticas de saúde no exército brasileiro, não só em tempos de paz como também em períodos de guerra.

Como destaca Rachel Cardoso (2013), o periódico *Medicina Militar* se tornou um espaço dedicado a publicar informações úteis para médicos-militares de diferentes regiões do

²⁸ Uma hipótese que justifica esse novo acréscimo no início do trabalho seria a leitura de Cerqueira das obras de seus colegas.

²⁹ É importante destacar que esse periódico foi publicado entre os anos de 1910 e 1923. Segundo Charles Klajman (2020), seus “[...] objetivos principais [são] a divulgação científica de temas relacionados à área de saúde e dar voz ao pessoal do Corpo de Saúde daquela instituição [exército]” (Klajman, 2013, p. 43). Entretanto, a preocupação dessa revista não se limitava aos militares, apresentando em suas capas a descrição de que “A ‘Medicina Militar’ tem suas colunas franqueadas a todos os cientistas”, levantando uma proposta aberta para a publicação de textos que demonstrassem preocupação com a medicina não apenas militar, mas também civil.

³⁰ Informação obtida em diferentes edições do periódicos publicados entre os anos de 1914-1923.

³¹ *Medicina Militar*, Ano XI, abril de 1921, n°10; maio de 1921, n°11.

³² *A Defesa Nacional*, Ano III, Rio de Janeiro 10/09/1916, n°36.

país, com o objetivo de desenvolver práticas de conservação da saúde e robustez das forças armadas, fundamentadas em ideias higienistas adaptadas ao serviço de saúde militar. Nesse sentido, o periódico buscava “[...] ‘cimentar’ a união e o conhecimento recíproco de seus membros, ainda que se encontrassem nas áreas mais afastadas dos grandes centros” (Cardoso, 2013, p. 304).

O médico-militar Ezequiel Antunes, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1906, também contribuiu para a discussão sobre a modernização médico-militar por meio de sua experiência na Guerra do Contestado.³³ Antunes era oriundo de família de militares e participou na Guerra em duas oportunidades: a primeira na batalha de Caraguatá em março de 1914,³⁴ na qual foi afastado por consequência de um problema de saúde;³⁵ e a segunda ao retornar com a missão de Setembrino de Carvalho em setembro de 1914 (Rodrigues, 2008).

Em uma obra inacabada, intitulada *Reminiscências da Expedição Gragoatá*, e publicada no periódico *O Dia* entre 18 e 26 de agosto de 1914,³⁶ Ezequiel Antunes relatou sua experiência no conflito do Contestado. Ele destacou as dificuldades enfrentadas pela falta de materiais e estruturas necessárias para realizar suas práticas como médico-militar durante a campanha de Caraguatá. Além de narrar suas experiências médicas, o autor compartilhou reflexões sobre o cotidiano militar e sobre os seguidores dos monges João Maria e José Maria. De acordo com Antunes, os textos publicados no *O Dia* seriam capítulos de um futuro livro.

Entretanto, a sua produção não se limitou aos problemas médico-militares. Além de sua obra inicial, o militar escreveu um segundo livro intitulado *Contestado entre Paraná e Santa Catarina* (1918).³⁷ A obra de 1918 se distingue da publicada em 1914 por analisar os seguidores de João Maria, buscando compreender as raízes do fanatismo.

O médico-militar se destacou durante e após a Guerra, ao se comunicar com periódicos como *O Brasil* e *O Estado do Pará*,³⁸ fornecendo informações sobre sua experiência no conflito e por produzir interpretações sobre o comportamento da população local, abordando o suposto

³³Sua tese de doutorado foi digitalizada pela *National Library of Medicine Digital Collectios*. Oliveira, Ezequiel Antunes de. *A syphilis nos olhos*: these apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de outubro de 1906 para ser defendida a fim de obter o grau de doutor em medicina. Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Imprensa Econômica, 1906. Disponível em: <https://collections.nlm.nih.gov/catalog/nlm:nlmuid-101723216-bk>.

³⁴ *O Dia*, Florianópolis (SC), 09/02/1916.

³⁵ *O Estado do Pará*, Belém (PA), 13/04/1916.

³⁶ *O Dia*, Florianópolis (SC), 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25 e 26/08/1914. Até onde foi possível verificar, essa obra não foi publicada, sendo esses textos encontrados em periódicos o único material público desse livro imaginado ainda durante a Guerra. O trabalho de 1918 não reproduz o mesmo texto dos publicado no *O Dia*.

³⁷ O livro originou-se de uma palestra no Instituto Histórico e Geográfico do Pará em 1918, sendo publicado em duas edições: a primeira (1918) trazia trechos de notícias sobre a palestra, enquanto a segunda (1919) incluía cartas de leitores comentando a obra.

³⁸ *O Brasil*, Caxias (RS), 6/05/1914; *O Estado do Pará*, Belém (PA), 13/04/1916.

fanatismo. Ele compartilhava documentos, como as orações dos caboclos, para legitimar seus comentários nessas reportagens.

Embora a segunda obra de Antunes se concentre nos aspectos culturais, seu primeiro escrito, assim como o de Cerqueira, revela que as primeiras obras sobre a Guerra do Contestado estavam voltadas para a necessidade de modernização da medicina militar. Como mencionado anteriormente, na década de 1910, o Exército brasileiro passou por um processo de modernização. Especificamente no campo da saúde, Rachel Cardoso (2013) aponta a Primeira Guerra Mundial como um fator importante para que médicos-militares avaliassem e reformulassem o serviço de saúde do exército, buscando novas formas de estruturar esse corpo.

Desse modo, os textos dos médicos-militares envolvidos no Contestado devem ser vistos como parte do debate sobre as práticas de saúde militar que se travava na década de 1910. A primeira edição da obra de Cerqueira, provavelmente publicada entre abril e agosto de 1914, já refletia essa preocupação com a saúde militar em tempos de guerra, indicando que o conflito no sul foi um dos primeiros em que essa questão se manifestou, antecedendo mesmo o conflito na Europa. No entanto, a segunda edição, lançada em setembro do mesmo ano, revela uma influência das discussões sobre a saúde militar geradas pela Primeira Guerra.

Um aspecto relevante vinculado ao texto produzido por Antônio Cerqueira é sua influência na produção de dois extensos estudos sobre o movimento do Contestado: *A Campanha do Contestado (vol. 1 e 2)* (1917, 1918), em que Herculano d'Assumpção organiza e expande textos enviados ao periódico *Estado de Minas*,³⁹ com suas interpretações sobre o conflito; e *A Campanha do Contestado: Episódios e Impressões* (1920), de Dermeval Peixoto.⁴⁰

Esses autores chegaram à região com a “Grande Expedição” de Setembrino de Carvalho e, portanto, não tiveram contato direto com o início do conflito. A obra do médico-militar, entretanto, serviu como referência para a construção das interpretações de seus colegas de farda, especialmente no que se refere ao período em que eles ainda não estavam presentes na região. No entanto, diferentemente de Cerqueira, esses dois autores apresentavam um enfoque que ia além da demanda de modernização do campo militar e médico-militar. O seu objetivo principal era fornecer uma análise tanto de aspectos militares como das características locais.

³⁹ Uma dessas reportagens foi publicada pelo periódico *Diário da Tarde*, Curitiba (PR), 11/03/1915. Contudo, em sua obra de 1917, ele apresenta que em parte, suas análises já haviam sido iniciadas com as cartas trocadas com o periódico em questão (Assumpção, 1917). O autor, ao que tudo indica, apresenta uma relação com o periódico o *Estado de Minas* ao menos desde 1911, tendo em vista que publicou uma série de artigos em defesa do serviço militar obrigatório, posteriormente reunidos no livro *Serviço Militar Obrigatório* (Assumpção, 1912).

⁴⁰ A obra foi publicada em três volumes, nos anos de 1916, 1918 e 1920. Nos dois primeiros, o autor utilizou o pseudônimo Crívelaro Marcial, revelando seu verdadeiro nome apenas no terceiro (Rodrigues, 2008). Para esta dissertação, utiliza-se a edição de 1920, que reúne as duas publicações anteriores.

Além das obras interpretativas já mencionadas, dois outros militares se destacaram por produzirem textos sobre o Movimento do Contestado. Octaviano Pinto Soares publicou em diversos jornais dos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná, oferecendo suas interpretações sobre a região do conflito. Posteriormente, essas publicações foram compiladas em três obras: *As lutas do Contestado perante a História: 1914-1915* (s.d.), *Apontamentos para a História: o Contestado* (1920) e *Guerra em Sertões Brasileiros* (1931). Assim como Ezequiel Antunes, Soares também buscou levar suas interpretações sobre o conflito ao grande público por meio dos jornais, antes de consolidá-las em uma obra.

Por fim, o último militar que desempenhou um esforço na escrita de um trabalho sobre o movimento foi Vieira da Rosa. Seus escritos foram publicados no periódico *Terra Livre*, no ano de 1918, sob o título *Reminiscências da Campanha do Contestado - Subsídios para a História*.⁴¹ Além desse trabalho, Vieira também escreveu suas memórias, as quais foram publicadas recentemente, em 2012, em que reúnem suas reflexões sobre sua experiência no conflito.⁴² Rosinha, como também era conhecido, se destacou por ser o único dos militares de origem catarinense (Rosa, 2012). Ademais, ele fez parte do Serviço de Proteção do Índio (SPI), tendo uma relação direta com as atividades promovidas por Rondon no sul (Rodrigues, 2008).

Esses militares, além de descreverem as diferentes etapas e o desenvolvimento da Guerra, tinham como objetivo principal uma análise do sertão no sul do Brasil, focando nos elementos culturais e sociais e destacando seu impacto no conflito. Essa curiosidade não era inédita: como aponta Nísia Trindade Lima (2013), desde o conflito de Canudos, o litoral brasileiro identificava uma contradição no interior do país, criando uma dicotomia entre “dois Brasis”. Nesse contexto, buscou-se apresentar que o sertão no sul se tornou um ponto de interesse nacional, integrando um vasto interior que estava no centro de intrigas e debates. Tanto os periódicos e jornais da época quanto os militares envolvidos buscavam apresentar uma interpretação sobre a região. Nesse processo, conforme sinalizado por Rodrigues (2008), os militares coletaram informações por meio de objetos, entrevistas, interrogatórios, diários de colegas de campanha, ordens do dia, observações pessoais e da imprensa que, embora

⁴¹ Os textos de Vieira da Rosa foram publicados entre 2 de agosto e 20 de novembro de 1918, sendo reunidos posteriormente em um livro de recortes disponível no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Devido à ausência de datação específica em cada reportagem, por serem recortes de jornal, e à falta de paginação no material compilado, a referência a esses textos neste trabalho é feita de forma geral como (Rosa, 1918).

⁴² As memórias do autor têm origem na introdução de seu trabalho *Corografia do Estado de Santa Catarina*, um manuscrito de cinco volumes preservado no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). A redação desse texto começou antes do conflito do Contestado e foi concluída em 1940, quando foi submetido ao IX Congresso de Geografia. No geral, suas memórias abrangem suas atividades como militar em diferentes momentos da República, mas não foi possível determinar com precisão quando escreveu as reflexões sobre a Guerra do Contestado.

amplamente criticada por eles, foi utilizada como fonte de informação. Recorreram também a informações históricas e geográficas locais, citando autores que discutiam o tema e promovendo diálogos em suas interpretações. Entre esses autores, estavam o jornalista e militar Euclides da Cunha, o naturalista A. de Saint-Hilaire, o médico e economista François Quesnay e o historiador Hemetério Veloso. Um destaque especial deve ser dado a Euclides da Cunha, pois, além de compartilhar a formação com esses militares, a memória sobre Canudos foi constantemente lembrada durante o conflito do Contestado. Assim, sua obra se configurou como um dos principais referenciais nos diálogos travados entre os autores discutidos.

A presença de Euclides da Cunha nesses escritos é central, pois, para os historiadores de farda envolvidos no conflito do Contestado, este era frequentemente visto como uma continuação direta de Canudos. Pinto Soares, por exemplo, afirma que “a lição de Canudos era de ontem, de apenas 15 anos decorridos; no entanto, fora lastimavelmente esquecida pelos nossos homens públicos!” (Soares, 1931, p. 22), apontando um descuido que permitiu a eclosão do Contestado, apesar das lições aprendidas com Canudos. Dermeval Peixoto também observou que a Cidade Santa de “Santa Maria repetia Canudos” (Peixoto, 1920, p. 58). Assim, em diferentes momentos de suas leituras, os militares utilizaram Canudos como referência para avaliar e interpretar as condições locais, traçando comparações entre o norte e sul do país e destacando elementos que tanto os diferenciavam quanto os aproximavam.

Nessa direção, Nísia Trindade Lima (2013) destaca que a experiência de Canudos servia como um referencial para entender o interior do Brasil durante o período da Primeira República, incluindo as interpretações dos médicos higienistas do Instituto Manguinhos. A partir dessa constatação, pode-se afirmar que a comparação com Canudos não dizia respeito apenas à Guerra do Contestado, mas inseria a região e o conflito no debate intelectual e político sobre a Nação.

Esses militares tentaram reproduzir a abordagem de Euclides da Cunha no caso do Contestado, ao escrever relatos sobre o conflito, explorar aspectos locais e oferecer interpretações sobre o sertanejo, de maneira semelhante àquela adotada em *Os Sertões*. No entanto, a influência inaugural de Euclides na interpretação do interior do Brasil posiciona esses militares dentro de um contexto mais amplo de intérpretes dos sertões. Assim, eles se tornam parte de um grupo de escritores que sucedem Euclides da Cunha, com menor impacto, compartilhando algumas de suas observações e dialogando entre si.

Esse exercício de diálogo é evidente entre os próprios militares do Contestado, que referenciavam e comentavam as informações apresentadas por seus colegas. Além do exemplo de Alves Cerqueira, já citado, tanto Herculano d’Assumpção (1917) quanto Pinto Soares (s.d.)

recorreram à obra de Dermeval Peixoto para fundamentar parte dos seus argumentos, utilizando os dados levantados por ele para reforçar suas interpretações.⁴³

Um caso que ilustra esse intercâmbio foi observado por Espig (2008), o qual identificou uma semelhança entre a redação de Dermeval Peixoto e uma passagem da obra de Pinto Soares (s.d.), ainda que não fossem idênticas. A autora sugere que essa similaridade indicaria um conhecimento prévio das produções de ambos, tendo em vista que boa parte desses militares escreveram seus textos no *fronts*, conforme Rodrigues (2008). Contudo, na edição de 1920 da obra de Peixoto, o próprio autor esclarece que o diário de campanha de Soares foi uma das fontes consultadas na elaboração de seu texto. Ezequiel Antunes, em sua obra incompleta de 1914, também exemplifica esse diálogo ao mencionar o texto de Vieira da Rosa, intitulado *Taquarussú e Gragoatá*,⁴⁴ ao discutir a paisagem e a natureza do Planalto Catarinense.⁴⁵

Rosa, por sua vez, parece ter lido as obras de seus colegas, criticando-as, ao apontar que:

A Guerra do Contestado não teve até hoje o seu Euclides da Cunha, mesmo porque um Euclides da Cunha não se encontra sempre. Nem mesmo entre tantos que têm escrito sobre a tragédia dos pinhais há um só que tenha aspirado tornar-se célebre, como pelos seus méritos se tornou o autor de *Os Sertões*? Não, e o que há por aí publicado peca pela parcialidade e pelas inverdades, sendo que de todos os trabalhos publicados o melhor é o do Coronel José Octaviano Pinto Soares, que o fez quando tenente. Eu também procurarei não almejar celebridade, mas não escrevo senão verdades, referentes ao setor que ocupei e limpei (Rosa, 2012, p. 108).

A avaliação dele reflete sua percepção de insuficiência e parcialidade nos textos de seus colegas, destacando como principal limitação o fato de todos terem tido contato com a região apenas durante o conflito. Além disso, Rosa desaprovava as críticas direcionadas a Francisco Albuquerque, argumentando que este não era o principal responsável pelo conflito, e redirecionava suas críticas a outros oligarcas (Rosa, 1918, 2012).⁴⁶ Essa visão foi compartilhada por Soares (s.d.), o que pode ter sido um dos fatores que levou à boa recepção de sua obra.

Além dessas questões, chama a atenção o diálogo intelectual, explícito ou não, entre esses militares em torno da compreensão do sertão no sul, sob forte influência de Euclides da Cunha. Apesar de haver divergências, esses autores se apoiavam nos trabalhos de seus pares para complementar e sustentar suas hipóteses e descrição de episódios ou fatos de determinados episódios.

⁴³ É importante salientar que eles não mencionam o nome Dermeval Peixoto, mas sim Crivelaro Marcial, pseudônimo utilizado na primeira publicação do texto no ano de 1916.

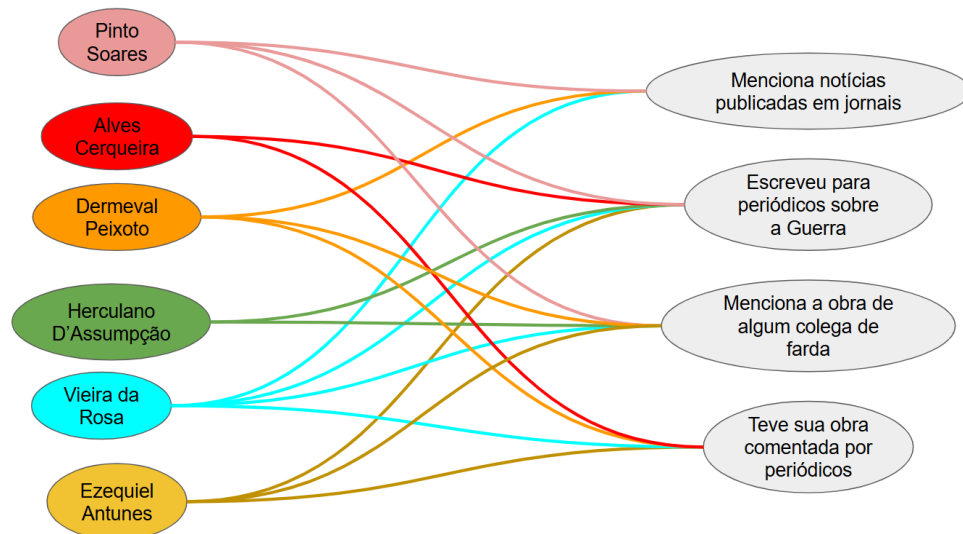
⁴⁴ Não foi possível localizar esse texto nas páginas da imprensa catarinense, onde Rosinha teve atividade durante o conflito, nem em formato de livro.

⁴⁵ *O Dia*, Florianópolis (SC), 26/08/1914.

⁴⁶ Cabe destacar que as principais críticas desempenhadas por Vieira da Rosa estavam ligadas às escolhas adotadas pelos militares no decorrer da Guerra do Contestado para o enfrentamento dos caboclos.

Em suma, é possível identificar a formação de uma rede de intérpretes do Contestado, influenciada por diversas fontes, como ilustrado na figura 3. Após a publicação, essas obras foram debatidas e divulgadas em jornais de diferentes partes do país, conforme os próprios autores indicam em seus trabalhos, por meio de anexos e prefácios.

Figura 3: Esquema das Influências Interpretativas nos Trabalhos Militares sobre o Conflito.



Fonte: Produzido pelo autor.

A obra de Ezequiel Antunes (1918, 1919) foi comentada e discutida diretamente pela imprensa do norte. Este também se preocupou em enviar cópias de seu texto para proeminentes colegas acadêmicos, incluindo membros da Academia Brasileira de Letras, juristas, militares e escritores.⁴⁷ Dermeval Peixoto também teve sua obra comentada pela imprensa do Rio de Janeiro, como destacado na abertura de seu livro na seção intitulada *Alguns tópicos da Imprensa*. Um comentário em particular, feito pelo *A Defesa Nacional*, ressalta que sua obra

[...] é também para nós não simplesmente a descrição, de fatos militares, mas um conjunto de observações, uma psicologia do meio em que vivemos e agimos, e, mostrando nos os verdadeiros inimigos da pátria e, portanto, os nossos próprios, - os coronéis, funcionários, magistrados, etc., da roça - deixa também com isso perceber a necessidade de uma organização defensiva.⁴⁸

Demonstrando certa vaidade, Peixoto e Antunes procuraram explicitar como suas obras foram recebidas pelo público, evidenciando um debate que ia além dos círculos acadêmicos ou militares. Herculano d'Assumpção, por sua vez, destacou sua colaboração na discussão, mencionando que, por meio de suas correspondências com periódicos de Minas Gerais, seus

⁴⁷ Nos anexos da obra, Ezequiel Antunes apresenta diferentes periódicos, assim como as cartas recebidas que comentaram a palestra que proferiu no IHGP. Alguns dos correspondentes foram o médico e escritor Afrânio Peixoto, o escritor Henrique Castriciano, o magistrado Sebastião Fernandes, entre outros (Antunes, 1919).

⁴⁸ *A Defesa Nacional*, de Janeiro de 1917. Embora o periódico tenha uma circulação entre os militares, ele também era lido por civis, tendo em vista as menções a esses leitores em alguns momentos.

textos foram “[...] largamente transcritas na imprensa do país [...]” (Assumpção, 1917, p. 11), indicando que sua interpretação circulava antes mesmo de sua obra estar concluída.

Vieira da Rosa, em sua terra natal, Santa Catarina, publicou suas primeiras análises no periódico *Terra Livre*, engajando-se diretamente com os leitores locais. Tal jornal elogiou sua obra, como evidenciado a seguir: “chamamos a atenção dos nossos leitores, sobretudo daqueles que se dedicam especialmente ao estudo da história da terra catarinense para essa valiosa contribuição, em que o autor se revela ao mesmo tempo um observador inteligente, sincero e verdadeiro”.⁴⁹ Pinto Soares (1920, 1931) teve suas análises do conflito publicadas em artigos nos estados do sul e da capital federal, conforme dito no prefácio de suas obras.

Cerqueira também teve sua obra divulgada nacionalmente por meio do boletim do Estado-Maior do Exército e, posteriormente, no periódico *Medicina Militar*. Suas duas primeiras edições tiveram boa circulação, o que levou o autor a ser convidado a reorganizar suas análises e reformulá-las para novas edições, conforme apontado na segunda e terceira edição.⁵⁰ Destaca-se que na edição de 1936, o médico-militar afirma que “tanto que se tornou conhecido o presente escrito, recebeu o autor de seus companheiros de jornadas as mais cativantes demonstrações de generosidade, quer verbalmente, quer em cartas [...]” (Cerqueira, 1936, p. 8), enfatizando a circulação e a recepção que o texto teve.

Obviamente, esse não foi o único meio de obtenção de informações sobre a Guerra do Contestado. Durante o conflito, diversos periódicos se dedicaram a recolher e divulgar informações sobre o confronto por meio de reportagens. Outros atores sociais, como políticos, contribuíram com análises sobre o conflito, cujos discursos foram debatidos na imprensa. Além disso, como será mostrado ao longo deste texto, interpretações sobre o fenômeno religioso no Contestado já existiam desde pelo menos a metade do século XIX.

Dessa maneira, os militares se destacaram como os principais escritores do conflito, influenciando e sendo influenciados pelos periódicos, enquanto levavam suas reflexões para diferentes partes do Brasil. Esses debates ocorreram tanto durante quanto após o conflito, promovendo uma discussão de alcance nacional. Vale destacar que essa discussão aparentemente não esteve centralizada na então capital do país, pelo contrário: foi uma das regiões em que menos se abordou o tema.⁵¹ Em suas respectivas localidades, esses escritores

⁴⁹ *Terra Livre*, Florianópolis (SC), 01/08/1918.

⁵⁰ *Medicina Militar*, setembro de 1914.

⁵¹ Como destacado por Machado (2004) e Rodrigues (2008), no período da Guerra, os debates estavam voltados mais a preocupações com a intervenção federal no Ceará, com a declaração de Estado de Sítio na capital e com a Primeira Guerra Mundial que começou a se desenrolar no segundo semestre de 1914.

geraram debates visando entender o espaço onde ocorreu a Guerra do Contestado, os elementos locais determinantes para o conflito, e sua inserção num debate nacional.

2.2. A natureza do Contestado e a Construção da identidade cabocla

A partir das análises dos jornais e dos escritos dos militares, é possível afirmar que a região alvo desses estudos não se limita à área diretamente afetada pela guerra, mas abrange partes de Santa Catarina, Paraná e, em certa medida, Mato Grosso. As fontes destacam que essa região, integrada ao Planalto Meridional, compartilha um processo histórico comum marcado pela imigração europeia, assim como a presença de bandeirantes e tropeiros – além de uma natureza exuberante. O elemento central que conecta toda essa região é a passagem de João Maria que, durante sua peregrinação, curou, batizou, pregou e profetizou. Esse ambiente gerou uma zona cultural que estabeleceu uma linguagem comum, fundamentada nos ensinamentos do monge (Assumpção, 1917; Antunes, 1918; Rosa, 1918, 2012; Peixoto, 1920; Soares, 1920, 1931, s.d).

Figura 4: Mapa com a área afetada pela Guerra do Contestado e o território Contestado.



Fonte: Elaborado pelo autor.⁵²

Para os intérpretes do Contestado, os elementos que levaram ao estopim estavam profundamente enraizados nas estruturas pré-conflito. O fanatismo e o banditismo, vistos como

⁵² A principal referência para a confecção do mapa foi Machado (2023).

os motores dos rebeldes, eram características que já estavam presentes na cultura do sertão do Contestado e que precisavam ser analisadas.

Assim como em outros sertões do Brasil no início do século XX, o Contestado também era interpretado através da dicotomia litoral-sertão. Dermeval Peixoto foi quem melhor descreveu o sertão como

[...] [um]a área vastíssima, em grande parte, vive inteiramente alheia do progresso, olvidada da civilização e dos costumes litorâneos. Crentes fervorosos das instituições caídas em 1889, os seus habitantes, que carecem, sobretudo, da instrução rudimentar, entregam-se à idolatria das apregoadas excelências do Império (PEIXOTO, 1920, p. 29).

Tal situação, segundo o militar, faria com que a marca central dessa área fosse o atraso, caracterizando-se pela manutenção de um sistema de barbárie e sem civilização, um espaço onde o “primitivo” predominava (Assumpção, 1917; Peixoto, 1920). Apesar de sofrer com essa situação, a região era vista como perfeita para ser civilizada e colonizada, pois tinha grande potencial para o desenvolvimento nacional.

Herculano d’Assumpção (1917, p. 66) observou que, ao se deslocarem para a área do conflito, os soldados se depararam com florestas “tão espessas, tão fechadas, que a luz diante dos belos dias não chega a clarear vivamente o seu interior, formando apenas, na sua base, uma fraca penumbra”. A descrição retrata uma natureza imponente, que impunha desafios à população local. Por outro lado, aliada ao clima, essa paisagem faria da região uma área saudável e rica em recursos naturais, como destacado por Pinto Soares:

Riquíssimo em minerais: ouro, ferro em extraordinária fartura por todo o território; ágatas, mercúrio, cobre, petróleo, estanho, hulha, manganês, carvão de pedra e topázios. Pedras de construção em abundância: calcárias, argila, cristais de rocha, granitos e linhite. Vegetais: o pinheiro formando extensas matas, a imbuia, a canela, o cedro e a peroba, como apropriadas madeiras de construção civil e militar; plantas aromáticas medicinais como a salsaparrilha, a ipecacuanha, o pichuri, a baunilha, a quina, a copahiba, o cumarú e o jalapa. Árvores frutíferas indígenas como o pinheiro, o cajueiro, a jabuticabeira, o araçazeiro, e entre as exóticas aclimatadas, a laranjeira, a figueira e o pecegueiro. O tabaco, a cana de açúcar e o algodoeiro nascem, silvestremente, em quase todo o território. Entretanto, a indústria agrícola resumia-se na cultura da erva mate em relativo acanhamento e por processos antiquados. Pequenas plantações de feijão, milho e mandioca, o suficiente para alimentação privada. Algumas serrarias para o preparo de tábuas, sem, entretanto, os meios de transporte fáceis e baratos. As terras prestam-se à cultura de todos os cereais e frutas europeias (SOARES, 1920, p. 7).

Os militares compartilhavam essa visão, apresentando a flora do Contestado como uma das mais abundantes do Brasil, capaz de produzir diversas riquezas naturais e diferentes fontes de alimentação para a população (Assumpção, 1917; Antunes, 1918, 1919; Rosa, 1918, 2012; Peixoto, 1920; Soares, 1920, 1931).

De acordo com Herculano d'Assumpção (1917), a atividade pastoril era essencial, pois a maioria dos sertanejos se dedicava exclusivamente ao manejo de rebanhos. Os pastos frequentemente eram de qualidade variável, com forragens silvestres que nem sempre atendiam aos padrões ideais. As áreas de pastagem eram compostas por pequenos campos com capim e algumas aguadas, proporcionando uma alimentação limitada e, em muitos casos, insuficiente para o gado. Durante o inverno, o rebanho procurava abrigo nas matas, onde encontrava um pouco de capim fresco e ervas apropriadas para sua alimentação (Assumpção, 1917, p. 201-206). Vieira da Rosa (1918) e Pinto Soares (1931) destacam a criação de gado bovino e cavalos nas áreas ao redor de Palmas, além de uma rica produção de suínos. Esses rebanhos de suínos eram frequentemente transportados e vendidos em Ponta Grossa (PR), desempenhando um papel relevante na movimentação comercial da região.

O contraste é com o norte, cuja natureza era marcada pelas secas. Esse era um diferencial importante entre os sertões de Canudos e os do Contestado (Peixoto, 1920). O frio, por sua vez, não representava uma ameaça comparável à seca; pelo contrário, favorecia a produção natural local. Vieira da Rosa (1918) ressaltava o potencial de industrialização da região, destacando a abundância de espaços propícios à geração de energia hidráulica – chamada por ele de “hulha branca” –, fator capaz de impulsionar o processo de civilização.

Esse conjunto ofereceria um ambiente favorável ao cultivo de alimentos como uva, pêssigo, marmelo e maçã – frutas típicas da Europa –, o que facilitaria a adaptação dos imigrantes. Embora a qualidade desses produtos fosse vista como inferior à dos europeus, ela se mostrava adequada para uma política de colonização (Assumpção, 1917; Antunes, 1918, 1919; Peixoto, 1920; Soares, 1920, 1931).

A presença dos imigrantes foi um elemento recorrente na escrita dos militares. Segundo o levantamento por eles realizado, havia na área um grande número de teuto-brasileiros, alemães, poloneses⁵³ e seus descendentes. A maioria era apresentada como alemães exilados que chegaram após a Revolução de 1848⁵⁴ (Assumpção, 1917; Peixoto, 1920; Soares, 1920, 1931). Segundo Peixoto (1920) e Pinto Soares (s.d.), alguns imigrantes, incluindo poloneses e alemães, aliaram-se aos revoltosos durante a Guerra. Essa aliança contrastava com a expectativa da época de que os imigrantes europeus fossem agentes civilizadores.

⁵³ *O Dia*, Florianópolis (SC), 22/08/1914.

⁵⁴ Esse movimento consistiu em uma série de revoluções de caráter liberal, com pautas voltadas para mudanças no sistema vigente na Europa, especialmente contra a monarquia (COTRIM, 2013).

Enquanto esses autores destacavam a participação direta de imigrantes no conflito, Vieira da Rosa adota uma abordagem distinta. Em sua análise, descreve os revoltosos de forma mais ampla, sugerindo a presença de imigrantes ao redefinir o que entendia como caboclo:

E o que eu chamo caa-boc não é a raça tupi, que cobriu a América do Sul no lado atlântico, não, este nome cabe aos habitantes do sertão, de qualquer raça radicada aqui. **Caboclo é o branco genuíno de qualquer origem, que se adaptou aos nossos costumes e que da pátria de seus pais nada sabem;** é o mameluco, é o cafuzo, é o crioulo de qualidades excepcionais, são todos esses fatores da nossa nacionalidade. Foi esta mistura do sertão que fez Canudos e que fez a guerra do Contestado, e porque desejo que meus netos venham a conhecer a História de seu povo, aí ficam minhas notas (Rosa, 2012, p. 118. Grifo meu).

Uma hipótese que explicaria a valorização do caboclo como figura primordial do sertão pode estar relacionada à influência das atividades de Rondon no interior do Brasil, especialmente por meio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Para ele, um aspecto central do sertão era a miscigenação entre brancos e indígenas devido à atuação dos bandeirantes (Lima, 2013). Vale destacar que, no caso do Vieira da Rosa, o caboclo seria o detentor da essência nacional (Rodrigues, 2008), replicando a visão de Euclides. Entretanto, essa valorização do caboclo não implicava complacência. Em diferentes momentos de sua obra, Vieira da Rosa apontou a necessidade de eliminar os rebeldes para acabar com a revolta.

Apesar disso, destaca-se o reconhecimento dos militares no que tangia à presença de rebeldes, a qual ia além da identidade cabocla étnico-racial, incluindo também brancos de diversas origens. Seus textos indicam que, entre os imigrantes, houve um processo de adaptação ao modo de vida local. Assim, mesmo reconhecendo suas diferentes origens, os militares acabaram por racializar a cultura desses grupos, retratando-os de maneira pejorativa e com viés preconceituoso.

Esse processo de adaptação está diretamente relacionado à natureza, que, embora distinta da geografia do norte, era primordial para Euclides da Cunha e replicada nos textos dos historiadores de farda. O isolamento imposto pela densa vegetação do sul, assim como seu domínio sobre o sertanejo, eram fatores que ajudavam a explicar as condições em que essa população se encontrava. Dessa forma, os militares reiteraram a visão de Euclides da Cunha sobre o papel da natureza no controle e na perpetuação do atraso do sertão, considerando-a um elemento dominante, capaz de absorver aqueles que nela viviam. Dentro dessa perspectiva, as influências das práticas indígenas também se destacariam, conforme as ideias de Euclides (Abreu, 1998).

Nesse contexto, os militares reconheciam que, apesar de acreditarem na eliminação dos povos indígenas durante a colonização, suas tradições continuavam presentes e influenciavam

os caboclos, especialmente nas práticas culturais e sociais (Assumpção, 1917; Antunes, 1918, 1919; Rosa, 1918, 2012; Peixoto, 1920). Essa continuidade de práticas indígenas, refletida nos costumes e no comportamento dos caboclos, era vista pelos militares como uma explicação para problemas como o fanatismo e o banditismo.

2.3. A violência no Sertão: O sertanejo e suas raízes

Um elemento constante na escrita dos militares era a ênfase na violência presente entre os caboclos. O general Vieira da Rosa (2012) observou que a formação histórica da região era influenciada pelos bandeirantes paulistas, sendo essa a base da organização local, especialmente visível nos métodos de defesa adotados pelos caboclos:

[...] e o selvagem, pelas dificuldades da vida, para salvar-se das emboscadas de toda a espécie que homens e feras lhe armam, tem de adquirir hábitos de segurança individual, receando tudo e em tudo vendo sério perigo que deve desviar. De aí o conservarem a voz tão baixa que dificilmente se percebe o que dizem, e isso para que o ouvido esteja sempre alerta (Rosa, 2012, p.129).

Essa influência teria contribuído para que a população fosse forte, saudável, sóbria, corajosa e cuidadosa no trato. Além disso, desenvolveram um forte espírito de resistência e autodefesa, que, embora levasse à violência, também refletia um caráter vingativo e exagerado. O isolamento também favoreceria a preservação e intensificação dessas características. Para o militar, essas manifestações representavam “[...] uma lei muito conhecida, guarda de seus ancestrais tupis o amor de uma Liberdade livre, e não dessa Liberdade escravizada da nossa constituição” (Rosa, 2012, p. 109).⁵⁵ Desse modo, o caboclo, em sua essência, preservava uma liberdade herdada dos tupis, representando uma herança cultural em oposição às “leis” da civilização.

Herculano d’Assumpção (1917, p. 131) partilhava desta convicção, apontando que na região do Contestado “[...] só se encontram, por aquele sertão, as mais desoladoras provas do atraso indígenas” e compartilhava da constatação de que o comportamento violento e a busca por segurança individual davam a impressão de que o principal objetivo do sertanejo seria de “[...] ser sempre temido” (Assumpção, 1917, p. 200). Nesse contexto, seria comum que os caboclos estivessem constantemente armados com Winchesters, que “[...] eram amplamente vendidas nos sertões como armas de caça, sendo consideradas, com justiça, excelentes para combate a uma distância máxima de 450 metros” (Assumpção, 1917, p. 379).

⁵⁵ Cabe destacar que, entre todos os historiadores de farda, Vieira da Rosa e Dermeval Peixoto são os únicos que, em algum momento, se referem aos povos indígenas por nomes específicos, como tupi ou guarani. De modo geral, os textos utilizam apenas termos genéricos, como “aborígenes” ou “indígenas”.

O autor identificou duas categorias distintas de sertanejos na região: os de cor clara e os de origem indígena. O primeiro grupo fora descrito como homens de grandes bigodes caídos, vestidos com calças bombachas, ponchos e botas com esporas de metal, frequentemente associadas ao perfil de gaúchos. O segundo grupo era caracterizado por pele bronzeada, cabelos lisos, barbas ralas e olhos vivos, mas baixos, evitando o contato direto – uma postura que indicaria desconfiança e um instinto considerado perverso. Ambos eram retratados como armados “da cabeça aos pés”. Para Assumpção (1917, p. 132), essa configuração populacional resultava em uma região “[...] inteiramente entregue à inação e, por isso, propensa ao banditismo assolador”. Nesse cenário, a violência cotidiana do sertanejo era vista como um dos fatores que alimentava o banditismo.

A influência indígena entre os sertanejos no sul também era frequentemente associada à ideia de atraso cultural pelo médico-militar Ezequiel Antunes (1918). Segundo ele, a população sertaneja era animalizada pelo ambiente, o que a tornava áspera e determinada. Essa característica permitia aos caboclos, em sua visão, conquistar o território ao expulsar tanto indígenas quanto tigres para consolidar seu domínio. Durante esse processo, eles recorriam a “[...] armas poderosas, como as carabinas tipo Winchester e revólveres Smith-Wesson, que eram quase brinquedos e bengalas nas mãos do povo daquela redondeza” (Antunes, 1918, p. 49).

Mesmo em tempos de paz, andavam “armados da cabeça aos pés”, carregando consigo desde canivetes e facas afiadas para cortar fumo até revólveres e garruchas na cintura. Ademais, portavam “o largo facão de tenda, a luzente e comprida espada pendente à ilhargia da cavalgadura, a Winchester pousada no arção, e o rotundo e pesado cabo do chicote com volumosa cabeça de metal prateado”, o que dava a impressão de serem “[...] verdadeiras salas de armas ambulantes que devia ter impressionado aos governos” (Antunes, 1918, p. 49-50).

Para Demerval Peixoto (1920), as táticas de combate empregadas pelos caboclos durante o conflito seriam uma herança étnica direta: “entre a índole traiçoeira e esquisita do sertanejo semi-bárbaro e o treinamento dos soldados, havia de colocar-se as qualidades físicas dos primeiros que refletem em grau acentuado a têmpera rija dos aborígenes” (p. 625). Essa afirmação sugere que as estratégias adotadas pelos caboclos tinham origens indígenas, evidenciando como aspectos da cultura nativa ainda permeavam a vida do sertanejo.

Ao descrever Adeodato, a última liderança do Movimento do Contestado, Peixoto oferece um exemplo concreto que reforça essa interpretação. O autor atribui ao líder características físicas e comportamentais que evocam uma conexão direta com os indígenas:

Espadado e musculoso, contando cerca de 30 anos, de cor bronzeada e de cabelos negro, de um bigode ralo de fios grossos estendidos sobre os beiços vermelhos, com dentadura simétrica e perfeita, de um olhar suave ao mesmo tempo calmo e franco, Adeodato impressionava com seu porte simpático que lembra o tipo forte dos Guaranis. E, sereno, sem a mais leve contração muscular que denunciava remorsos, o homem que contava centenas de mortes, era até insinuante e humilde. Não se divulgava no seu rosto másculo o menor característico do bandido que fora a máxima personalidade no momento agudo da luta armada entre os jagunços e tropa federal (Peixoto, 1920, p. 790-791).

Os elementos evocados por Peixoto destacam a questão racial, conectando-a com as heranças indígena e africana. Entretanto, assim como outros militares, ele enfatiza mais a primeira, especialmente através da comparação do porte físico de Adeodato aos Guaranis e de sua postura serena e fria. No que diz respeito à origem africana, parece diluir sua relevância, priorizando a influência cultural indígena. Assim, o autor reafirma a tese de que as qualidades físicas e culturais indígenas não apenas sobreviviam no sertanejo, mas também se manifestavam de forma proeminente em personagens como Adeodato. Em outra parte de seu texto, o militar adiciona imagens de “incivilização” nessa liderança, apontando que “era o mais feroz de todos os ‘homens de briga’, sendo um ‘sanguinário’ adepto do monge, com seus feitos de violência ganhando destaque dentro e fora das Cidades Santas” (Peixoto, 1920, p.448-449).

Herculano d’Assumpção (1918) descreveu Adeodato de maneira semelhante, enfocando seu comportamento e moralidade:

Foi um dos mais terríveis e salazes cabecilhas do Contestado. No meio dos bandidos, valendo-se da sua qualidade de chefe combatente de poder absoluto, era ele uma espécie de Amodeo tão bem ideado por Tobias. [...] abusando das pobres viúvas dava ali o mau exemplo da lubricidade mais livre, ainda mais pervertendo os costumes naquele antro de fanatismo e banditismo (Assumpção, 1918, p. 445).

Assumpção não estabelece uma conexão direta entre Adeodato e práticas indígenas. Em vez disso, apresenta-o como a personificação das “piores práticas” do sertão, atribuindo-lhe a responsabilidade por perverter os costumes locais e fomentar o fanatismo e o banditismo. A mesma visão negativa é partilhada por Vieira da Rosa (1918), que apontava como consequência de seu comando as muitas mortes entre os sertanejos. Embora não haja uma correlação explícita entre a influência indígena e Adeodato, é possível inferir que ele também poderia ter absorvido elementos dessa tradição, uma vez que os autores reconheciam tal influência sobre o sertanejo.

A trajetória de Adeodato, no entanto, foi controversa e alvo de diversas interpretações. Os militares analisados, assim como pesquisadores posteriores, como Vinhas de Queiroz (1981), Aujor Luz (1995) e Duglas Monteiro (2011), em grande medida reproduziram uma visão negativa da última liderança da guerra, atribuindo-lhe significativa culpa pela violência

ao final do conflito. Por outro lado, Paulo Pinheiro Machado (2004) ressalta que Adeodato assumiu a liderança em um momento crítico, marcado pelo cerco do exército, pela fome e pela crescente desestruturação do movimento rebelde.

Monteiro (2011) também contribui para essa discussão ao argumentar que práticas violentas já faziam parte do cotidiano dos sertanejos antes do conflito, e que Adeodato, enquanto liderança, não se distanciava dessas dinâmicas. Sua liderança, entretanto, simbolizava uma tentativa de resistência, buscando a manutenção da causa rebelde no contexto do desfecho do movimento. O diferencial, portanto, não residia na violência em si, mas no esforço para preservar o projeto dos caboclos.

Na narrativa militar, Adeodato tornou-se uma figura negativa, interpretado como um catalisador para o agravamento do conflito. Ele foi representado como a expressão de todos os problemas associados ao atraso e à violência do sertão. Para esses autores, sua liderança não era uma resistência legítima, mas expressão do atraso a ser combatido.

Acrescentando a isso, os historiadores de farda atribuíam a raiz da violência a elementos de influência indígena, reforçados pelo distanciamento das estruturas de ordem. O isolamento geográfico, portanto, seria um fator que intensificava esses costumes, permitindo sua manifestação de forma mais marcante. Para eles, esse contexto explicaria a incorporação, por imigrantes europeus, de práticas e hábitos dos caboclos.

2.4. O fanatismo e os monges antes da Guerra do Contestado (1849-1897)

Durante e após a Guerra do Contestado, a retórica de militares, políticos e periódicos sobre um fanatismo religioso no sul foi amplamente utilizada. O fanatismo foi descrito como um desvio do catolicismo que afetava grande parte da população, independentemente de sua participação no conflito. No epicentro desse movimento estava o monge João Maria, um andarilho que percorreu o Planalto Meridional. Famoso por suas curas, batismos e pregações, ele atraía seguidores e curiosos por onde passava. Embora a historiografia contemporânea identifique uma multiplicidade de figuras que usaram esse título, para os escritores do conflito existiam apenas dois líderes: João Maria e seu sucessor, José Maria.⁵⁶

Sobre a relação entre fanatismo e a Guerra, Dermeval Peixoto (1920, p. 59) aponta que “está ao alcance de todos que têm acompanhado a questão do Contestado que a sua origem fundamental reside realmente no fanatismo [...]”. Pinto Soares descreve uma situação semelhante. Os sertanejos, contra os quais lutou, foram descritos como “[...] homens

⁵⁶ Houve uma exceção à visão predominante: na terceira edição de seu trabalho, José Octaviano Pinto Soares (1931) apresenta a informação de que existiram dois indivíduos conhecidos como João Maria.

trabalhadores e ordeiros, porém, que, nesses recantos afastados da civilização, se deixaram arrastar, cegamente, pelo torvelino do fanatismo lóbrego!” (Soares, 1931, p. 39-40).

No entanto, vale destacar que a preocupação com a devoção religiosa no Planalto Meridional precede os escritos de *Os Sertões* e do Contestado, remontando pelo menos à década de 1840. A visão sobre a existência de fanáticos religiosos no interior não teve início com a obra de Euclides da Cunha, mas suas interpretações ofereceram uma nova matriz analítica para os militares que buscaram discutir o fenômeno. Ainda assim, parte das concepções anteriores ao conflito foi posteriormente reproduzida nas descrições do embate no sul, convergindo com as ideias euclidianas.

O primeiro relato sobre o fanatismo no sul foi feito em 1849 pelo médico Thomaz Antunes de Abreu, o qual analisou as fontes de águas consideradas santas no Campestre, em Santa Maria (RS). Ele descreve que as águas não tinham nenhum efeito terapêutico, e que a multidão no local era movida por “[...] superstições a que os sujeitarão a hipocrisia, o fanatismo e a credulidade [...]”.⁵⁷ Ao observar os enfermos que recorriam a esse meio terapêutico, Abreu destacou que:

[...] parecia ter-se levantado para muitos uma nova religião. O paganismo ou a idolatria disputavam o primeiro lugar: as águas, o barro, as árvores, e os cipós eram santos: finalmente tive mais que tudo o desgosto de ver adorar-se uma cobra, que previamente escolhida e preparada, foi levada em procissão ao colo de crédulas Senhoras e pelos fanáticos santificadas.⁵⁸

O médico demonstrava preocupação com a proporção que o evento em torno das águas tomava. O movimento era singular, pois apresentava um caráter puramente popular, organizando uma nova religiosidade baseada na santidade presente na natureza do campo. Essa devoção não se restringia a um grupo específico, mas mobilizava pessoas de diferentes camadas sociais, conforme notícias da época.⁵⁹

Quase três décadas depois, outro relato sobre o fanatismo religioso foi registrado no plenário do Senado do Império, em 1874, pelo médico e senador José Martins da Cruz Jobim. A importância desse relato decorre da influência política de Jobim, que, além de senador, também foi médico da família imperial, atendendo os filhos de Dom Pedro I a pedido de José

⁵⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (RJ), 25/06/1849.

⁵⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (RJ), 25/06/1849.

⁵⁹ *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro (RJ), 23/11/1848; *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (RJ), 25/06/1849.

Bonifácio, em 1831.⁶⁰ Ele integrou a Academia Imperial de Medicina, onde, em 1849, discutiu as águas descobertas por Agostini em Santa Maria, avaliando seus efeitos terapêuticos.⁶¹

Em seu discurso, Jobim buscava evidenciar a existência de uma população supersticiosa e fanática no interior do Brasil, reforçando a visão do relato anterior. Para exemplificar essa situação, mencionou a figura de João Maria de Agostini e o culto em torno dele no Cerro do Campestre, em Santa Maria. O senador descreveu que, quando os fiéis viam o monge,

muitos se ajoelhavam, chegavam-se a ele, beijavam-lhe o hábito, iam beber a água da fonte em que ele bebia, punham nas suas feridas a lama em que ele pisava, e aquela água era considerada como santa e milagrosa, mandada para toda a parte do mundo como tal. A mim mandaram também um garrafão, como coisa admirável, e para que eu também me santificasse, bebendo dela, mas até já estava choca e com mau cheiro (Anais do Império, 15 de junho de 1874, p. 261).

Jobim demonstra que a população via em João Maria uma figura com poderes curativos e sagrados, acreditando que sua santidade se estendia aos objetos e práticas que ele indicava. Em ambos os relatos, o sucesso do monge estaria associado à superstição popular, que, ao vê-lo, adaptava suas crenças à sua presença.

Diferente dos relatos anteriores, o médico Ângelo Dourado,⁶² que conheceu o monge durante a Revolução Federalista,⁶³ descreveu a devoção de seus fiéis, os quais iam até os locais por onde ele passava para “[...] rezar, levando cada qual um rolo de cera que acendem ali” (Dourado, 1896, p. 218). Porém, ao contrário dos demais, embora classificasse essas práticas como fanatismo, o médico via nelas um aspecto positivo: “[...] elas porém são úteis para os povos poucos educados; são um corretivo para seus atos” (Dourado, 1896, p. 218). Para ele, essas manifestações não eram prejudiciais e poderiam corrigir comportamentos nocivos, revelando uma postura mais simpática.

⁶⁰ JOBIM, JOSÉ MARTINS DA CRUZ. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1970). Capturado em 22 fev. 2024. Online. Disponível na internet <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/dicionario>. Ficha técnica da Pesquisa – Rodrigo Borges Monteiro. Redação – Rodrigo Borges Monteiro. Revisão – Maria Rachel Fróes da Fonseca. Atualização – Maria Rachel Fróes da Fonseca, Ana Carolina de Azevedo Guedes.

⁶¹ *Annaes de medicina brasiliense: jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro*, n 10, abril de 1849. p. 241-242.

⁶² Originário da Bahia, o médico formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1880. Acabou migrando para o Rio Grande do Sul ao ser nomeado médico das colônias gaúchas pelo Barão de Cotegipe. Posteriormente, juntou-se às causas federalistas na Revolução Federalista (1893-1895), que inspirou sua obra narrando a experiência nesse conflito intitulada *Voluntários do Martírio* (1896) (Antunes, 2014).

⁶³ Conflito armado ocorrido no Brasil entre 1893 e 1895, envolvendo principalmente os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Protagonizaram o confronto dois grupos: os federalistas (maragatos), que lutavam por um modelo de país mais descentralizado; e os republicanos (pica-paus), defensores de um modelo de governo centralizado, ligado ao então presidente Floriano Peixoto (Axt, 2018).

Para reforçar essa percepção, argumentou que o culto ao monge não se diferenciava do prestado às estátuas de santos nas grandes cidades. A única distinção estava na percepção dos fiéis do monge como ignorantes. No entanto, para ele, isso não era um problema, pois “esses pobres crentes não dissolverão sociedades, não aniquilarão costumes tradicionais de famílias, não compreenderão o que seja ordem e progresso, senão no trabalho de cada qual para viver e no respeito mútuo porque o que faltar a esse respeito será punido” (Dourado, 1896, p. 218).

O aspecto mais marcante do relato é o reconhecimento da mobilização em torno de João Maria. Ao recordar do momento em que o conheceu, o médico observa que o monge era “moço” e esteve presente em uma das batalhas da Revolução Federalista, relatando que:

se achou, dizem, com sua bandeira e isto só bastou para que os nossos lutassem até vencer, quase sem armas. Esse povo serrano é fanático. Uma questão de religião poderia produzir aqui lutas extraordinárias, e o que é mais notável é que os padres gozam de pouca simpatia, devido a serem todos estrangeiros, que fazem do sacerdócio uma profissão lucrativa, todos eles são negociantes (Dourado, 1896, p. 257).

João Maria era visto como um catalisador, organizando a vida dos moradores e motivando seus fiéis nas batalhas. O relato também critica o catolicismo, apontando os padres como estrangeiros e negociantes que não se comunicavam com os serranos. A fé no monge, por sua vez, representava uma religiosidade cristã dissociada da instituição.

Outro aspecto relevante é seu papel como crítico da República: ele percorria a região denunciando calamidades e guerras, de acordo com o relato. Como forma de proteção, os fiéis passaram a plantar cruzeiros nas portas. Consequentemente, o monge foi intitulado profeta, e seus seguidores viviam sempre na iminência de vencer o mal trazido pelo novo regime, “[...] porque ele disse que Deus assim o quer” (Dourado, 1896, p. 258).

Apesar de Dourado ter destacado sua postura crítica à República, nem todos os relatos compartilharam essa visão. O jornal *Folha do Povo* de Curitiba publicou um relato em 1897, posteriormente transcrito pelo *À Época*, em 1912. Diferindo de Dourado, o texto afirma que o santo não apoiava os rebeldes da Revolução Federalista e se declarava imparcial em questões políticas. O periódico o descreve como “[...] muito rigoroso, pois aconselhava a abstinência durante três dias por semana não querendo admitir as dispensas da autoridade eclesiástica. As suas rezas pouco se distinguem das que são rezadas no mato, por ocasião dos terços”. O escritor o define como um monomaniaco “inofensivo”, cujos saberes teológicos seriam equivalentes aos dos sertanejos. Sua figura não era rejeitada, pois era movido constantemente por suas ideias.

Logo, não representava um perigo, mas sim um sertanejo que se destacava por suas práticas “radicais”.⁶⁴

O último relato abordado é o de Frei Rogério, que conheceu o monge em dezembro de 1897, em Lages. Segundo seus relatos, João Maria deslocava-se do Rio Grande do Sul ao Mato Grosso, receitando remédios e fortalecendo a fé das pessoas ao seu redor. Ele batizava crianças, que depois recebiam um novo batismo pelos padres. Sobre sua fisionomia, descreve que “Era um homem de seus cinquenta a sessenta anos, de estatura média, vestido pobre, mas decentemente” (Sinzig, 1934, p. 169).⁶⁵

Ainda sobre estas considerações, Frei Rogério afirmava que as profecias de João Maria resultavam da pressão exercida pela população: “[...] povo me aperta muito e, então, eu falo assim” (Sinzig, 1934, p. 169). Ele via a influência do monge de forma negativa, uma vez que “infelizmente sempre há gente que parece ter mais fé num João Maria, do que em Deus mesmo” (Sinzig, 1934, p. 173).

Segundo ele, após uma profecia falhar em relação à plantação e colheita, muitas famílias passaram por um período de fome e miséria, mas isso não abalou a fé dos seguidores: “Mesmo assim, [...] muitas pessoas simples aceitam antes uma mentira que julgam ser de João Maria, do que um conselho da boca do padre, que é ministro de Nosso Senhor” (Sinzig, 1934, p. 173).⁶⁶ Em essência, Rogério também atribuía o sucesso do monge à superstição das pessoas simples.

Entre os relatos discutidos, o do frei Rogério se destaca por sua peculiaridade: ele conheceu alguns dos historiadores de farda, como Peixoto, Assumpção e Antunes. É possível, portanto, que essas conexões tenham contribuído com informações sobre os monges, integrando o Frei para esta rede de diálogos e interlocuções desses autores (Antunes, 1918; Peixoto, 1920; Sinzig, 1934).

João Maria já despertava curiosidade e era objeto de análises antes mesmo da Guerra do Contestado. Desde 1849, as narrativas sobre sua vida oscilavam entre aprovação, rejeição e críticas. Um ponto comum nos relatos até o final do século XIX era a visão de que, ao seu redor, existia um fanatismo, frequentemente atribuído à ignorância de um povo descrito como supersticioso e fascinado por sua figura. Esse fanatismo não era relacionado às ações do próprio

⁶⁴ *Apud A Época*, Florianópolis (SC), 12/10/1912.

⁶⁵ A descrição do monge como um homem entre 50 e 60 anos levanta dúvidas sobre se ele é a mesma figura mencionada por Ângelo Dourado, que o descreveu como “moço”. Contudo, ambos se referem a uma figura que assume esse título e na qual a população deposita sua fé.

⁶⁶ Em partes, um dos principais choques entre monge e Frei Rogério resultava do fato do primeiro batizar sem autorização. Nas memórias do representante do catolicismo, há o relato completo de uma discussão, em que Rogério proíbe João Maria de batizar, prática essa permitida apenas em caso de perigo de vida. O principal estudo referente aos batismos no Contestado é a obra de Monteiro (2011).

monge, nem associado a uma influência étnico-racial indígena, como no caso da visão de violência em torno dos caboclos. Embora, em alguns relatos, João Maria fosse visto como uma figura potencialmente nociva, as críticas se concentravam principalmente na população que, ao seu redor, desenvolvia uma religiosidade considerada desviada.

2.5. Os monges sob a ótica dos militares e dos jornais (1912-1931)

Em outubro de 1912, alguns periódicos alertavam sobre um grande fluxo de pessoas se dirigindo a Taquaruçu. As notícias alertavam que João Maria de Agostini estava rodeado por fanáticos e que pregava pela monarquia. Como resposta ao movimento, o Coronel Albuquerque, superintendente da cidade, recorreu ao governo e às forças policiais para desfazer o grupo.⁶⁷

Logo depois, diversas notícias tentaram corrigir a informação: quem estava em Taquaruçu não era João Maria, mas sim José Maria, com quem foi associado.⁶⁸ A confusão levou os periódicos a estabelecer distinções entre ambos, traçando um exercício comparativo que resultou em novas interpretações sobre suas figuras. Um foi retratado como benevolente e pacífico, enquanto o outro era visto como subversivo. Ambos, porém, foram apontados como responsáveis por alimentar o fanatismo, elemento central na Guerra do Contestado devido à persistência de suas práticas e ensinamentos. Os periódicos, no entanto, reforçaram a ideia de que João Maria teria lançado as bases desse fanatismo, posteriormente explorado por José Maria para desestabilizar a região.

Nesse processo de distinção, João Maria foi retratado como um andarilho humilde, curandeiro, profeta e pregador que se destacava entre as populações por onde passava. O jornal *Diário da Tarde* enfatizou que ele teria peregrinado por alguns anos pelo Planalto Sul, “[...] cultivando a sua fé e mesmo propagando-a através das curas que fazia, dos benefícios que distribuía nos que formavam o então pequeno círculo dos seus adeptos”.⁶⁹ Já o *A Época*, acrescentou dizendo que o monge vivia com o mínimo para vestir e comer: “[...] onde estaciona uma verdadeira romaria se estabelece de todo o visionário, que abandona interesses, casas, ocupações para viver alguns dias a vida mística, em companhia do suposto monge que se diz

⁶⁷ *A Época*, Florianópolis (SC), 28/09/1912. O periódico relata que, inicialmente, havia referências a João Maria, e não a José Maria, como figura central do movimento. Para corrigir a confusão gerada pela denúncia feita por Albuquerque, que afirmava que João Maria liderava o movimento em Taquaruçu, o periódico realizou um esforço para distinguir as identidades de ambos. O interessante do texto é que apresenta um resumo da denúncia do Albuquerque, descrevendo que esse via ser João Maria, e não José Maria em 1912.

⁶⁸ *Comércio de Joinville*, Joinville (SC), 19/10/1912. *Diário da Tarde*, Curitiba (PR), 15/10/1912.

⁶⁹ *Diário da Tarde*, Curitiba (PR), 15/04/1914.

um enviado divino”.⁷⁰ Os jornais, portanto, reconheciam que os ensinamentos do monge moldavam a mentalidade dos caboclos, sendo vistos como a base do suposto fanatismo.

Essa percepção também era compartilhada pelos historiadores de farda. Dermeval Peixoto buscou traçar um perfil de João Maria, o qual vivia “[...] espalhando a caridade, pregando convencidamente a fé católica, numa peregrinação constante, penitenciando-se talvez de algum crime cometido na pátria abandonada.” (Peixoto, 1920, p. 60-61). O militar apontava ainda que o maior exemplo da caridade do monge eram suas curas gratuitas, o que atraía a população.

Pinto Soares apresentava uma leitura semelhante à de seu colega de farda, descrevendo a jornada do monge: “os sertões do Contestado foram durante mais de 15 anos continuamente cortados em todas as direções por um bondoso sertanejo de avançada idade, que se intitulava São João Maria e que se ocupava em rezar e curar gratuitamente, apenas recebendo alimentos para sua subsistência” (Soares, 1931, p. 13). Além das curas, as pessoas buscavam suas orientações sobre os problemas da região, bem como profecias e batismos, tornando-se seus inúmeros afilhados. Gradualmente, ao atender às necessidades de seus seguidores, o monge lhes oferecia um senso de ordem e propósito na vida. Por essa razão, os militares consideravam essencial estudá-lo para entender o que definiam como fanatismo.

Entre seus conselhos, João Maria orientava seus seguidores sobre o momento ideal para as plantações. Histórias recolhidas pelos militares indicavam que fazendeiros enriqueciam ao seguir suas recomendações sobre o início e o fim das colheitas. Com sua presença carismática, o monge inspirava confiança e respeito, enquanto suas profecias e curas fortaleciam sua reputação de sábio e santo, ampliando sua influência na região. Além disso, pregava a solidariedade e o respeito mútuo dentro da comunidade, moldando o comportamento e as crenças de seus seguidores, e consolidando uma cultura de fé e obediência a seus ensinamentos (Antunes, 1918, 1919; Lemos; Zelia, s.d; Soares, 1931).

A exemplo de Canudos, a presença de João Maria no sul influenciou a construção das narrativas dos intérpretes do conflito. Uma das profecias mais famosas do monge, reproduzida pelo médico-militar Ezequiel Antunes (1918, p. 22), destacava: “Esta zona há de ser de muito pasto e pouco rasto”. Embora nenhum dos militares mencione essa relação, em *Os Sertões*, Euclides da Cunha aponta que uma profecia feita por Antônio Conselheiro indicava que “Em 1897 haverá muito pasto e pouco rasto e um só pastor e um só rebanho” (Cunha, 2016, p.181), evidenciando uma semelhança entre as profecias feitas no norte e no sul. Ainda em 1897,

⁷⁰À *Época*, 28/09/1912. Florianópolis (SC).

durante o conflito de Canudos, jornais já comparavam a figura de um monge semelhante à de Antônio Conselheiro. Segundo uma publicação da época, “em Tomazina - Paraná - outro beato (cruzes) com grande fama de milagroso fornece à humanidade sofredora (de ignorância) água de cinza curativa!!”.⁷¹

Outro caso de um monge associado a Canudos foi relatado no mesmo ano. O jornal *Região Serrana* relatou que, no afluente do Rio Pelotas, em uma área fértil, teria surgido o chamado “nosso Canudinhos”. No engenho de um homem conhecido como Sr. Rosa, teriam se reunido os seguidores de “[...] São Miguelito a título de resistência nobre, construindo os outros grandes números de cabanas em torno desse núcleo principal que serve de residência o chefe Francelino Subtil de Oliveira e igreja provisória onde cantam-se diariamente ladainhas inesgotáveis”.⁷²

Ao lado de São Miguelito estavam doze virgens, que seriam mães de doze apóstolos. A notícia descrevia que, no local, viviam fanáticos ignorantes que “[...] acompanha[m] processionalmente qualquer badameco que se intitula monge e o que é mais, beijam-lhes as mãos, bebem-lhes a cinza do fogão e guardão-lhes uma devoção só comparável ao ódio que votam aos que criticam-lhes a estupidez”. O episódio, analisado por Queiroz (1981) e Machado (2004), ficou conhecido como Canudinho de Lages, em referência ao conflito ocorrido no sertão baiano. Nesse contexto, Miguel teria se apresentado como primo do monge João Maria para ganhar prestígio. Não tardou a repressão ao movimento, a qual foi solicitada por oligarcas e executada pelo governo de Santa Catarina. Embora esses monges não fossem identificados como João Maria, a mobilização em torno de líderes religiosos não institucionalizados já despertava preocupações no final do século XIX.

Os historiadores de farda também fizeram essa associação. Dermeval Peixoto (1920, p. 60-61) compara diretamente os dois líderes religiosos: “qual Antônio Conselheiro ao norte, o Monge do sul arrastava multidões de crentes e se fizera um ídolo dos supersticiosos camponeses daqueles abandonados sertões”. As lendas sobre essas figuras deram origem ao “mongismo”, fenômeno que, segundo Ezequiel Antunes (1918, p. 8), equivalia “[...] ao ‘messianismo’ de Antônio Conselheiro, por ocasião da luta de Canudos, na Bahia”. A intensa devoção e a crença na santidade dessas personalidades refletiam a força religiosa cultivada por João Maria, que organizava a fé ao seu redor.

Para os militares, um ponto crucial era a defesa da monarquia promovida pelo monge durante suas peregrinações, assim como ocorria na Bahia. Para João Maria, a República era um

⁷¹ *A República*, Curitiba (PR), 18/09/1897.

⁷² *Região Serrana*, Lages (SC), 15/08/1897.

sistema desacreditado e dominado por exploradores, sendo chamada de “lei do mal”. Em contraste, a monarquia era vista como a “lei de Deus” (Assumpção, 1917; Antunes, 1918, 1919; Peixoto, 1920; Rosa, 2012).⁷³

O mongismo foi interpretado como resultado de múltiplas interações entre a população cabocla. Segundo os militares, essa perspectiva era marcada por um intenso misticismo que combinava crenças cristãs com superstições populares de origem indígena. Essa fusão, portanto, reforçava a interpretação militar sobre o fanatismo no sertão.

Antunes (1918, p. 23) descreveu que, entre os caboclos, “a superstição vibrava-lhes na enervação grosseira [...]”, destacando que suas crenças produziam um estado mental regressivo, que remetia à Idade Média. Nesse contexto, a fé no divino era acompanhada por um temor igualmente intenso em relação ao sobrenatural e à bruxaria, levando a um ambiente de religiosidade que propagava fé e medo.

Antunes (1918, 1919) apontou que essa situação não era exclusiva do Brasil, traçando paralelos com sociedades que, ao longo da história, manifestaram práticas religiosas semelhantes. Para o médico-militar, era possível encontrar esses elementos entre “retardios e vesânicos negros da Polinésia”. Assim como os antigos egípcios que ofereciam tributos aos rios que fertilizavam suas terras, em um ritual de adoração profundamente enraizado em um êxtase “fetichista”. A adoração aos elementos naturais era resultado das religiosidades “primitivas” ao seu ver, que se expressavam de forma semelhante em diferentes culturas ao redor do mundo.

Ele também mencionava práticas observadas na América, onde os habitantes do antigo Vale do Amazonas acreditavam no “cumacá” – um “fetichismo” associado à liberdade. As raízes dessa planta, pulverizadas e aplicadas sobre as cordas que prendiam um guerreiro capturado, eram consideradas capazes de afrouxar os laços, permitindo sua fuga e retomada da liberdade. Para ele, essa crença exemplificava a visão mística que também se manifestava entre os sertanejos sulistas, fascinados pelo monge. Ele descrevia essa devoção como um “desconchavo hermenêutico” de um ideal religioso mal compreendido e cultivado (Antunes, 1918, p. 27). Como afirma Antunes (1918, p. 55), o mongismo estava diretamente conectado à história indígena brasileira: “pensamos que o estudo das origens e dos tristes sucessos de tão infortunados patrícios deve passar à história contemporânea indígena do nosso país”.

⁷³ Márcia Espig (2023) apresenta que a ideia de monarquia pela qual os caboclos defendiam não tinha ligação com o regime derrubado em 1889, indo além da mera defesa do monge João Maria. O ideal monárquico presente no movimento está muito mais ligado a um saudosismo, onde as mudanças ocorriam de forma lenta e não violenta, diferente do processo instaurado na região a partir do regime republicano, com a chegada da estrada de ferro e a expulsão dos posseiros de suas terras. O exercício de defesa da monarquia era mais uma contraposição ao ideal republicano, que foi aplicado de forma violenta contra os caboclos (Espig, 2023).

Herculano d'Assumpção (1917) reforça essa ideia, afirmando que a visão mística do mundo estava enraizada na herança indígena. Ele argumentava que essas populações, marcadas por um “malfazejo obscurantismo”, praticavam uma oniromancia⁷⁴ e temiam profundamente os espíritos malignos. Esses elementos, segundo o militar, eram traços distintivos dos “nossos supersticiosos aborígenes” (Assumpção, 1917, p. 210-211). Nesse sentido, o monge – como profeta ou intérprete dos problemas sociais – ocupava esse espaço e respondia a esse anseio.

Cabe destacar que, neste ponto, os historiadores de farda se diferenciam de Euclides da Cunha (2016, p. 153), já que Cunha atribuía as origens do fanatismo em Canudos à miscigenação entre indígenas, africanos e europeus:

Está [o sertanejo] na fase religiosa de um monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do africano. É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas. Uma análise desta revelaria a fusão de estádios emocionais distintos. A sua religião é como ele - mestiça. Resumo dos caracteres físicos e fisiológicos das raças de que surge, sumaria-lhes idênticamente as qualidades morais. É um índice da vida de três povos.

Em outro momento, Euclides da Cunha (2016, p. 163-164) reforça essa visão ao afirmar que “[...] as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas na indisciplina sertaneja, se condensaram no seu misticismo feroz e extravagante. Ele foi, simultaneamente, o elemento ativo e passivo da agitação de que surgiu”. Apesar de indicar o encontro das três raças como a origem do povo sertanejo ao norte, o autor aponta que, devido à ação do meio físico, as características indígenas seriam as que mais se sobressaíam (Abreu, 1998, p. 223).

No Contestado, embora os militares compartilhassem o mesmo desprezo pela população sertaneja, diferentemente do que ocorre em *Os Sertões*, a miscigenação não foi considerada um fator determinante. A presença de europeus na região tornava incompatível a ideia da fusão das três raças como explicação para a religiosidade, o que exigiu uma adaptação dos argumentos em relação à análise de Euclides sobre Canudos. No sul, a cultura remanescente dos povos indígenas foi apontada como a principal explicação, independentemente da miscigenação ou da origem populacional. Esse posicionamento contrastava com os escritores anteriores à Guerra, que enxergavam a população apenas como supersticiosa, sem considerar elementos étnico-raciais. Apesar de formularem uma resposta distinta para os problemas do norte, esses militares ainda recorriam a elementos euclidianos, como a centralidade indígena, para explicar o caboclo e interpretar os conflitos no sul.

⁷⁴ Interpretações dos sonhos.

Além disso, os militares do sul destacavam as mulheres como peças-chave na disseminação e perpetuação das crenças em torno do monge João Maria. Nas narrativas militares, as mulheres eram retratadas como supersticiosas, frágeis e facilmente influenciáveis, tornando-se presas fáceis do fanatismo religioso. Dermeval Peixoto (1920) reforça essa visão, afirmando que as principais manifestações de crendices e superstições estavam entre o público feminino. Segundo ele, eram as mulheres quem mais desenvolviam a fé no monge, carregando rosários, patuás, bentinhos e imagens milagrosas de São Sebastião.

Já Assumpção (1917, p. 96), descreve as moradoras das povoações vizinhas como “[...] espíritos fracos, amadurecidos nas mais abstrusas superstições [...]”. Segundo o autor, durante o conflito, quando não conseguiam convencer seus maridos a aderirem ao suposto fanatismo, essas mulheres fugiam com seus filhos para os acampamentos dos seguidores do monge. Lá, enviavam cartas ou recados aos maridos, marcando encontros que se revelavam armadilhas, sendo capazes de trair e sacrificar seus próprios familiares. Vieira da Rosa também compartilha desse ponto de vista ao afirmar que todas as mulheres naqueles tempos eram “jagunças das mais fanatizadas” capazes de atos extremos, como “chupar o sangue e abanar para refrescar” (Rosa, 2012, p. 197-198).

Desse modo, as mulheres eram retratadas tanto como vítimas quanto como propagadoras do fanatismo. Seu papel na disseminação das crenças em torno de João Maria era enfatizado para justificar o desprezo dos militares e a necessidade de repressão. Essa narrativa não apenas explicava o fanatismo, mas também servia para deslegitimar a influência feminina dentro das comunidades caboclas.

Nesse contexto, a devoção feminina ampliava a centralidade de João Maria como líder espiritual. Para os historiadores de farda, seus ensinamentos e a devoção que o cercava o tornaram um personagem central de organização para a população, contribuindo para o desenvolvimento de um catolicismo desviado, apropriando funções exclusivas da Igreja. Pinto Soares (1931) lamentou que, além de afastar a população do catolicismo oficial, João Maria teria predisposto os caboclos a seguir qualquer figura que se apresentasse como “monge”, afirmando: “[...] o povo [foi disposto] a aderir a qualquer explorador ou embusteiro que se afivelasse a máscara de “monge”, como poucos anos depois fez o esperto e duanesco ‘José Maria’, que levou a caboclada à revolta” (Soares, 1931, p. 17).

Para os militares, João Maria não apenas afastava a população do catolicismo oficial, mas também perpetuava crenças indígenas. Essa interpretação contrastava com a de escritores anteriores e evidenciava a influência do pensamento euclidiano na construção da imagem do sertão sulista. Seus ensinamentos e profecias eram vistos como um legado supersticioso,

reforçando a ideia de que o movimento caboclo resultava da persistência de crenças “atrasadas”.

2.5.1. José Maria: O ponto de encontro entre os problemas do sertão e do sertanejo

Para os militares, a chegada de José Maria ao Planalto Catarinense, entre 1911 e 1912, exemplificava o perigo do fanatismo sob a liderança de alguém com supostas intenções maliciosas. Ele era uma figura cercada de especulações, sendo descrito como “[...] um índio, com talvez 58 anos de idade, estatura elevada, barba ampla, cabelos caindo sobre os ombros, magro, direito”.⁷⁵ Pouco se sabia sobre sua origem, mas duas informações eram frequentemente repetidas: teria sido militar ou membro das forças de segurança, expulso ou desertor; e seu nome verdadeiro seria Miguel Lucena Boaventura, natural do Paraná ou do Rio Grande do Sul (Assumpção, 1917; Antunes, 1918, 1919; Peixoto, 1920; Soares, 1920, 1931).⁷⁶

Os periódicos *Diário da Tarde* (PR) e *A Época* (SC) enfatizavam a distinção entre os dois monges:

Enganam-se muito os que confundem o revolucionário José Maria com o pacato monge João Maria, de nacionalidade portuguesa, um pobre diabo que vive por ai, pelos sertões do Paraná, a pregar a destruição de cidades, a dar mesinhas a crédulos enfermos, e a fazer profecias disparatadas. Não. No caso presente trata-se de um agitador, homem de instinto guerreiro, verdadeiramente indomável. A não ser no nome não há a menor semelhança entre os dois indivíduos. O José Maria, que está revolucionando a zona sudoeste e sul do Paraná, é um indivíduo perigoso e valente.⁷⁷

E num meio assim trabalhado pelo fanatismo de 4 lustros, que o José Maria, sucessor do velho peregrino João Maria, que -não demonstrou jamais qualidades belicosas,- aparece agora, como aquele dizendo-se médico, santo, profeta um enviado divino, e provocando ajuntamentos francamente sediciosos.⁷⁸

Essa distinção também se devia a rumores de que José Maria teria cometido dois assassinatos em Palmas (PR) e fugia em direção ao Paraná acompanhado por homens armados, enquanto era perseguido pela força de segurança de Santa Catarina. Sua suposta participação na Revolução Federalista reforçou sua reputação de figura perigosa.⁷⁹

⁷⁵ *Diário da Tarde*, Curitiba (PR), 15/10/1912.

⁷⁶ O nome José Maria, de acordo com o mapeamento realizado por Gabriel Kunrath (2020), já é mencionado desde o final do século XIX e início do século XX. Segundo o autor, não é possível determinar se as primeiras referências ao nome “José Maria” se referem a Miguel Lucena Boaventura.

⁷⁷ *Diário da Tarde*, Curitiba (PR), 15/10/1912.

⁷⁸ *A Época*, Florianópolis (SC) 28/09/1912.

⁷⁹ *Diário da Tarde*, Curitiba (PR), 15/10/1912, 22/10/1912; *Comércio de Joinville*, Joinville (SC), 19/10/1912. Conforme destacado por Kunrath (2020), o período em que José Maria esteve em Campos Novos transcorreu sem conflitos, sem registros de atritos policiais. No entanto, sua recusa em Taquaruçu de se encontrar com Albuquerque marcou um dos momentos-chave para o início da repressão e perseguição ao monge e seus seguidores.

Nos textos dos militares, José Maria foi interpretado como a personificação dos problemas ligados ao conflito. Considerado um explorador de uma população já influenciada pela tradição de João Maria, ele teria se apresentado como irmão deste para mobilizar fiéis ao seu redor. Assim, os militares atribuíram o início da revolta à manipulação que ele teria exercido sobre os seguidores do antigo monge, com o objetivo de incitar o caos e a guerra (Assumpção, 1917; Antunes, 1918; Peixoto, 1920; Soares, 1920, 1931, s.d).⁸⁰

A fama de José Maria cresceu rapidamente, impulsionada pelos relatos sobre suas curas, os quais foram compartilhados por moradores do Planalto Catarinense. Segundo Vieira da Rosa, “[...] a fama de suas miraculosas curas voou, cercando-o desde logo muitos doentes e muitos curiosos” (Rosa, 2012, p. 119-120). O comerciante Alfredo Lemos, seguidor de João Maria, em suas memórias descreve que “todo mundo que ficou doente naquele tempo e todos procuravam José Maria, mesmo não havia médico nas regiões; era o monge.” (Lemos; Zelia, s.d).⁸¹ Frei Rogério também teceu comentários acerca de José Maria, afirmando que “é verdade que tem dado alguns remédios acertados, e por isso o povo o procura” (Sinzig, 1934, p. 241). Além de afirmar ser irmão de João Maria, José Maria reforçava essa conexão ao reproduzir práticas de cura e ao desviar fiéis do catolicismo oficial (Sinzig, 1934) – porém, apesar dessa conexão, os dois representavam uma antítese.

Herculano d’Assumpção (1917) reforça essa antítese ao descrever José Maria como um homem astuto, que rapidamente percebeu o potencial de manipulação da população: “era um homem inteligente, que, de um golpe de vista, estudou a situação e calculou os fabulosos resultados que poderia auferir de uma ousada ação no sentido de dominar aquele estólido povo, apto para as práticas mais absurdas, mais aberrantes do bom senso” (Assumpção, 1917, p. 219). Segundo o autor, enquanto João Maria era pacífico, José Maria “[...] aconselhava ao povo a revolta, pregava a restauração monárquica e a regeneração dos costumes sociais” (Assumpção, 1917, p. 217). Para o militar, José Maria deu continuidade ao discurso monarquista de João Maria, diferenciando-se por sua disponibilidade em recorrer às armas.

⁸⁰ Uma exceção à ideia de que José Maria estava em busca de guerra foi apresentada pelo militar Vieira da Rosa. Segundo o autor, se José Maria realmente quisesse lutar, não teria fugido das forças policiais catarinense para a região contestada às vésperas da batalha do Irani. No entanto, isso não significa que ele não estivesse preparado para qualquer combate, uma vez que a população estava bem armada e se preparando para um combate corpo a corpo (Rosa, 2012, p. 121-122).

⁸¹ O comerciante observa que não era possível determinar se José Maria teria êxito em tratar doenças mais complexas, devido à falta de tempo para evidenciar seus resultados. No entanto, é relevante destacar que, ao redigir um texto para se isentar de uma prisão, alegadamente por sua associação com os seguidores do monge João Maria – figura que ele realmente considerava santa –, Alfredo pode ter questionado o papel de José Maria como uma estratégia para se desvincular do movimento. Além disso, o civil escreveu seu texto com o intuito de criticar e apresentar uma narrativa que se opusesse, em parte, à visão de algum militar não identificado que havia escrito sobre a Guerra do Contestado.

Vieira da Rosa enfatiza que a ideia de monarquia, nesse caso, era mais um exercício de retórica do que uma crença por parte dos fiéis ao afirmar que “claro está que o jagunço não sabia diferenciar república de monarquia, mas a monarquia era lei de José Maria, e José Maria era a Monarquia.” (Rosa, 2012, p. 124). Diante disso, eram as regras e falas do novo monge que guiavam e motivavam os caboclos em defesa das ideias da monarquia.

A visão negativa predominante sobre José Maria se deve pelo fato do monge ter conseguido reunir muitos fiéis às vésperas da Guerra. Ele teria disciplinado seus seguidores, primeiramente para controlá-los e, em seguida, para organizá-los em sua causa. Para isso, teria desenvolvido momentos de orações, leituras coletivas da história de Carlos Magno e os Pares de França, e a distribuição de orações para proteção e cura de enfermidades (Peixoto, 1920).⁸²

Segundo Assumpção (1917), a organização iniciada por José Maria teria levado a uma instrumentalização da população para lutar contra seus inimigos. Para tal, o monge acabou por “[...] instruir os seus homens para a luta. Todos eles possuíam facões, armas de fogo curtas e de alcance e o conhecimento dos recursos da peleja individual. Fácil, portanto, era prepará-los para a luta coletiva. E assim ele o fez” (Assumpção, 1917, p. 221). Cabe destacar que os militares não mostraram uma luta diretamente organizada por José Maria, com exceção da Batalha do Irani, momento em que tentou evitar conflito e que morreu. O essencial é evidenciar que, para os historiadores de farda, as bases da organização “militar”, social e dos caboclos, desenvolvidas durante o Contestado, estavam sendo estruturadas pelo novo monge às vésperas do conflito e posteriormente apropriadas por grupos que as utilizariam em benefício próprio.

Para reforçar esse ponto, o mesmo militar ressalta que, em torno de José Maria, surgiu uma nova hierarquia, uma vez que “o prestígio do novo monge tornou-se maior do que o do seu antecessor. E o povo, de coração e alma, com o espírito ainda mais embotado pelos ensinamentos do São José Maria, infletiu-se para o fanatismo demolidor” (Assumpção, 1917, p. 218). Desse modo, ele teria transformado um fanatismo meramente religioso em uma força de mobilização militar, mesmo sem empregá-la.

⁸² É importante enfatizar que essa visão negativa afetou significativamente a percepção sobre o monge José Maria, influenciando muitas pesquisas sobre o Movimento do Contestado. Recentemente, as discussões têm focado no papel de José Maria como uma figura de liderança local, contextualizando-o no ambiente em que surgiu e destacando seu caráter religioso, em oposição à visão militarizada. Essas análises buscam superar a dicotomia “monge bom” (João Maria) versus “monge mau” (José Maria), apontada no presente trabalho. As pesquisas atuais ressaltam suas práticas de cura, em que ele cobrava apenas dos mais abastados para ajudar os humildes, e destacam como ele compartilhava as visões culturais dos sertanejos com quem conviveu. Além disso, reconhecem seu conhecimento em organização de defesa e combate. Um ponto frequentemente destacado pelos pesquisadores é que a decisão de José Maria de deixar Taquaruçu em direção ao Irani quando a polícia catarinense se aproximava do acampamento demonstra sua intenção de evitar conflitos e proteger a população (Queiroz, 1981; Machado, 2004; Kunrath, 2020; Rodrigues, 2023).

Os Pares de França⁸³ surgem, segundo Dermeval Peixoto (1920, p. 451), com José Maria em Taquaruçu, os quais foram inspirados pelas histórias de Carlos Magno que o monge contava. Esses personagens contribuíram de maneira expressiva no desenvolvimento do conflito, conforme registrado tanto em narrativas militares quanto em jornais, devido ao papel de liderança que desempenhavam dentro das Cidades Santas. Segundo o *Diário da Tarde*, era comum que os Pares de França utilizassem “[...] ao pescoço amuletos, em que trazem orações encontradas consoante afirmam, no Santo Sepulcro. Estas orações são eficazes contra a peste, raios e mortes”.⁸⁴ Essas orações, creditadas aos monges, eram utilizadas tanto em práticas de espionagem quanto por aqueles que estavam na linha de frente da batalha.

Para os militares, o fanatismo dos seguidores dos monges refletia práticas anteriores ao conflito, reforçando a imagem de um povo violento, inculto e supersticioso devido à herança das tradições indígenas. Nesse contexto, José Maria surgiria como a personificação da convergência de todos os problemas atribuídos à formação da população cabocla, alimentando a visão de um povo marcado por práticas místicas e violentas e intensificando sua exaltação.

A ênfase militar no fanatismo reflete a influência do positivismo, que via a ciência como única forma legítima de organização social. Para os positivistas, conforme Maria Tereza Mello (2007), a ciência era o único caminho para a compreensão e a organização da sociedade e do Estado. Logo, as explicações religiosas, como as do Contestado, eram vistas como um sinal de atraso da população cabocla do sul – demonstrando que esses indivíduos estariam em um estágio de “infância da humanidade”, caracterizado por uma cegueira que representava a existência de um fanatismo.

Portanto, é nesse sentido que se deve compreender o uso do termo fanatismo pelos militares. Para eles, a população do Contestado era vista como atrasada em relação a outras regiões, onde a chegada da razão, conforme os positivistas, estava se consolidando com o período republicano. A frequência com que o termo “fanático” era empregado reflete não apenas a visão positivista do conflito, mas também a percepção de que o atraso da comunidade interiorana, em contraste com as regiões mais “civilizadas”, exigia a erradicação da influência indígena para impulsionar o desenvolvimento e a civilização.

2.6. A imagem do Sertão do Sul

⁸³ Segundo Vinhas de Queiroz (1981), os Pares de França foram considerados “apóstolos” e faziam parte dos conselhos para grandes decisões nas Cidades Santas, sendo as principais pessoas nos combates.

⁸⁴ *Diário da Tarde*, 11/04/1914, p. 2.

Neste capítulo, buscou-se demonstrar como a visão do Contestado se disseminou por meio de jornais, produções de políticos e, especialmente, de militares. Estes últimos desempenharam um papel central, tanto durante o conflito quanto posteriormente, ao engajar-se em diálogos com os periódicos e ter suas obras comentadas. Esses debates se concentraram nos estados do sul, sudeste e norte do país, contribuindo para uma discussão nacional sobre as interpretações do sertão.

A análise não se restringiu à área diretamente afetada pelo conflito, mas abrangeu o Planalto Meridional, onde a circulação do monge João Maria desempenhou um papel fundamental na construção de um código cultural comum baseado em seus ensinamentos. Esse território se distinguia de outros sertões, devido à riqueza de sua natureza, considerada o caminho ideal para a colonização europeia e o progresso econômico regional. Contudo, também havia europeus vivendo no suposto estado de atraso predominante, atribuído ao impacto do isolamento dos habitantes. Essa condição teria possibilitado a sobrevivência e reprodução de práticas indígenas entre os caboclos, como a violência e o fanatismo.

Nesse sentido, as interpretações sobre o fanatismo no Planalto Meridional antecedem o conflito, sendo debatidas desde a chegada de João Maria de Agostini a Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 1849. Entre esse período e o final do século XIX, as percepções sobre o tema oscilaram entre preocupação e simpatia, pois se acreditava que os ensinamentos do monge poderiam educar e guiar a população para o cristianismo.

Durante a Guerra do Contestado, militares e jornais reforçaram a ideia de um fanatismo que reduzia a população a uma visão supersticiosa. No entanto, diferiam ao atribuir essas crenças à persistência das tradições religiosas indígenas. Desse modo, essas populações eram vistas como portadoras de sistemas de crença “atrasados”, comparáveis ao paganismo ou ao período medieval.

A ênfase nas questões geográficas, na construção da imagem do sertanejo, em sua religiosidade e no impacto das tradições indígenas revela a influência direta das ideias euclidianas no período de preparação e escrita dessas análises, um paradigma compartilhado com outros autores da época. Entretanto, os militares no sul estabeleceram distinções entre os casos de Canudos e do Contestado, embora continuassem a compartilhar a matriz euclidiana de interpretação do sertão e do sertanejo.

Esses discursos sobre o Contestado criavam uma justificativa para a repressão. Ao retratar os caboclos como supersticiosos, fanáticos, violentos e criminosos, esses escritores minimizavam a complexidade social, econômica e política do conflito. Dessa forma, deslegitimavam a resistência cabocla e reforçavam a necessidade da intervenção militar.

A construção desses relatos – que descrevem a natureza, a população e as características da área envolvida pela Guerra – apresenta semelhanças diretas com as práticas descritas por Maia (2012) sobre viajantes do Brasil Central, em que os escritores se apresentavam como representantes da civilização, descrevendo uma população subalterna à espera de redenção. Esse modelo se insere em um processo mais amplo de controle territorial pelo Estado brasileiro. Além disso, as análises desses escritores encontram paralelos com as interpretações promovidas por etnólogos ligados ao neocolonialismo, conforme descrito por Fabian (2013). Ao negar a coetaneidade entre o colonizador, autointitulado como civilizado, e o colonizado, nomeado como bárbaro, os europeus buscaram legitimar seu processo de expansão e de dominação em diferentes territórios.

Os historiadores de farda adotaram uma abordagem semelhante, descrevendo o sertão como uma área sem civilização, mas com potencial para ser transformada. Essa descrição, portanto, funcionava como um diagnóstico das condições da região. Como já destacado, os militares viam a área da Guerra como um território promissor para a civilização; entretanto, consideravam que a predominância do atraso impedia esses avanços, chegando a afetar os imigrantes europeus, que eram vistos como representantes de populações mais civilizadas.

Para os militares, políticos e jornalistas do conflito, o fanatismo e o banditismo eram sintomas, e não a causa original dos problemas. A partir dessa perspectiva, a Guerra teria sido evitada se a região tivesse recebido ações civilizatórias previamente, o que passou a ser considerado essencial para prevenir futuros conflitos. A inserção do poder público foi vista como essencial para transformar o sertão, descrito como um espaço onde as raízes indígenas, preservadas nas práticas culturais dos caboclos, perpetuavam uma organização social vista como atrasada. A “intervenção civilizatória” era, portanto, justificada como uma forma de “modernizar” essas populações e integrar a região aos ideais do Estado-nação, sendo este o tema do próximo capítulo.

3. Sertão e Nação: Projetos para Integração do Contestado na Primeira República (1910-1920)

“O Contestado é, além de tudo, uma lição.” (Peixoto, 1920, p. 97).

Refletindo sobre as causas que originaram a Guerra do Contestado e se seria possível tê-la evitado, o militar Pinto Soares apontou que “o sinistro movimento subversivo, portanto, forçoso é confessá-lo, poderia facilmente ter sido evitado, se os poderes públicos tivessem sempre em vista, para nortear-lhes os passos, a grande verdade de que ‘mais vale prevenir do que remediar’” (Soares, 1931, p. 22). Essa perspectiva foi compartilhada por seus colegas militares, jornalistas e políticos, sintetizando a principal questão abordada neste capítulo: em que medida a Guerra do Contestado poderia ter sido evitada?

Segundo esses militares, a Guerra do Contestado teve suas origens na ausência do poder público. A falta de instrução primária, de cuidados com a saúde e de uma política de segurança permitiram que o fanatismo se alastrasse, o banditismo crescesse e a população se visse em condições precárias de saúde, mantendo o estado de atraso. Nesse sentido, o processo de civilização do sertão se construiria por meio do controle efetivo do Estado.

Entretanto, é na figura do monge e sua presença como elemento mediador que melhor se compreende a organização dessa sociedade no vácuo institucional e na inoperância das oligarquias. Sem educação, seriam os ensinamentos do monge que construíram o sentido da realidade dos caboclos e caboclas. De igual modo, era o monge quem oferecia assistência aos enfermos sertanejos, já que estes não tinham cuidado nem acesso à saúde. Esse ponto fazia com que o Contestado se conectasse com outros sertões brasileiros, exemplificando os riscos do abandono e da ausência do poder público. Os eventos relacionados ao conflito evidenciavam a urgência da presença das instituições públicas no sertão. Por outro lado, o episódio também expunha outras questões: enquanto o sertão permanecia distante do progresso e da instrução presentes no litoral, o próprio litoral desconhecia a realidade sertaneja. Essa noção remonta às ideias de Euclides da Cunha, que descreveu o sertão como um espaço de resistência e atraso em *Os Sertões* (Lima; Hochman, 1996).

Nesse contexto, a interpretação dos militares do Contestado não pode ser vista como um fenômeno isolado, mas sim como parte de um movimento mais amplo voltado à nacionalização do sertão. O debate sobre o Sertão Contestado insere-se em uma série de iniciativas nacionalistas entre as décadas de 1910 e 1920, as quais buscavam integrar as populações sertanejas por meio da educação, da assistência à saúde e da centralização do Estado, como uma

alternativa ao modelo fragmentado então vigente, dominado pelas oligarquias regionais (Oliveira, 1990).

Essa realidade de desconhecimento e fragmentação foi ressaltada pelos militares como um fator central nas dificuldades enfrentadas durante a Guerra do Contestado (Assumpção, 1917; Peixoto, 1920; Soares, 1920, 1931). Eles destacavam a falta de informações sobre o território e ampliavam o debate para o contexto nacional, enfatizando que essa região era mais uma dentre tantas negligenciadas do país:

A deficiência de informações sobre os nossos sertões é um fato sabido e que, por isso, não deve causar estranheza a ninguém, embora seja lamentável o desconhecimento de uma vasta zona do território nacional; as nossas cartas geográficas quase sempre incompletas, erradas, sem indicação, às vezes, de pontos de suma importância, de regiões mais longínquas, é outra verdade que não arreceia contestação (Assumpção, 1917, p. 19).

O agravante de tal cenário era que, no Contestado, o seu desconhecimento prejudicava as ações militares. Herculano d'Assumpção relata que a zona era tão desconhecida que “[...], particularmente procuradas algumas pessoas que residiram em Itajaí e Blumenau, elas nenhuma informação militar de utilidade puderam prestar, ignorando até o trecho do terreno percorrido pela E. F. Santa Catarina e mesmo o seu ponto terminal!” (Assumpção, 1917, p.20). O desconhecimento não se restringia aos representantes do Estado, mas incluía os próprios catarinenses.

Para os historiadores de farda, não havia ainda um esforço em se explorar e registrar a área de maneira aprofundada. O conhecimento da área avançava lentamente com base nos dados coletados pelos militares, liderados pelo oficial Vieira da Rosa, conforme solicitação feita pelo estado de Santa Catarina (Peixoto, 1920; Rosa, 2012). Por ocupar a posição de líder da Comissão do Serviço de Carta Itinerária do Estado, Vieira da Rosa desfrutava do benefício de estar alojado na barraca mais destacada do acampamento militar em Caraguatá, “[...] onde se servia o rancho de oficiais e eram recebidas as visitas de maior importância. [...] todos dela se utilizavam como um salão nobre do acampamento, principalmente nós os do 54 e, celebrando-se pelas originalidades das palestras”.⁸⁵

Sem integração e ignorada pelo poder público, a área definida como abandonada representaria um risco para a soberania nacional. A região contestada havia sido garantida após anos de disputa com a Argentina, no episódio conhecido como a Questão de Palmas,⁸⁶ e

⁸⁵ *O Dia*, Florianópolis (SC), 19/08/1914. Parte da obra incompleta de Ezequiel Antunes.

⁸⁶ Disputa fronteiriça entre Brasil e Argentina, no final do século XIX, envolveu o atual oeste de Santa Catarina, parte do Paraná e a província de Misiones, na Argentina. A resolução desse conflito ocorreu em 1895, por meio da mediação internacional do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland (Radin; Corazza, 2018). Essa

continuava sem resolução devido à falta de delimitação entre o Paraná e Santa Catarina, apesar de ter “[...] uma extraordinária importância sob o ponto de vista estratégico” (Peixoto, 1920, p. 97).

Os mapas produzidos no decorrer do conflito não apenas ampliavam o conhecimento sobre a região, mas também permitiam um maior controle por parte do poder público – uma necessidade frequentemente apontada pelos militares. Vale evocar também o conceito de racionalidade estatal, mobilizado por Maia (2012). Além de se fazer presente na Primeira República por meio da Comissão Rondon e do Serviço de Proteção ao Índio, tal conceito manifestou-se também no contexto do Movimento do Contestado.

O desconhecimento da região não só dificultava a presença material e administrativa do Estado, como também criava um vácuo de poder que, segundo os militares, favorecia o banditismo, a falta de instrução e a manipulação da população por interesses particulares. Além disso, a assistência à saúde era precária, dependendo de curandeiros e médicos que transitavam esporadicamente pela área. Nesse contexto, a ideia de “civilizar” o sertão estava diretamente associada ao estabelecimento de um controle estatal mais centralizado, o qual garantiria a integração da região ao projeto nacional.

3.1. O “Faroeste” do Sul: Disputas políticas, violência e a ausência de justiça

A ausência do poder público no Contestado refletia-se na falta de policiamento e na inexistência de um sistema de justiça que pudesse mediar conflitos. Nesse cenário, a violência tornou-se o principal meio de resolução de disputas, agravada pela atuação de grupos armados ligados a interesses políticos e econômicos.

As origens desse problema iam além da violência atribuída ao caboclo, visto que a atuação de bandos armados a serviço de interesses políticos e econômicos fomentava a instabilidade local. Segundo Peixoto (1920), esses grupos surgiram para beneficiar os oligarcas e as empresas que chegaram com a ferrovia São Paulo-Rio Grande, como a Companhia *Lumber*, em Três Barras. Como resultado, crimes eram pouco investigados, e “caudilhos” consolidavam seu domínio fora do alcance da justiça. Peixoto (1920, p. 11, 25) afirma também que esses líderes exerceram um papel crucial na opressão dos sertanejos, levando-os à rebeldia como forma de defesa diante da exploração e da ausência de justiça.

A presença dessas empresas não apenas fomentou as disputas políticas, mas também trouxe novas dinâmicas à região, como o aumento da circulação de armamentos. Este último é

mesma região corresponde, em parte, à área posteriormente disputada pelos estados do Paraná e Santa Catarina durante a questão do Contestado.

um fator determinante, pois, como observa Vieira da Rosa (1918), a chegada da ferrovia introduziu “[...] armas e munições numa zona povoada por um povo das condições daquele que combatemos, propenso sempre as brigas e tendo como pináculo da glória o ser brigão, possuir fama de valente”.

Figura 5: Funcionários e seguranças da Lumber (1912).



Fonte: Contestado (1987) *apud* Rodrigues (2008).

A figura 5 ilustra elementos da denúncia feita por Rosa (1918) e Peixoto (1920), retratando funcionários da segurança da empresa *Lumber* em um cenário que remete aos filmes de faroeste produzidos nos Estados Unidos (Rodrigues, 2008). Nesta fotografia, encontram-se seis funcionários reunidos em torno de uma mesa redonda coberta com uma toalha estampada, os quais estão caracterizados com roupas típicas de “cowboys” – chapéus largos, coletes, camisas de manga comprida e calças com cintos largos. No entanto, o que chama a atenção é o fato de estarem armados, com revólveres presos aos cintos ou apoiados sobre a perna, como se essas armas fossem parte natural do cotidiano desses seguranças, juntamente com as garrafas de bebida, os trajes e os pôsteres ao fundo.

Esse ambiente visual reforça a crítica dos autores ao poder armado privado, que, como apresentado por Machado (2004), superava em número o aparato de segurança do próprio Estado. No que diz respeito à contratação de sertanejos para a proteção da empresa, a *Lumber* dispunha de um corpo de segurança com 300 guardas, número superior ao do efetivo previsto no Regulamento de Segurança de Santa Catarina, que contava com 280 funcionários em 1910 (Machado, 2004, p. 152). Além disso, a mesma empresa desenvolveu relações estratégicas com fazendeiros e vaqueanos da região, especialmente ao adquirir as terras que esses sujeitos

tomavam de pequenos proprietários locais ou obtinham como terras devolutas, fortalecendo a concentração fundiária nas mãos da empresa estrangeira (Rodrigues, 2008, p. 351-355). Esse processo revela como a inserção do capitalismo internacional modificou as relações locais, uma vez que a terra passou a ter um valor financeiro em detrimento do valor simbólico tradicionalmente atribuído à posse antes da chegada da estrada de ferro ao Contestado (Monteiro, 2011). Esse contraste, em que a empresa representava uma força armada mais robusta do que o próprio poder público, foi um ponto criticado nos textos aqui suscitados: aos olhos dos militares, isso reforçava a percepção do enfraquecimento do poder público, ao passo que a empresa estadunidense assumia o controle da violência em benefício próprio e contribuía para falta de um sistema de justiça, segundo a ótica militar.

Além de acirrar disputas locais, a introdução de armamentos na região também contribuiu para a percepção do Contestado como um refúgio de criminosos. A falta de controle nas fronteiras estaduais facilitava a disseminação de práticas ilegais (Peixoto, 1920; Soares, 1920, 1931; Rosa, 2012).⁸⁷ Peixoto (1920) denuncia que os próprios estados envolvidos no conflito armavam grupos de bandidos para utilizá-los em disputas territoriais, organizando o que ele chamou de “ligas” pelas fronteiras. O *Diário da Tarde* interpretou essa informação, denunciando e condenando a instrumentalização de criminosos pelas forças políticas dos estados do sul.⁸⁸ Segundo o tenente Carlos de Souza Reis, esse cenário de circulação de “foras da lei” permitiu que “[...] alguns desocupados entenderam de aliciar elementos heterogêneos no intuito de praticarem pilhagens e depredações nos campos criadores e nos ervais abundantes” (Souza Reis *apud* Soares, 1920, p. 111).⁸⁹

Acrescentando a esse debate, os jornais da época apontavam a Revolução Federalista como um marco na transformação da região. Antes do conflito, os sertanejos eram descritos como pacíficos e hospitaleiros, em contraste com a visão dos militares, que lhes atribuíram uma cultura violenta. No entanto, com o avanço da guerra, grupos armados passaram a atuar de forma independente, enquanto os governos estaduais exploravam essa nova realidade “[...] para a realização de uma ou outra tarefa ingrata”.⁹⁰ Peixoto (1920) contribui ao destacar que a presença de antigos combatentes, como Demétrio Ramos, foi determinante para a instabilidade local, prolongando os efeitos da Revolução Federalista e intensificando as disputas pelo

⁸⁷ *Diário da Tarde*, Curitiba (PR), 21/11/1914; 8/12/1914.

⁸⁸ *Diário da Tarde*, Curitiba (PR), 11/12/1914.

⁸⁹ No entanto, como bem demonstram Machado (2004) e Rodrigues (2008), enxergar parte da população como “criminosos” não impediu que o exército utilizasse algumas dessas pessoas para executar atos de violência, bem como para perseguir os seguidores dos monges no contexto da Guerra.

⁹⁰ *Diário da Tarde*, Curitiba (PR), 11/12/ 1914.

controle territorial.

Em situações excepcionais e emergenciais, o exército era acionado pelos governos para uma intervenção mais direta. Em 1911, o comandante do Distrito Militar, general Caetano de Faria, tomou a iniciativa de garantir a segurança por meio das forças federais em Curitiba, revelando a falta de coordenação na gestão da segurança no estado (Peixoto, 1920, p. 113). Para Peixoto (1920), a utilização do exército como força policial não solucionaria o problema em caráter permanente, e a Guerra do Contestado exemplificaria tal limitação.

Setembrino de Carvalho (1916) afirmou, em seu relatório para o ministro da Guerra, que a ausência de um sistema preventivo de segurança levou à reorganização dos rebeldes em 1913. Ele registrou que, após a Batalha do Irani, os sertões do sul foram negligenciados. Em suas palavras: “[...] transcorrido pouco mais de um ano, surgiram de novo as perturbações, certo mais graves, nos sertões de Santa Catarina” (Carvalho, 1916, p. 8). Segundo o autor, a presença adequada de uma força policial teria dificultado a reorganização dos fiéis após a morte de José Maria e Gualberto. Peixoto (1920) também partilhava desse ponto de vista, argumentando que, se medidas preventivas tivessem sido adotadas, desdobramentos mais graves poderiam ter sido evitados: “se desde essa época fosse dispersada, cautelosamente, a aglomeração das turbas, estariam virtualmente evitados os excessos posteriores e abafadas as desordens que correlatamente se manifestaram” (Peixoto, 1920, p. 115).

Para os militares, o cenário anterior ao conflito – marcado pela circulação de “criminosos” e pela presença de oligarquias defensoras da questão dos limites territoriais – se inseriu no conflito após a batalha de Taquaruçu, quando o Exército bombardeou os fiéis dos monges. Segundo Pinto Soares (1920), o episódio permitiu a aliança entre supostos “criminosos” e os revoltosos, transformando um movimento antes visto apenas como “fanático” em algo mais estruturado. Para Peixoto (1920), a destruição da Cidade Santa levou “criminosos” como Venuto Baiano,⁹¹ Frágoso e Juca Teles a se unirem ao movimento, ao lado de oligarcas como Amazonas Marcondes, Arthur de Paula, Fabrício Vieira,⁹² Thomas Vieira,⁹³ Antônio Tavares e Aleixo Gonçalves.⁹⁴

⁹¹ Sobre esse personagem, destaca-se que, segundo Machado (2004), de fato, as preocupações em prendê-lo são apresentadas após a Guerra do Contestado, sendo que antes não havia um esforço por parte dos estados do Paraná e Santa Catarina para isso.

⁹² Coronéis ligados a Guarda Nacional e com influência de forma respectiva nos municípios de União da Vitória e Timbó, atual Oeste de Santa Catarina, e Vale do Iguaçu no Paraná (Machado, 2004, p. 129).

⁹³ Superintendente na Vila de Canoinhas, Santa Catarina. Era acusado de ser conivente com o governo do Paraná devido sua familiaridade com Fabrício Vieira (Machado, 2004, p. 129, 246).

⁹⁴ Antônio Tavares e Aleixo Gonçalves foram líderes rebeldes durante a Guerra do Contestado, comandando a Cidade Santa na região de Canoinhas. Antonio Tavares, além de líder rebelde, era membro do Partido Republicano Catarinense, fundador da cidade onde coordenou parte do movimento, e atuava como professor e rábula. Já Aleixo

Esse novo estágio do movimento demonstraria sua instrumentalização para a resolução dos problemas políticos, como as disputas fronteiriças. Essa hipótese se reforça com a reflexão do autor: [...] “não se compreende como simples fanáticos e bandidos conseguiram dispor de tais recursos bélicos, sendo que em sua maioria estavam armados com carabinas Winchester” (Peixoto, 1920, p. 749). Após o fim do conflito, o historiador de farda destaca que medidas restritivas seriam insuficientes se aplicadas apenas aos fiéis: era necessário punir também aqueles que os armavam, defendendo uma aplicação rigorosa e inflexível da lei.

Esse questionamento sobre a disputa política entre os estados e a incapacidade das forças locais de conter criminosos resultou na permanência das tropas federais no Contestado após a Guerra. Peixoto (1920, p. 760) reforça esse aspecto ao afirmar que a presença militar “[...] foi motivada justamente pela incapacidade do policiamento estadual naquela região onde, todavia, cada um dos Estados pretendia ser o mais forte”.

Herculano d’Assumpção (1918, p. 443-446) argumenta que a manutenção de tropas após a queda de Santa Maria foi um meio eficiente para garantir a estabilidade na região, destacando que “o serviço de policiamento das forças do Exército conjugadas com as estaduais paranaenses e catarinenses foi o mais profícuo possível”. Ele ilustra essa eficiência ao relatar um episódio ocorrido em 1917, quando um novo levante contrário ao tratado de fronteiras entre Paraná e Santa Catarina foi registrado. Em Irani, teria surgido “[...] das cinzas do São José Maria, um novo monge com a denominação de ‘monge Jesus Nazareth’”. Contudo, as tropas de policiamento atuaram prontamente, conseguindo abafar o movimento e impor “[...] bom senso e a ordem pública”.

Para os militares, as disputas políticas e territoriais não foram apenas um pano de fundo da Guerra do Contestado, mas um de seus motores centrais. A instrumentalização da guerra pelos governos estaduais e a circulação deliberada de criminosos serviram a interesses estratégicos, transformando o Contestado em um campo de batalha onde violência e poder se entrelaçavam. Esse cenário fez com que as oligarquias fossem duramente criticadas pelos militares, que as viam como um dos principais problemas do confronto. Embora a historiografia contemporânea frequentemente trate a questão das fronteiras como secundária, para estes militares, ela teve um papel central, evidenciando como políticos manipulavam o movimento para favorecer projetos pessoais e consolidar poder em nível local.

Gonçalves, apesar de ser paranaense, estabeleceu-se em São Bento (SC) e lutava em defesa da questão fronteiriça que favorecia o estado catarinense. Notavelmente, foram as únicas lideranças dentro do Movimento do Contestado a levantar diretamente a bandeira da disputa fronteiriça (Machado, p.130, 253-254).

3.2. A “Chaga” do Analfabetismo: O sertanejo, o imigrante e o papel da educação na formação nacional

O fanatismo, visto como o principal motivador do conflito, foi atribuído pelos militares a uma população considerada supersticiosa devido às suas raízes indígenas, com os monges desempenhando um papel crucial em suas crenças.⁹⁵ No entanto, esse fenômeno não seria uma causa isolada, mas sim um sintoma de uma negligência do Estado nessa região: a falta de instrução pública.

Para o médico-militar Ezequiel Antunes (1918, p. 28), “o povo estava também com a lâmpada do ensino primário apagada. Sob o denso sombrero do matagal que habitavam tão infelizes criaturas, a pantalha da ignorância ocultava o clarão luminoso da instrução”. Em sua narrativa, essa situação decorria da carência de professores instruídos e capacitados, que eram

[...] mal acomoda[dos] nos lugarejos alguns desocupados pernósticos da cidade á guiza de mestre, sem nenhuma tintura pedagógica, fervorosos ledores de jornais, discutidores peritos de politiquices [...] Esses vultos ociosos e incultos muita vez nem tinham higiene, nem moral para o grave mister (Antunes, 1918, p. 28).

Antunes (1918, p. 29) apontava também para a constante rotatividade desses educadores, o que impedia a continuidade do ensino e comprometia o aprendizado da população. Além disso, a fragilidade na educação era agravada pela ligação desses professores com as oligarquias locais e pelo seu exclusivo interesse financeiro, resultando em uma “incompetência magisterial” que refletia a falta genuína de “empenho cívico no ensinar”.

O deputado federal Correia de Freitas, que atuou como mediador do conflito e pôde observar de perto os problemas apontados posteriormente pelos militares, argumenta que essa era a verdadeira raiz do conflito. Em entrevista ao jornal *Diário da Tarde*, ele afirmou: “[os rebeldes] precisam de escolas onde aprendam e se eduquem e não de soldados que os matem. Em toda a região que percorri, apenas encontrei duas professoras, e estas mesmo quase analfabetas”. Ele também destacou que os poucos professores com algum conhecimento formal careciam de formação pedagógica. Em alguns casos, soldados eram recrutados para ensinar os filhos de fazendeiros, o que demonstrava que uma parcela da população os enxergava, na ausência de opções melhores, como capazes de educar. Portanto, para o político, era urgente a capacitação de profissionais para educação pública.⁹⁶

⁹⁵ Conferir o capítulo 2.

⁹⁶ *Diário da Tarde*, Curitiba (PR), 11/04/1914.

Cabe ressaltar que, embora os textos construam um cenário de pouca instrução no sul, essa realidade não era uniforme, estando concentrada nas áreas interioranas. Segundo dados recolhidos por Herculano d'Assumpção (1917, p. 176):

[...] Santa Catarina, digo-o com o orgulho de patriota, despende com a instrução primária mais do que suas finanças comportam. Além de uma escola normal e de um ginásio, ele tem perto de 200 escolas primárias, moldando o seu ensino pelos termos processos vantajosamente introduzidos, há anos, em S. Paulo e em Minas Gerais.

O militar verificou a concentração da educação no litoral, o que aproximava Santa Catarina da realidade de outros estados brasileiros. Desse modo, o problema não era a inexistência de escolas no estado, mas a distribuição desigual que excluía os sertões (Assumpção, 1917; Antunes, 1918). O jornal *Diário da Tarde* também destacou os esforços políticos catarinenses para expandir a instrução oficial, mas a grande dispersão das povoações no Planalto e a dificuldade de atravessar as densas matas ampliavam o isolamento do sertanejo, dificultando a implantação de escolas na região.⁹⁷

Herculano d'Assumpção (1917) discutiu amplamente esses desafios, apontando a falta de infraestrutura como um dos principais entraves ao progresso do sertão catarinense. Segundo ele, a ausência de estradas de penetração inviabilizava o crescimento das indústrias locais e restringia o acesso da população à instrução formal. A dependência de trilhas estreitas e irregulares agravava ainda mais a mobilidade que já era precária, reforçando o isolamento e dificultando a integração da região ao restante do estado.

Embora a falta de estradas dificultasse o contato entre o sertão e o litoral, Vieira da Rosa argumentava que esse problema não poderia ser usado como justificativa para o abandono da população. Para ele, mais do que as barreiras geográficas, era o desinteresse deliberado das elites políticas que impedia a chegada da educação à região, demonstrando a falta de compromisso dos administradores públicos com a população sertaneja e reforçando sua marginalização:

[...] se isso serve de sério argumento, se é um pretexto para não educar o povo do mato, porque conservá-lo bruto pode trazer vantagens aos satrapinhas municipais, também é verdade que nos pequenos núcleos de população bem poderiam existir escolas primárias, e não existem. Culpa há, portanto, da parte dos dirigentes (Rosa, 2012, p. 116).

Nas análises dos militares, as críticas às oligarquias são constantes, pois essas elites não tinham interesse em “civilizar” a região, preferindo manter o *status quo* baseado na exploração dos caboclos e no analfabetismo. O abandono educacional, além de perpetuar a ignorância,

⁹⁷ *Diário da Tarde*, Curitiba (PR), 23/04/1914.

também facilitava a exploração política da população, como destaca Dermeval Peixoto (1920). Para ele, as oligarquias manipulavam a insatisfação dos sertanejos, instrumentalizando sua revolta em favor da disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina:

Redutos arregimentados exclusivamente por motivo da questão dos limites entre os dois Estados, talvez nunca os houvesse nos sertões conflagrados, mas sim nas próprias cidades e capitais dos contendores. As “ligas pro-limites” de Florianópolis e de Curitiba, com perniciosas consequências, são os verdadeiros redutos invulneráveis dos fanáticos dos limites (Peixoto, 1920, p. 77).

O militar denunciava a exploração de pessoas rotuladas como fanáticas e desocupadas, enfatizando que a insuficiência de policiamento e o livre trânsito de criminosos não eram falhas isoladas, mas parte de um cenário deliberadamente mantido, que também incluía o desamparo educacional da população. Como sintetiza Peixoto (1920, p. 89-90), no auge da revolta – especialmente na batalha de Santa Maria –, a insurreição não passava de uma “puríssima exploração de espertos”. Esse contexto evidenciava que os interesses regionais, voltados à manutenção do poder local, prevaleciam sobre qualquer tentativa de unificação e desenvolvimento nacional.

Pinto Soares (1920, 1931) indica que o estado catarinense era o mais interessado em armar a população que lutava pela limitação territorial a seu favor. O periódico *Diário da Tarde* partilhava da mesma convicção, apontando que “a responsabilidade das ocorrências cabe inteira ao governo de Santa Catarina, que, para fins que não queremos agora lembrar, alimentou e insuflou a ignorância dessa gente, para, agora mandar destruí-la”.⁹⁸

A exclusão educacional da maior parte do sertão catarinense também se manifestava no privilégio concedido a cidades ligadas à elite estadual, como Lages. De acordo com os militares Herculano d’Assumpção (1917) e Ezequiel Antunes (1918), essa cidade possuía uma estrutura educacional diferenciada, contrastando com o abandono do restante do Planalto Catarinense. Ligada à família Ramos, principal grupo político da época, Lages se tornou uma ilha de instrução, evidenciando como o acesso à educação era condicionado por interesses políticos, conforme indicavam os militares.

Esse problema, contudo, não se restringia ao Contestado, mas representava uma questão de alcance nacional, sendo uma das maiores mazelas do Brasil enquanto país. Pinto Soares defendia essa tese ao apontar que os problemas do país eram a “[...] falta de instrução popular, que, indubitavelmente, originam os Contestados, [...]” (Soares, 1920, p. 113). O Contestado,

⁹⁸ *Diário da Tarde* (PR), Curitiba (PR), 11/02/1914. Cabe destacar que as origens paranaenses do periódico colaboraram para que este atacasse o estado catarinense, atribuindo-o a culpa pelo conflito.

nesse sentido, não era um problema isolado, mas sim a manifestação de uma “doença”. Enquanto a instrução popular não se alastrasse pelos sertões, novos “Contestados” surgiriam.

Herculano d’Assumpção (1917, p.I) também contribui para essa discussão ao afirmar que todo o esforço do exército em “apaziguar” o Planalto Catarinense não teria iniciado se não fosse a “[...] cancerosa chaga do analfabetismo que se estende por todo o território nacional, talando os pontos mais longínquos, onde não chegam os badejos saneadores da civilização hodierna”.

Para o autor, a falta de instrução não gera apenas o fanatismo, mas também as práticas criminosas associadas ao banditismo, sendo suas origens semelhantes. Sem a educação primária, o banditismo e o fanatismo ganham espaço como meios de sobrevivência. Contudo, Assumpção ressalta que essa população merecia uma melhor sorte e merecia atenção: a partir de uma perspectiva tutelar, os caboclos precisavam ser cuidados e instruídos conforme os padrões idealizados pela educação vinda do litoral.

O presidente de Santa Catarina, Vidal Ramos, em mensagem ao presidente do Congresso Representativo do Estado, teria uma visão próxima dos militares. O que se destaca de sua mensagem é o exercício de aproximação com as dificuldades para a alfabetização existentes em outras partes do país:

[...] A alma ingenuamente supersticiosa do nosso sertanejo ainda se conserva num estado de grosseira imperfeição psíquica. Dificuldades de toda sorte, sobretudo de ordem material, impedem que a luz da instrução se estenda e irradie, com a desejável e necessária rapidez, às longínquas paragens do interior brasileiro. Mesmo nos mais adiantados Estados da União, naqueles que, com razão, são apontados como modelares em matéria de ensino e que de longos anos, numa campanha cerrada e constante, vêm difundindo a instrução popular, ela está muito longe de corresponder às necessidades sociais, evitando assim todos os males que o analfabetismo gera e fecunda. O atraso das populações do interior é notório (Ramos, 1914, p. 34-35).

Vidal Ramos (1914) ainda destaca que a educação era uma de suas preocupações e que buscou expandir o acesso ao ensino público durante o seu governo.⁹⁹ Contudo, alegou que seus intentos não foram exitosos devido à falta de recursos, acusando a ausência de apoio para suas medidas. Essa situação se refletiu no Contestado, como expressou em seu relato: “Daí a causa

⁹⁹ A reforma educacional catarinense, iniciada em 1910 por Vidal Ramos, ficou conhecida como Reforma Orestes Guimarães. Para modernizar a educação e alinhá-la ao projeto republicano, Ramos contratou o paulista Orestes de Oliveira Guimarães como inspetor-geral da Instrução Pública. O projeto promoveu mudanças na organização educacional, introduziu novos métodos de ensino e resultou na publicação de quatro programas de educação primária entre 1911 e 1928. Essas transformações demonstram como intelectuais e dirigentes moldaram normas, condutas e relações de poder, legitimando um projeto reformador que destacou a História como disciplina escolar alinhada aos interesses políticos e sociais da época (Ferber; Silva, 2015).

eficiente e provocadora do renascimento inesperado do fanatismo no nosso desconhecido sertão. O analfabetismo tem dessas terríveis surpresas” (Ramos, 1914, p. 35).

É notória, portanto, a tentativa do presidente do estado em eximir o poder público catarinense de responsabilidade, argumentando que havia tentado promover a educação como forma de prevenir o fanatismo. Além dessas considerações, seu posicionamento era uma resposta ao presidente do estado do Paraná, que, em troca de correspondências, afirmava que a Guerra do Contestado não passava de uma disputa territorial entre os estados (Ramos, 1914).

No entanto, o militar Dermeval Peixoto (1920, p. 61-62) não considerava que o fanatismo fosse exclusivamente um resultado da falta de instrução:

[...] a inclinação latente para o fanatismo em que se encontram os esquecidos habitantes do interior, fanatismo que sob mais delicados e variados aspectos atinge a muitos letrados, ora pela condição em que se deixam ficar em êxtase diante das imagens, ora subindo pináculos de um monte, galgando de joelhos numa escadaria interminável o nicho de uma santa milagrosa, para levarem braços, pernas e cabeças de cera prometidos em passados momentos de aflição, tem, uma tal inclinação, dado ensejo para que os Maciéis criassem Canudos legendário, os padres Ciceros convulsionem povoações, os José e João Maria sejam vividos como santos no Contestado, os João Brandão em Minas Gerais e os José Guedes em Pernambuco e outros, que fatalmente surgirão, aproveitam e desvirtuam o espírito da religião católica.

Seu colega Ezequiel Antunes também destaca a existência de outras lideranças religiosas no interior, descrevendo que a “desordem” liderada por José Maria equivaleria ao caso “[...] do Antônio Silvino no interior dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, desgraçadamente tornando-se já, nos pródromos de sacrifício às tropas que perseguiram seus fanatizados asseclas, um revés a mais nos negócios públicos de nosso país”.¹⁰⁰ Para os militares, em um contexto de vazio institucional, figuras tidas como santas emergiam como lideranças populares devido à suposta “ignorância” do povo.

Uma reportagem do periódico *A Época* corrobora a visão dos militares, enfatizando que os acontecimentos do Contestado não eram isolados e já haviam ocorrido em outras partes do sul do Brasil. O texto destaca que a maioria da população local era composta por pequenos lavradores, pessoas simples e com baixa escolaridade, tornando-se mais suscetíveis a discursos de caráter religioso ou sobrenatural. Essa vulnerabilidade dificultava a compreensão das reais causas de suas dificuldades, abrindo espaço para que “oportunistas” e “embusteiros” se sobressaíssem ao oferecer explicações e soluções simplistas.

¹⁰⁰ *O Dia*, Florianópolis (SC), 20/08/1914.

O Contestado, portanto, não era um caso isolado. O periódico relaciona o conflito a outros episódios anteriores na região, como o movimento dos *Muckers*¹⁰¹, no Rio Grande do Sul; e o Canudinho de Lages, que também ocorreu em áreas geograficamente próximas, mostrando uma tradição de lideranças e movimentos religiosos populares.¹⁰²

Para o periódico e para Dermeval Peixoto, a circulação e a possibilidade de que esses santos populares liderassem movimentos considerados fanáticos decorriam da pouca instrução da população. No entanto, há um ponto que diferencia Peixoto dos demais militares: embora o problema fosse mais evidente entre os analfabetos, ele argumentava que essa influência se estendia a diferentes setores sociais. Para ele, a explicação não residia apenas na ausência de instrução, mas também em um catolicismo popular mal interpretado, no qual, em vez de padres, eram as lideranças religiosas escolhidas pela própria população que assumiam a centralidade. Seus colegas militares compartilhavam uma visão semelhante, apesar de terem ressalvas quanto à existência de uma barreira linguística entre os representantes institucionais e a população, o que favorecia essa situação (Assumpção, 1917; Antunes, 1918; Soares, 1920, 1931).¹⁰³

As frequentes comparações com esses levantes religiosos demonstravam que a repressão, por si só, era insuficiente para lidar com o fenômeno. A recorrência desses movimentos reforçava a necessidade de investimentos em educação, indicando que, para os militares, essa situação resultava do abandono do sertanejo em nível nacional.

Se, quando finalizado, não houvesse uma instrução adequada dessa população, novos levantes ocorreriam. Herculano d'Assumpção (1917, p.II) destacou que “o mal medrará novamente em tão propício meio, se não procurarmos modificá-lo moralmente, aparando suas grandes arestas, aplainando dificuldade inomináveis, com a relativa educação do povo sertanejo”. No fim da sua obra, ressalta que, após a “pacificação” do sertão feita pelo exército e a resolução das fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, caberia aos estados incentivar na “[...] instrução primária naqueles sertões e estimular os seus habitantes aos trabalhos da lavoura e da indústria pastoril. É necessário encaminhar para o bem os homens madraços que ali habitam e preparar, pela educação, as novas gerações sertanejas que ora surgem” (Assumpção, 1918, p. 447). Do mesmo modo, Pinto Soares (1931, p. 131) afirmaria que

¹⁰¹ Movimento protagonizado por imigrantes alemães em São Leopoldo (RS), entre 1872 e 1874. O grupo se organizou em torno de Jacobina Mentz, que alegava ter visões do futuro e receitava remédios. Com o fortalecimento do movimento, entrou em conflito com as autoridades locais e foi duramente reprimido pelo governo (Luz, 1999).

¹⁰² *A Época*, Florianópolis (SC), 28/09/1912.

¹⁰³ Nas memórias de Frei Rogério, representante institucional do catolicismo de maior relevância no Planalto Catarinense durante o período do conflito, é interessante notar que ele expressa uma frustração pessoal com sua comunicação com os caboclos devido às dificuldades linguísticas (Sinzig, 1934).

[...] assim como os vegetais precisam de raízes fortes para sua defesa contra as intempéries, a sociedade também necessita de apoio sólido contra os ataques insidiosos e traiçoeiros da desordem, da dissolução, da mediocridade impostora e velhaca, do crime impune, da destruição. E esse apelo, para produzir o seu efeito benemérito e duradouro, somente pode ser dado pela sólida coesão espiritual, formada pela Educação, alicerçada pela Moral, edificada pela Religião pura.

Essa preocupação com a integração do sertanejo a partir da educação não foi uma inovação exclusiva dos historiadores de farda, nas primeiras décadas do século XX. Tal discussão foi impulsionada por cientistas, médicos, militares e políticos, surgindo em um contexto em que ainda não existia um conjunto organizado de educadores. Com a instauração da República e a chegada de imigrantes, em grande parte devido às políticas de branqueamento, iniciou-se um intenso debate entre intelectuais sobre a necessidade de reformar o sistema educacional. O objetivo era integrar os novos moradores, que traziam consigo as memórias de seus países de origem, e fortalecer seu sentimento de pertencimento à nação, estimulando o espírito republicano e o dever cívico (Bomeny, 2001; Mathieson, 2013; Ferber; Silva, 2015). Logo, buscava-se “[...] homogeneizar as referências sociais do país” (Rossi, 2017, p. 163).

Considerando isso, a atenção dada para a integração de imigrantes necessita ser vista a partir das mudanças jurisdicionais aplicadas com a implantação do regime republicano. A Constituição brasileira de 1891, a primeira da República, estabelecia no seu artigo 69 que não era exclusivamente necessário nascer no país ou ser filho de pais nascidos no Brasil para ser considerado cidadão. Também eram reconhecidos como brasileiros:

[...] 4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem; 5º) os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade; 6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados (BRASIL, 1891).

Nesse contexto, os imigrantes que chegaram ao Brasil no grande fluxo imigratório do século XIX passaram a ser reconhecidos juridicamente como cidadãos brasileiros. Ao mesmo tempo, crescia a preocupação em integrar a população sertaneja, buscando sua incorporação ao projeto de construção nacional. Nesse esforço de unificação, foi atribuído ao exército um papel central, enxergando a educação como um instrumento fundamental para superar o atraso e consolidar a identidade nacional. Esse discurso se faz presente nas falas de Olavo Bilac, conforme analisado por Rodrigues (2008), e também nos espaços de produção de conhecimento militar. Periódicos como *A Defesa Nacional* e *Medicina Militar* reforçavam a preocupação com o analfabetismo, tratando-o como um dos principais entraves ao desenvolvimento do país.

Na edição de abril de 1914 de *A Defesa Nacional*, o editorial argumentava, de forma clara e direta, a necessidade de educar a população em todo o território nacional. A escola deveria funcionar como uma caserna, disciplinando o cidadão e moldando-o para a vida cívica. Logo, caberia ao professor ensinar a língua, incentivar os exercícios físicos e reforçar o sentimento de amor à pátria – além do respeito à disciplina e à hierarquia.

Inspirando-se no modelo de integração dos imigrantes nos Estados Unidos, o texto defendia que os alunos deveriam reverenciar, todas as manhãs, os símbolos da República para fortalecer seu compromisso com a nação. A escola seria “[...] o órgão que garante ao povo o sustento da vida pessoal e desenvolve na alma deste povo, o sentimento da honra”.¹⁰⁴

Em outro texto do mesmo periódico, havia a tese de que a educação não se restringia à instrução básica, mas abrangia também a formação moral e cívica, preparando o indivíduo para o serviço militar e a integração nacional. Frequentar a escola era um dever cívico, sendo este o espaço onde se ensinavam as responsabilidades de um verdadeiro brasileiro, moldando o perfil do cidadão ideal. Esse enfoque na educação como meio de unificação social era especialmente relevante no contexto da chegada de imigrantes, que precisavam ser incorporados à cultura do Brasil. Para os militares, mais do que formar soldados e construir quartéis, era essencial cultivar uma consciência nacional coletiva e o dever patriótico.¹⁰⁵

Um cidadão formado para servir o país, tendo passado pela escola e depois pela caserna, estaria preparado para atuar em diferentes setores da sociedade. Não à toa, em outro número da mesma revista, o texto defendia o papel do exército como um dos principais elementos sociais: este deveria ser “instrutor e educador” na nação brasileira,¹⁰⁶ reforçando a análise já apresentada por McCann (2007) e Rodrigues (2008) de que o exército se via como uma instituição fundamental para a organização e coesão da nação.

Em seu livro intitulado *Serviço Militar Obrigatório* (1912), resultado de publicações no jornal *Diário de Minas* entre setembro e novembro de 1911, Herculano d’Assumpção defende a importância da educação na formação dos cidadãos. Para ele, a Instrução Militar não apenas ensinaria os deveres cívicos, mas também promoveria a formação moral do indivíduo, base da disciplina militar. Sem essa preparação, o soldado se tornaria inútil: “O soldado sem instrução, atirado as garras do inimigo valente e destro, será estupidamente inutilizado, sem glórias nem proveitos para a Pátria” (Assumpção, 1912, p. 21).

¹⁰⁴ *A Defesa Nacional*, ano I, 10 de abril de 1914, nº7.

¹⁰⁵ *A Defesa Nacional*, ano IV, dezembro de 1916, nº39.

¹⁰⁶ *A Defesa Nacional*, setembro de 1916, nº36.

O militar acreditava que os brasileiros possuíam qualidades naturais para serem grandes soldados, destacando a “resistência, resignação ao sacrifício, tino, agilidade, audácia e inteligência” (Assumpção, 1912, p. 24). No entanto, segundo o autor, se a instrução não se proliferasse entre a população, isso comprometeria tanto a paz interna quanto externa, afastando o Brasil dos exemplos de outras nações. A grande vitória da instrução popular seria o progresso da nação, pois “[...] as indústrias, as lavouras e o comércio prosperam, as ciências, as artes e as letras florescem, e tudo firmado naquela segurança, nele por consequência, se firma a estabilidade da ordem social” (Assumpção, 1912, p. 28). Essas preocupações, aliadas à sua militância em defesa de uma instrução popular que preparasse o cidadão para ser soldado, antecipavam parte das análises que ele viria a desenvolver em suas obras sobre o Contestado.

Outro caso relevante para essa análise consiste em uma denúncia publicada em 1922 no periódico *Medicina Militar*¹⁰⁷: esta acusação revelava como a educação no Brasil era tratada de forma desigual, sem um projeto nacional de combate ao analfabetismo. A falta de propagação do ensino primário permitia a manutenção dessa situação, tornando sua obrigatoriedade urgente para o desenvolvimento nacional. O periódico manifestava preocupação com o crescente número de analfabetos, atribuído ao baixo investimento no tema. Reverter esse cenário seria benéfico, pois, como afirmado, “[...] o cidadão conhe[ce] melhor os seus deveres e direitos; sabendo reagir contra as intervenções maléficas os maus elementos da Sociedade”¹⁰⁸.

Por fim, destaca-se que a integração da população interiorana e dos imigrantes ao cenário nacional, viabilizada por meio da educação, foi um elemento central tanto na fundação da Liga de Defesa Nacional quanto no projeto de defesa nacional. No estatuto da Liga, observa-se uma forte retórica em defesa da difusão do civismo e da educação em espaços públicos e privados, com o objetivo de fortalecer o sentimento de patriotismo entre brasileiros e imigrantes. Esse processo de inserção deveria ser promovido através “[...] [d]o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras existentes no Brasil, e a criação de escolas primárias nos núcleos coloniais”¹⁰⁹.

Dessa forma, a educação proposta pelos militares possuía um caráter nacionalista, inserido em um projeto de unificação do país, com o Exército como principal agente desse processo. Esse modelo pretendia superar a fragmentação educacional da Primeira República, caracterizada por iniciativas estadualizadas e desiguais, nas quais São Paulo se destacava

¹⁰⁷ *Medicina Militar*, ano XIII, dezembro de 1922, n° 6.

¹⁰⁸ *Idem* p.188.

¹⁰⁹ *A Defesa Nacional*, IV, 10 de novembro de 1916, n° 38.

(Bomeny, 2001; Mathieson, 2013). Embora essas iniciativas buscassem despertar o sentimento nacional, faltava-lhes uma abordagem padronizada e integradora.

A proposta militar visava construir um sistema centralizado e unificado, capaz de integrar sertanejos e imigrantes em uma mesma estrutura educacional. Mais do que reforçar o patriotismo, o objetivo era inserir cada indivíduo em um projeto nacional coeso, no qual compreendesse seu papel dentro do Brasil.

Dessa maneira, as narrativas sobre o Contestado refletiam o encontro dessas duas frentes de integração: a do sertanejo e a do imigrante. No caso específico do sul, os imigrantes foram muitas vezes assimilados a uma cultura local que contrastava com os valores nacionais, algo que incomodava os militares. Ao mesmo tempo, esses imigrantes mantinham fortes vínculos com suas pátrias de origem, dificultando ainda mais essa integração.

Na década de 1910, com o contexto da Primeira Guerra Mundial, surgiu uma preocupação com possíveis inimigos da nação do Brasil, especialmente devido ao grande número de pessoas de origem alemã. Na região sul, a concentração desses grupos gerava suspeitas sobre a lealdade da população catarinense, já que suas escolas muitas vezes os mantinham ligados às nações de origem. Especulava-se, inclusive, que “[...] a Alemanha teria de consolidar uma base de operações no sul do Brasil” (Nascimento, 2009, p. 132), situação interpretada como “perigo alemão”.

Essas mesmas manifestações e preocupações, de imigrantes que não se assimilam, se apresentaram nas análises do movimento. Refletindo sobre a presença dos teutos-brasileiros pela área em que se deslocou do decorrer da Guerra do Contestado, Herculano d’Assumpção destaca que esses não compartilhavam uma visão cívica com o país. Para esses imigrantes, a Alemanha era a única nação possível. Embora o autor afirme ter tentado ressaltar as qualidades do Brasil, demonstra a sua frustração já que “[...] os nossos esforços muito mal conseguiam convencê-los de sua qualidade de cidadãos brasileiros” (Assumpção, 1917, p.73).

Pinto Soares (1931) compartilha dessa preocupação, denunciando que a colonização no Contestado foi inadequada por parte das empresas responsáveis. Estas estavam mais interessadas na exploração das riquezas locais do que na promoção de uma integração efetiva dos migrantes à nação brasileira. Um fator preocupante era a origem predominantemente alemã de grande parte dessa população imigrante. Segundo dados apresentados em seu trabalho, em Santa Catarina, independentemente da zona de guerra, havia cerca de 80 mil alemães em uma população total de 600 mil habitantes – o que representa quase um sexto do estado. Por isso, esse número significativo de alemães era compreendido como uma ameaça à soberania nacional

brasileira, demonstrando que o militar partilhava da visão existente no centro do país de um perigo alemão no sul (Soares, 1920, p. 11).

Assim, a forte retórica dos militares, ao classificar os(as) caboclos(as) seguidores(as) de João Maria como fanáticos devido à carência de instrução pública, visava demonstrar a necessidade de levar ao sertão não apenas a alfabetização, mas também o sentimento de dever para com a nação. Esse processo negava a cultura local e buscava apagá-la em nome da “defesa” da pátria. Vieira da Rosa (2012, p. 195) tinha plena convicção de que o sertanejo do sul era fisicamente preparado e seria um bom soldado. Ele destaca que:

[...] no caso de uma luta com inimigo externo ali naqueles pagos, nossa gente seria invencível, se bem dirigida. Os nossos homens, com uma coragem que se pode dizer hereditária do português mesclado com tupi e negro, coragem demonstrada por essa mesma mescla na luta contra o holandês em Pernambuco e posteriormente em todas as nossas brigas internas e externas, tem a superioridade, além disso, da sobriedade árabe que o caracteriza, e também dessa raça que já foi dominadora, a resignação que parece fanatismo. Passando a palmitos ou rapaduras com farinha de mandioca, fica estoicamente numa tocaia, não o desalojando balas inimigas e aguardando a peleia a facção, que eles apreciam sobretudo. Eu os vi assim, entusiastas sempre que depois da primeira descarga lhes gritava: “À baioneta, rapazes”. Baseado no que vi é que avancei a proposição acima: bem dirigidos são invencíveis.

A formação histórica do povo brasileiro, resultante da miscigenação, não era vista como um problema, pelo contrário: era como um trunfo para a defesa da nação. Na visão dos militares, não era um determinismo racial ou geográfico que explicava a revolta, mas sim a ausência de uma liderança forte que orientasse os caboclos e os instrísse sobre seu papel no país.

Os historiadores de farda reconheciam que a repressão militar por si só não erradicaria as raízes do conflito. Sem um esforço real de instrução, novos levantes continuariam surgindo, alimentando o ciclo de rebeldia e repressão. A educação, portanto, não era apenas um meio de progresso, mas também um instrumento essencial de pacificação e controle social. O Contestado, assim como Canudos, revelou que o abandono do sertão brasileiro não era apenas um problema administrativo, mas uma questão de segurança nacional.

3.3. O Pensamento Médico Sanitarista na Interpretação do Conflito no Sul

Os militares não foram os únicos a buscar meios de integrar o sertanejo à nação. Dois anos após a fundação da Liga da Defesa Nacional, surgiu a Liga Pró-Saneamento do Brasil: um projeto voltado para a instrução, o saneamento e a defesa nacional. Liderada pelo médico-sanitarista Belisário Penna, essa iniciativa também influenciou as análises sobre a Guerra do Contestado. Ambas as ligas surgiram em um contexto de reflexão sobre a identidade nacional,

buscando formular um projeto de integração do sertão ao país (Capella, 1985; Lima; Hochman, 1996; Hochman, 2013).

Ao analisar a lista de fundadores da Liga de Defesa Nacional, publicada no periódico *O Paiz*,¹¹⁰ não foi encontrado nenhum nome em comum com os membros fundadores da Liga Pró-Saneamento do Brasil, conforme consta na ata da sessão de fundação.¹¹¹ No entanto, na primeira sessão do diretório executivo, realizada em 14 de maio de 1918, foi possível observar a participação de Olavo Bilac, o que sugere a circulação de diferentes figuras nas ligas fundadas na década de 1910, assim como seus vínculos com essas instituições.

Partilhando da preocupação da Liga da Defesa Nacional, os médicos sanitaristas também buscavam fortalecer o sentimento de pertencimento e o papel do cidadão na construção da nação, mas a partir de uma perspectiva distinta da militar. Belisário Penna argumentava que a integração da população sertaneja não poderia se restringir à educação formal; era necessário, antes, garantir sua saúde. Em *O Saneamento do Brasil*,¹¹² ele reforça essa ideia ao afirmar:

Desejando concorrer com o meu quinhão para a Defesa Nacional, expressão que não significa apenas a organização da força armada, mas a de uma série de elementos de natureza higiênica, política, social, moral e econômica, que devem se congregar e funcionar harmonicamente, há muito que venho me batendo pela defesa da saúde, base da eficiência individual e coletiva, elemento primordial da força, da resistência, do trabalho e da produção (Penna, 1923, p. 19).

Para o médico, a defesa nacional não dependia apenas da organização do exército, mas também da formação de uma população saudável, disciplinada e produtiva. Belisário Penna afirma que essa discussão era mais que oportuna, considerando o estado de guerra em que o país se encontrava ao final de 1916 (Penna, 1923, p. 21).¹¹³ O autor busca legitimar sua proposta e interpretação de país com base nas Expedições Científicas que fez pelo Brasil, do Rio Grande ao Amazonas, junto com outros colegas sanitaristas. Ele descreve o território nacional como composto de pessoas doentes e analfabetas, e acreditava que a preocupação máxima do governo

¹¹⁰ *O Paiz*, Rio de Janeiro (RJ), 7/09/1916.

¹¹¹ Livro de Atas da Liga Pró-Saneamento do Brasil, 1918. Casa de Oswaldo Cruz, Arquivo Belisário Penna, Série 04.01.064, pasta 3. Ata da sessão de instalação da Liga Pró-Saneamento do Brasil; Ata da sessão de Constituição definitiva da Liga Pró-Saneamento do Brasil; e Ata da primeira sessão do diretório executivo realizada aos quatorze dias do mês de maio de 1918.

¹¹² O livro, originalmente, resultou de uma série de textos escritos para o jornal *Correio da Manhã* entre novembro e dezembro de 1916 e janeiro de 1917, os quais foram reorganizados com acréscimos de novas reflexões. A edição utilizada nesta dissertação é a segunda (Penna, 1923).

¹¹³ Refere-se à Primeira Guerra Mundial. Em sua obra ou em suas cartas, não há nenhuma menção ao Movimento do Contestado. Por outro lado, Canudos esteve em seu campo de análise, ao afirmar que se tratou de uma revolta de caráter místico, distinta das demais que ocorreram na Primeira República, as quais tinham caráter militar e se opunham à “podridão” do período. Essas colocações foram feitas em duas cartas: uma aos membros do conselho diretor do Partido Mocidade, em 4 de novembro de 1925; e outra ao Dr. Mello Viana, em 22 de agosto de 1925. Fundo Belisário Penna. Série 02.01.06. Pasta 8. Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz.

deveria ser o “[...] saneamento físico, moral e intelectual dos seus habitantes” (Penna, 1923, p. 25). Segundo Penna, o progresso do país não seria possível enquanto essas medidas não fossem tomadas.

Um momento crucial na denúncia da falta de preparação da população para servir ao exército ocorreu em 11 de outubro de 1916. Nessa ocasião, o médico Miguel Pereira, durante um discurso de saudação a Aloysio de Castro, então diretor da faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, criticou o parlamentar Carlos Peixoto. Ele o acusou de ingenuidade e desconhecimento do sertão, tendo em vista que Peixoto havia defendido a convocação dos sertanejos para a defesa nacional em caso de invasão (Hochman, 2013, p. 64-65). O médico afirmou que os cidadãos não estavam dispostos a integrar o exército, descrevendo o país como um imenso hospital. Em relação à participação dos sertanejos na linha de frente, ele destacou a enorme decepção daqueles que acreditavam que esses lutariam. Em seu discurso, descreve:

Parte, e parte ponderável, dessa brava gente não se levantaria: inválidos, exangues, esgotados, pela ancilostomíase e pela malária; estropiados e arrasados pela moléstia de Chagas; corroídos pela sífilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo, chupados pela fome, ignorantes, abandonados, ignorantes, sem ideal e sem letras ou não poderiam estes tristes deslembados se erguer da sua modorra ao apelo tonitroante de trombeteira guerreira, ecoando de quebrada em quebrada ou quando, como espectros, se levantassem, não poderiam compreender porque a Pátria, que lhes negou a esmola do alfabeto, lhes pedia agora a vida e nas mãos lhes punha, antes do livro redentor, a arma defensiva.¹¹⁴

Partindo dessas questões, o movimento sanitaria enfatizava a necessidade de cuidar do sertão por meio da profilaxia rural, alinhada a medidas educativas para instruir a população, entendendo essas ações como caminhos conjuntos para o progresso do território nacional. Além de se preocupar com a instrução da população no que se refere às medidas de cuidado com a saúde, a educação do sertanejo também visava introduzi-lo à nação. Nota-se essa preocupação no relatório de uma das principais Expedições Científicas lideradas pelo Instituto Manguinhos, realizadas pelos sertões do nordeste e centro-oeste do Brasil e protagonizadas por Belisário Penna e Arthur Neiva. Nesse texto, encontram-se análises semelhantes àsquelas dos historiadores de farda entre 1913 e 1915.

Segundo os médicos, os sertanejos da área de suas expedições poucos sabiam

[...] o que é o Brasil. Piauí é uma terra, Ceará outra terra, Pernambuco outra e assim os demais Estados. O governo, é para esses párias um homem que manda na gente e a existência desse governo conhecem-na porque esse homem manda todos os anos cobrar-lhes o dízimos (impostos). Perguntados se essas terras (Piauí, Ceará, Pernambuco etc) não estão ligadas entre si, constituindo uma nação um país, dizem que não entendem disso. Nós eramos

¹¹⁴ Miguel Pereira. Discurso de Miguel Pereira (para Aloysio de Castro). *Jornal do Comércio*, 11/10/1916, p. 4.

para eles gringos, lordaços (estrangeiros fidalgos). A única bandeira que conhecem é a do divino. O analfabetismo é geral e abrange mais de 80% da população (Neiva; Penna, 1916, p. 191).

O cenário apresentado pelos médicos era o de uma população que não se compreendia como membro de uma comunidade maior, à qual tinha direitos e deveres. A instrução primária e a superação do analfabetismo, nesse sentido, eram necessárias para preparar o cidadão para reconhecer a sociedade à qual pertencia. Isso demonstra a preocupação conjunta entre militares e médicos com a inserção do sentimento nacional no sertanejo, buscando superar a visão negativa de que o poder público aparecia apenas para cobrar impostos.

Um paralelo pode ser traçado mediante essa situação. Assim como no Contestado, o cenário encontrado pelos médicos sanitaristas Arthur Neiva e Belisário Penna, em sua viagem de 1912, mostrava que os símbolos religiosos construíam um elemento de pertencimento nas comunidades sertanejas. A Bandeira do Divino no nordeste era o equivalente à bandeira da Santa Irmandade para os militares no sul.¹¹⁵ Esse símbolo foi narrado como o mais marcante da causa dos revoltosos, o qual Ezequiel Antunes (1919, p. 8) descreve como:

Uma espécie de lenço branco grande com uma cruz verde de fita ao centro e abaixo do cruzeiro as iniciais S. J. D. (São Jesus Divino). Presa a um bastão de madeira, roliço, fino e pequeno, erguida acima da cabeça do jagunço simbolizava paz. Na guerra, a cruz verde evitava as balas, e a bandeira movida de um lado para o outro fazia caírem mortos 50 soldados, chamados peludos e pés redondos. Nas refregas as tropas verificaram servir a bandeira, agitada diante dos olhos, para confundir os soldados na hora do entrevero. Nunca partiam para as brigas sem passá-la sobre as cabeças dos rebeldes distendidos em fila (Antunes, 1919, p. 8).

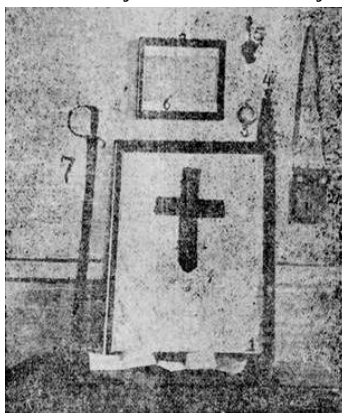
Dentro da comunidade dos fiéis de São João Maria, a bandeira da Santa Irmandade era um símbolo de identidade e coesão, possuindo um significado ainda mais forte do que a bandeira do Brasil, desconhecida amplamente pela população local. Pinto Soares relatou que, durante uma vistoria realizada pelo Tenente Zopiro Ourique na casa de um velho imigrante alemão, “[...] foram apreendidos objetos comprometedores como bandeirolas das usadas pelos fanáticos, facões, e um livro da guerra dos cem anos.” (Soares, s.d, p. 17). Mais do que um simples estandarte, a bandeira desempenhava um papel fundamental nos rituais que antecedia as batalhas, fortalecendo tanto o sentimento de pertencimento quanto a crença na proteção divina.

O impacto desse símbolo no campo de batalha é destacado por Dermeval Peixoto, que descreve como os sertanejos acreditavam que, ao empunhá-la, tornavam-se invencíveis: “[...]”

¹¹⁵ Cabe destacar que a bandeira do Divino Espírito Santo também é mencionada pelos militares; entretanto, a da Santa Irmandade é a mais marcante, mediante seus usos em batalhas.

empunhando as bandeiras brancas em que eles acreditavam o poder de abater cinquenta soldados cada vez que descrevessem três cruzeiros no ar" (Peixoto, 1920, p. 157). Dessa forma, a bandeira assumia um caráter mágico e estratégico, sendo considerada uma arma indispensável pelos revoltosos. Para Herculano d'Assumpção (1917), a forte devoção a esse símbolo também refletia o desconhecimento dos sertanejos em relação aos emblemas da nação, o que, segundo o autor, reforçava a necessidade de instrução cívica.

Figura 6: Bandeira da Santa Irmandade em conjunto de outros objetos recolhidos por Ezequiel Antunes.



Fonte: O Estado do Pará, 13/04/1916.

É importante destacar que essa preocupação não surge exclusivamente entre os autores mencionados. Em diversas passagens de *Os Sertões*, Euclides da Cunha (2016) apresenta a Bandeira do Divino como um símbolo central na vida da comunidade de Canudos, destacando-se essa descrição feita pelo autor:

A princípio este [o sertanejo] reza, olhos postos na altura. O seu primeiro amparo é a fé religiosa. Sobraçando os santos milagreiros, cruzeiros alçadas, andores erguidos, bandeiras do Divino ruflando, lá se vão, descampados em fora, famílias inteiras – não já os fortes e sadios senão os próprios velhos enfermos claudicantes, carregando aos ombros e à cabeça as pedras dos caminhos, mudando os santos de uns para outros lugares (Cunha, 2016, p.150).

No contexto baiano, a Bandeira do Divino era um símbolo constante na vida dos sertanejos do norte, desempenhando papel de destaque ao lado de Antônio Conselheiro (Cunha, 2016). Esses relatos evidenciam que, mesmo em diferentes sertões, havia uma imagem comum: o vazio deixado pelo poder público era frequentemente preenchido pelos ensinamentos religiosos, que fomentavam o sentimento de pertencimento comunitário.

No caso do Contestado, é interessante refletir como a Santa Irmandade criou símbolos e mecanismos distintos daqueles presentes em outros sertões, como a Bandeira do Divino, que desempenhava uma função secundária no sul. De todo modo, a presença significativa da crença e da fé como elementos organizadores do interior do Brasil era preocupante para esses escritores, pois colocava a população longe de servir sua nação.

Entretanto, é importante ressaltar que a preocupação dos sanitaristas, como Belisário Penna, estava direcionada para as consequências da falta de instrução e de medidas de saúde. Um exemplo disso pode ser observado nos métodos que o sertanejo normalmente utilizava para tratar suas enfermidades. Em uma carta para o Dr. Antônio Teixeira de Carvalho¹¹⁶, de 1 de dezembro de 1921, Penna destaca que a ausência de

[...] assistência inteligente e educação higiênica á nossa gente rural abandonada à sua sorte, [leva com que fiquem] entregue aos raizeiros, curandeiros e feiticeiros, vítima inconsciente da ignorância em que vive atolada; as segundas para salvar desse lamaçal do vício e da ignorância as novas gerações patricias, e encaminhá-las para uma vida de trabalho proveitoso a si e à pátria, dentro da saúde e da moralidade, consciente cada qual do seu valor individual e coletivo, como unidade valiosa da nossa raça e da nossa pátria. Combater o analfabetismo não consiste apenas em ensinar a ler, escrever e contar, aos meninos, mas igualmente e com igual ardor em forma-lhes o caráter com a educação moral e cívica.¹¹⁷

Mediante isso, a presença dessas formas de curas não institucionalizadas acabava sendo uma representação máxima de uma população supostamente ignorante que, sem outra opção, recorria a elas. Essas práticas, muitas vezes lideradas por curandeiros, raizeiros e feiticeiros, eram vistas como um sinal de atraso e falta de conhecimento sobre métodos científicos de tratamento. Desse modo, para os sanitaristas, essa população necessitava ser liberta dessa dependência, e a educação era um dos principais meios para garantir isso.

A solução para esse problema, portanto, não se limitava apenas à melhoria da saúde dos sertanejos, mas incluiria também uma ampla iniciativa educacional. O objetivo era que a população reconhecesse os caminhos corretos de tratamento e desenvolvesse sua consciência nacional, visando a melhor formação do homem do interior. Essa crítica à presença de terapeutas não diplomados reforça como, para os sanitaristas, o cuidado com a saúde estava interligado à instrução.

Essa abordagem educativa visava capacitar a população a fim de que esta reconhecesse a importância dos cuidados com a saúde e evitasse a dependência de práticas que, para os médicos, eram potencialmente prejudiciais por manter o povo na ignorância. Para Penna, esse esforço de instrução não era apenas uma medida profilática – ou seja, uma forma de prevenir doenças –, mas também uma preparação necessária para transformar a população em uma mão de obra qualificada. Com o acesso à educação e saúde de melhor qualidade, os sertanejos

¹¹⁶ Não foi possível localizar nenhuma informação de Antônio Carvalho. Entretanto, na carta em questão, Belisário Penna se refere a essa figura como “distinto colega” e apresenta ter ficado com “a mais grata alegria e profunda justificada emoção” ao receber a carta a qual respondia, demonstrando uma proximidade de ambos.

¹¹⁷ Fundo Belisário Penna. Série 02 01 10. Pasta 10. Carta ao Dr. Antonio Teixeira de Carvalho de 1 de dezembro de 1921.

poderiam contribuir de maneira mais significativa para o desenvolvimento nacional, impulsionando o progresso econômico e social do país.

Santa Catarina não era exceção a esse sertão doente, embora seja pouco mencionada na obra de Belisário Penna. Em seu texto, o médico destaca que a parte litorânea do estado, assim como o restante do país, era afetada pela ancilostomíase, levando ao enfraquecimento e adoecimento de grande parte da população (Penna, 1923, p. 27). Para ele, apenas as populações que viviam em áreas pouco habitadas ou ainda não alcançadas pelas estradas de ferro escapavam dessa situação. Penna constrói o diagnóstico de Santa Catarina dentro de um contexto nacional, sem considerar os raros casos de um sertão não doente:

a exceção do Estado de S. Paulo, que cuida da instrução e da saúde pública, e que por isso mesmo constitui um povo à parte na comunhão brasileira, e de certo modo o Rio Grande do Sul, tão somente pelo clima, todos os demais Estados se limitam a cuidar dessas coisas «fastidiosas» nas capitais e em algumas cidades maiores, para enganar os incautos (Penna, 1923, p. 30).

Ao analisar o sul do Planalto Meridional, onde ocorreu a Guerra do Contestado, Penna constrói um diagnóstico de uma área marcada por condições climáticas específicas. Ele descreve que a “[...] temperatura média anual de 17°, zonas de campo aberto, secas, varridas pelos ventos, batidas pelo Sol, são pouco propícias ao habitat e biologia da larva, sendo muito pequena a percentagem de portadores autóctones da ancilostomose e raros os casos graves da doença” (Penna, 1923, p. 221). Além disso, o autor acrescenta que o impaludismo, ou malária, não afetava a região devido às condições climáticas, assim como nos estados vizinhos (Penna, 1923, p. 27). Esses relatos indicam que a área interiorana era menos impactada por doenças em comparação com outras partes do Brasil, incluindo o litoral catarinense. Contudo, as doenças específicas que atingiam esse sertão não são detalhadas pelo médico. Em outras palavras, o Planalto era uma região negligenciada pelo Estado e ainda afetada por enfermidades, mas em menor grau do que em outras áreas.

O relatório mais detalhado sobre a situação do sul do Brasil, além de dados sobre Assunção, Buenos Aires e Montevidéu, foi elaborado pelos médicos Adolpho Lutz, Souza Araújo e Olímpio da Fonseca Filho, entre janeiro e março de 1918. A expedição realizada por esses pesquisadores resultou na coleta de diversas informações sobre a situação sanitária. Contudo, ao se debruçar acerca do estado catarinense, esses médicos produziram poucos registros.

Durante a estadia em Santa Catarina, os pesquisadores estiveram nas cidades de São Francisco e Itajaí, apontando que a ancilostomose era o grande mal que afligia os moradores do litoral – doença essa que era alvo de um projeto de combate, mas que ainda não tinha sido posto

em prática. Sobre o interior, estes revelam que “[...] nada conseguimos saber de positivo.” (Lutz; Araújo; Filho, 1918, p. 153) e que receberam a informação de que o bócio e o barbeiro predominavam em Lages e seu entorno, indicando um estado de prevalência dessas doenças. Contudo, baseado nas informações coletadas, eles declararam que “estamos resolvidos a fazer uma visita muito breve a essa região” (Lutz; Araújo; Filho, 1918, p. 153). Apesar de não mencionarem diretamente o conflito do Contestado, esses médicos demonstraram interesse pelo estado sanitário do Planalto, destacando a necessidade de investigá-lo.

No que diz respeito ao estado sanitário da área da Guerra do Contestado, o médico-militar Ezequiel Antunes se debruçou sobre o tema e produziu o texto intitulado *Contestado entre Paraná e Santa Catarina*. Neste livro, ele compartilha a leitura de que Santa Catarina era um estado doente e abandonado, com ênfase na região afetada pelo conflito. Desse modo, a influência sanitarista apresenta justificativa.

Sendo uma referência na medicina-militar, Ezequiel Antunes manteve também um diálogo direto com seus colegas civis, recorrendo a ideias de médicos como Afrânio Peixoto, Carlos Chagas e Juliano Moreira. Com base nessas influências, ele produziu um curso de medicina-militar, publicado posteriormente como livro, *Curso de Higiene Militar, realizado em 1927 na escola de aplicação do serviço de saúde do exército* (Antunes, 1930). Tal obra reforça o reconhecimento e a importância atribuídos aos seus colegas civis na organização e no desenvolvimento da ciência médica no campo militar. Esses três médicos se tornaram membros fundadores da Liga Pró-Saneamento do Brasil,¹¹⁸ demonstrando a proximidade de Antunes com os debates do movimento sanitarista. Além disso, durante o conflito do Contestado, o médico militar chegou a apreender três crianças envolvidas na guerra, encaminhando-as para a Faculdade de Medicina da Bahia, onde seriam submetidas a estudos científicos.¹¹⁹

Sobre sua obra *Contestado entre Paraná e Santa Catarina*, destaca-se, em particular, a correspondência recebida de Afrânio Peixoto, a qual afirma:

Meu caro Dr. Ezequiel Antunes: Venho agradecer-lhe a oferta de sua interessante conferência “o Contestado entre Paraná e Santa Catarina”, que me deu momentos agradáveis de leitura, satisfazendo-me a curiosidade sobre muitos pontos da vida broca e rude de nossa terra: é documento a conservar pelos estudiosos, Continue, Honre-me com o que publicar. Afrânio Peixoto (*apud* Antunes, 1919, p. 77).

¹¹⁸ Livro de Atas da Liga Pró-Saneamento do Brasil, 1918. Casa de Oswaldo Cruz, Arquivo Belisário Penna, Série 04.01.064, pasta 3. Ata da sessão de instalação da Liga Pró-Saneamento do Brasil; Ata da sessão de Constituição definitiva da Liga Pró-Saneamento do Brasil; e Ata da primeira sessão do diretório executivo realizada aos quatorze dias do mês de maio de 1918.

¹¹⁹ *O Estado do Pará*, Belém (PA), 13/04/1916. Em uma pesquisa feita na *Gazeta Médica da Bahia*, não foi localizada nenhuma informação acerca dessas crianças nem que fim levaram seus estudos.

A carta transmite uma sensação de proximidade, senão de intimidade, entre ambos os médicos, além de conter elogios de Afrânio Peixoto à Antunes, que destacam a importância da obra do colega para a compreensão do povo sertanejo. No entanto, o aspecto mais notável é que esse texto chegou às mãos de um dos principais médicos sanitaristas da Primeira República, evidenciando que a Guerra do Contestado era um tema conhecido por esses intelectuais. Essa mesma carta reforça a observação anterior de que Ezequiel Antunes mantinha uma relação próxima com seus colegas civis do período, lendo suas obras, sendo lido por eles e mantendo correspondência.

O que conecta sua obra diretamente ao movimento sanitarista é seu ponto de partida: os problemas de saúde do sertanejo do sul. Além disso, enfatiza a relação entre o monge e os sertanejos, destacando seu papel como curandeiro. Esse enfoque reflete uma preocupação mais ampla com o contexto sanitário e social, aproximando sua análise das reflexões médicas e higienistas do período. De acordo com o médico militar, foram as curas realizadas pelo monge que desencadearam o fanatismo, dando início à sua tradição. Ele argumenta que o descaso com o sertanejo, por consequência seu adoecimento, possibilitou que o monge se destacasse. Em sua narrativa, ele constrói um cenário onde a doença predomina:

tornava-se frequentes as feridas por armas de fogo, as facadas, golpes de ar, ‘defluxões’, doenças feias, mordeduras de cobra, maus partos, ‘as bixas’, ‘males ruins’, e até neurastenias e mandingas. Não somente o malsinado e pantanoso Norte a cronica execração do impaludismo, o beri-beri e as “feridas bravas”. Ao sul os mesmos amarelões gankilostomizados, identicos leprosos, perfeitos dietéticos, equivalentes sífilizados e análogos alcoólatras e fumistas inveterados. A mais: o tifo e a difteria. A higiene rural a organizar. Menos havia assistência pública ou rudimentar hospitalização. Nacionalmente, igual ao norte, aquele interior de Estado do sul, no descaso administrativo pela higiene (Antunes, 1918, p. 16-17).

Para Antunes, o sertanejo é um sujeito doente, desvalorizado e abandonado. A visão de um país doente, construída pelos médicos sanitaristas da Primeira República, é compartilhada pelo médico-militar, que destacava que “[...] a doença irradiava quer dardejasse o sol ou a água congelasse” (Antunes, 1918, p. 17). Agravando o cenário apresentado por Belisário Penna, o médico-militar aponta que o impaludismo não apenas estava presente no Planalto Catarinense, mas afetava gravemente a população. O frio, que segundo Penna impossibilitaria o agravamento da enfermidade, não é sequer mencionado como um fator que retardaria seu avanço. Assim como no norte, a doença era a condenação do Contestado.

Seu colega de farda, Herculano d’Assumpção (1918, p. 239), traz um episódio específico que exemplifica o impacto das doenças na vida do sertanejo. Ele relata a história de Manoel Lourenço de Andrade, um devoto dos monges João e José Maria, que carregava no

próprio corpo os sinais da sífilis avançada. Seu estado físico deteriorado tornava-se, para os militares, um símbolo do abandono sanitário da população do sertão.

O cenário descrito por Antunes (1918) evidencia, portanto, que o sertanejo carecia dos conhecimentos necessários para cuidar da própria saúde, ignorando os riscos da má alimentação, da falta de higiene, da precariedade da habitação, do manejo inadequado do solo e do consumo excessivo de álcool – fatores que, segundo o médico, contribuíam para a degeneração. O autor observa que, para essa população, “[...] o insucesso nas contendas, os negócios, o aumento nas criações, o destino da família, a saúde, a moléstia, tudo enfim parecia correr à revelia de uma intervenção cuidada, por meio ou castigo do divino” (Antunes, 1918, p. 26). Ou seja, a falta de acesso ao conhecimento científico levava os sertanejos a atribuírem suas dificuldades a causas místicas, o que, para o autor, reforçava a visão de um sertão dominado pela superstição e pela ignorância.

Além disso, Herculano d’Assumpção (1917) e Pinto Soares (1920, 1931) destacam a escassez de médicos no sertão, onde práticas de saúde baseadas no conhecimento de ervas prevaleciam. Para eles, o conhecimento científico era substituído por uma ampla variedade de remédios naturais, reconhecidos pelos caboclos. O cuidado com a saúde dependia dos recursos disponíveis na comunidade e de indivíduos com conhecimentos específicos sobre terapias naturais. Tal cenário contrastava com a medicina diplomada, considerada pelos intelectuais como a única prática legítima.

Durante a Guerra do Contestado, a falta de assistência médica foi percebida tanto pelos caboclos quanto pelos próprios soldados, conforme relatado pelo militar Vieira da Rosa (2012). Segundo um jornal, entre os caboclos:

[...] ali não existem médicos [...] No segundo combate de Taquaruçu', de acordo com a parte oficial, as forças em ação tiveram apenas dois soldados feridos e um morto, ao passo que os fanáticos perderam, entre homens, mulheres, e crianças, cinquenta e cinco pessoas e, segundo o testemunho insuspeito de oficiais, tiveram cento e cinquenta a duzentos feridos, muitos dos quais morreram por falta de assistência médica.¹²⁰

Diante dessas circunstâncias, não seria surpreendente que, ao longo do conflito, epidemias de tifo, entre outras doenças, assolassem os caboclos (Assumpção, 1917; Peixoto, 1920; Soares, 1920, 1931). Consequentemente, a falta de cuidado adequado e o contexto de guerra seriam centrais para a propagação e agravamento dos problemas de saúde, conforme descrito nas narrativas.

No entanto, Ezequiel Antunes destaca que a questão principal não era a total ausência

¹²⁰ *Diário da Tarde*, Curitiba (PR), 23/04/1914.

de médicos, mas sim a escassez deles, dispersos pela região serrana:

Morava em povoações mais confortáveis, alguns raros facultativos, que nem sempre podiam abnegadamente realizar viagens a lugares afastados, dividindo suas atividades com os enfermos locais e os chegados diariamente de pontos longínquos em procura do socorro médico. Assim, a assistência a uns importava no desamparo a outros. Tão triste situação dos que adoeciam distante, era ainda agravada pela ganância de certos profissionais que causavam com a cura nos necessitados de seus serviços, mal econômico maior obrigando a venda de vacas leiteiras, do pingo forgoso até o palmo de terra da herança dos gurus (Antunes, 1918, p. 17).

Nesse cenário, a medicina era descrita como decepcionante, e os poucos que tinham acesso a ela acabavam vendendo suas posses para serem tratados pelos profissionais de saúde. Esses poucos médicos buscavam enriquecimento, mantendo seus clientes e extorquindo-os independentemente de suas condições financeiras, o que revela o completo desinteresse pela verdadeira finalidade da profissão – que era cuidar do próximo –, afastando o sertanejo. Exemplo disso, é que quando atendiam, “[...] andava[m] as pressas, mal humorado[s], resolvendo tudo de maneira ao regresso imediato, ficando o enfermo à mercê das primeiras receitas e intervenções. Ninguém dirá o dever cumprido, nem a medicina bem professada. O obituário havia de crescer” (Antunes, 1918, p. 18).

É nesse contexto que o militar identifica a inserção e o sucesso de homeopatas e monges, vistos por ele como charlatães. Assim como Belisário Penna, o médico-militar demonstrava preocupação com a presença de terapeutas não institucionalizados no cuidado com o sertanejo. Para ele, esses terapeutas não apenas representavam a ignorância da população, mas também poderiam agravar quadros de adoecimento e morte.

Diante desse quadro de carência de cuidados,

[...] o monge João Maria, na grossa camada obscurecida enfermiça daquela zona, sem recursos médicos e com visível pobreza, valia como pessoa utilíssima. Hipócrates providente que, ao lado dos enfatuados portadores da carteirinha das doses se, realmente não curava, portanto não lhe ajudarem o engenho e a arte - ao menos completava naquelas brechas duas faces do prisma da humanitária ciência do ancião de cós: aliviar e consolar (Antunes, 1918, p. 18-19).

O sucesso do monge decorria, enfim, “[...] [d]a meritória conduta dos homens profundamente humildes [...]” (Antunes, 1918, p. 19) e de sua pregação sobre a necessidade de cuidados básicos com a saúde, incluindo a proibição do álcool, do fumo e a redução do consumo de café e chimarrão. Assim, o culto à figura do monge resultava no encontro entre a superstição e a carência de assistência médica formal. Em alguns casos, Antunes (1918) apontava que apenas a presença do monge era suficiente para que seus seguidores se sentissem curados. Embora João Maria não fosse apto a exercer a função de médico, ele se tornava a única

resposta possível para a população. O médico-militar não via o monge em si como um problema, mas considerava a crença nele uma ameaça: apesar de não realizar curas reais, João Maria era considerado pelos fiéis como um curador legítimo, o que originou o culto em torno de sua figura. Para ele, a superstição e a ausência de educação faziam com que a população acreditasse em suas palavras e recorresse a suas profecias para organizar suas vidas.

O agravante final, que mostra por que Antunes via no culto uma ameaça, foi que, após a partida do santo monge, um novo se apresentou como seu sucessor, afirmando que “[...] asseverou entender também da cura das moléstias, dizendo chamar-se José Maria Côrtes de Agostinho” (Antunes, 1918, p. 36). Logo, seria através do discurso de cura que esses monges ganharam destaque e expandiram suas influências.

Cabe destacar que, dentro da historiografia contemporânea, está consolidada a perspectiva de que a medicina diplomada não foi o único meio para tratar da saúde diante das enfermidades. Esse elemento consistiu em um discurso sócio-histórico que buscou consolidar e legitimar essa classe nacionalmente, ganhando força no século XIX. No campo dos cuidados com a saúde, diversas opções eram adotadas, entendidas como artes de curar (Figueiredo, 2002).

Desse modo, os médicos diplomados inseridos nesse contexto eram apenas uma entre várias possibilidades de resposta às enfermidades, podendo o enfermo buscar mais de uma abordagem simultaneamente (Witter; Farinatti, 2000). É nesse cenário, portanto, que a presença dos monges João e José Maria deve ser compreendida.

Contudo, a visão de Ezequiel Antunes coincide com a de um grupo de médicos sanitaristas que se destacava na Primeira República: a de uma medicina em processo de institucionalização e que precisava se estabelecer firmemente no sertão doente. Na ausência dessa medicina, além da degeneração, a ignorância representaria uma ameaça que colocava em risco a vida do sertanejo, assim como da nação.

Ao narrar o sertão no sul, Ezequiel Antunes descreve não apenas um espaço de fanatismo, mas também de doenças. É a propagação das enfermidades que permite que a figura do monge João Maria surja como um grande curandeiro capaz de oferecer soluções, o que, por sua vez, alimenta o culto à sua pessoa. Para o médico-militar, o sertanejo é retratado como alguém doente que necessita dos cuidados da ciência. É por meio dessa argumentação que o Antunes é reconhecido aqui como o militar sanitaria do Contestado.

3.4. O Sertão como Ausência

Neste capítulo, evidenciou-se que, na interpretação da Guerra do Contestado, a falta de integração do sertão foi crucial para os militares que escreveram sobre o conflito. Seria nessa lacuna que o monge João Maria encontrou espaço entre a população cabocla. Carente de educação, segurança e cuidados de saúde, a população via nas práticas de cura dos monges uma alternativa, mesmo que não fossem eficazes, pois ofereceriam a atenção de que os caboclos tanto necessitavam. Sem acesso à educação formal, seriam os discursos de João Maria que moldaram os ensinamentos, hábitos e cultura do povo. Com sua figura carismática e palavras de esperança, João Maria tornaria-se uma referência para esses indivíduos, que segundo seus algozes, careciam de líderes e orientação em um contexto tão adverso.

As raízes dos problemas no Contestado, apresentados no segundo capítulo, derivavam, na verdade, da ausência do poder público, segundo os historiadores de farda. É mediante esse cenário, por exemplo, que os imigrantes não se viam pertencentes ao Brasil. Além disso, essa situação significava não apenas a inexistência de justiça, mas também de serviços essenciais – como saúde e educação –, exacerbando ainda mais a situação da população. De acordo com os militares aqui suscitados, essa população era facilmente manipulada por criminosos e oligarcas, que tinham interesse em manter essa situação para seus próprios fins. Acrescenta-se a esse ponto as fortes críticas dos historiadores de farda direcionadas aos políticos dos estados do Paraná e Santa Catarina. Tais críticas buscavam evidenciar um questionamento ao federalismo vigente no país e ao interesse destes políticos em privilegiar seus estados em detrimento da nação.

Entretanto, esse discurso não era algo novo. A preocupação com a educação e a saúde do caboclo já circulava na sociedade brasileira na década de 1910. Essas reflexões e projetos correspondiam a um momento de propostas nacionalistas, como a Liga de Defesa Nacional e a Liga Pró-Saneamento do Brasil. Essas preocupações buscavam levar ao sertão não apenas a presença do poder público, mas também fazer com que o sertanejo compreendesse sua função para com a nação. A ideia de defesa nacional, que não se restringia à proteção das fronteiras, também visava formar cidadãos capacitados, aptos a contribuir com as necessidades de sua pátria. Dessa maneira, havia o interesse em promover o progresso através de cidadãos saudáveis e instruídos, prontos para o trabalho ou o serviço militar.

Pautado nessa interpretação, o militar Tertuliano Potiguara propunha que, ao fim do conflito, a região contestada fosse federalizada:

finalmente, encerro este modesto trabalho que só contém verdades, dizendo-vos que, na minha opinião de soldado observador, esta rica zona do Território Contestado só voltará á paz, á ordem e ao trabalho, quando o Congresso

Nacional autorizar ao Poder Executivo a apoderar-se dela fazendo-a um território como o do Acre e nomeando uma autoridade enérgica e justiceira que a faça progredir (*apud* Peixoto, 1920, p. 83).

A ideia de federalizar essa região consistia em levar as instituições do Estado para integrá-la ao contexto nacional. Setembrino de Carvalho, ao concluir sua participação na guerra, destacou que a negligência do Estado transformou o sertanejo em um pária dentro de sua própria nação. Para ele, essa realidade só mudaria com uma intervenção efetiva:

sem os lampejos da luz espargida pela instrução, que ilumina a inteligência, aclara a razão, gerando a consciência humana: isolado nas rugosidades da terra, cobertas por espessas e luxuriantes matas, onde o sol mal penetra a intermitências; insulado por altaneiros serros, que parecem embargar-lhe o passo para um destino elevado; sem o conforto de uma fé, que abrange os instintos de uma natureza selvagem, despertando o altruísmo; entregue tão somente às influências do meio bruto em que nasceu e se desenvolve, o pobre sertanejo arrastará perenemente uma existência, que contrasta com a nossa civilização... Vencidos hoje, no vale de Santa Maria, revoltar-se-hão amanhã, se uma ação benéfica e persistente dos poderes públicos não se estender até aqueles recantos do Contestado, rasgando-lhes novos horizontes, fazendo brotar aspirações generosas, inoculando-lhes os bons sentimentos humanos, incorporando-os, enfim, à sociedade civilizada. O problema não é difícil e, se no presente acarreta pesados sacrifícios de ordem material, estes serão no futuro fartamente compensados pelos fecundos resultados de toda a natureza, indubitavelmente colhidos (*apud* Peixoto, 1920, p. 95-96).

O discurso de Setembrino reflete a retórica dos historiadores de farda, que viam o Contestado como o exemplo máximo dos perigos da ausência do poder público no sertão. Os militares defendiam que a implantação de escolas, serviços de saúde e segurança pública era essencial para transformar a realidade do sertão e impor práticas tidas como as únicas civilizadas, evitando a repetição de episódios como Canudos e o próprio Contestado. Para os militares, civilizar o sertão significava garantir o controle efetivo do Estado no interior.

Entretanto, por ironia do destino, foi o mesmo Estado que, segundo os militares, se ausentou por tanto tempo, que atacou suas práticas desde o início, quando eram apenas um grupo reunido em torno do monge, tentando viver seus ensinamentos. Esse mesmo Estado, em determinado momento, não hesitou em recorrer a bombardeios, incêndios, balas e à imposição da fome como forma de violência e repreensão a esses indivíduos. Os militares que tentaram compreender o conflito também reduziram a fé no santo popular, classificando-a como fanatismo e ignorância, e defendendo que a inserção do poder público no Sertão Contestado iria eliminar toda a cultura. Assim, o Estado que deveria protegê-los acabou sendo o responsável por tentar exterminá-los.

4. Considerações Finais

"Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro." (Walter Benjamin, Tese VII Sobre o Conceito de História).

O presente trabalho teve como objetivo revisitar textos que analisaram e interpretaram o sertão do sul do Brasil por meio da Guerra do Contestado. As principais fontes utilizadas foram textos produzidos por militares, conhecidos na historiografia do Contestado como historiadores de farda, entre 1914 e 1936. Além disso, foram analisados periódicos, escritos médicos e políticos para compreender como diferentes perspectivas contribuíram para a construção das interpretações do sertão no sul, baseadas nos conceitos e debates da época, especialmente nas ideias de Euclides da Cunha em *Os Sertões*.

No processo de construção da imagem do sertão contestado, constatou-se que os autores recorriam a comparações com a região norte do país. Assim, o sul era caracterizado pela ausência de secas e pela presença de imigrantes, que passaram por um processo de adaptação aos costumes locais. Esses costumes eram fortemente influenciados por raízes indígenas devido ao isolamento geográfico vivido pelo sertanejo. No entanto, essas diferenças não impediram que os autores estudados mantivessem uma visão estereotipada sobre esses sujeitos, analisando sua cultura a partir de uma perspectiva racista.

Além disso, ao atribuírem ao indígena um papel central na formação do sertanejo, os militares buscavam explicar essa figura com base nas ideias de Euclides da Cunha. Esse autor, ao descrever o sertanejo do norte, destacava seu isolamento e argumentava que, no processo de miscigenação entre portugueses, africanos e indígenas, o último grupo acabava prevalecendo. Assim, os militares adaptaram essa lógica para o sertanejo do sul: mesmo sem uma miscigenação étnica tão intensa como a encontrada na região norte, o isolamento teria favorecido a predominância da cultura indígena.

Nesse contexto, o sertanejo do sul foi interpretado como fanático e violento, sendo resultado de suas raízes indígenas. No primeiro caso, desde a chegada de Agostini a Santa Maria, na década de 1840, já circulavam discursos sobre o suposto fanatismo religioso na região. Essas interpretações persistiram até a década de 1890, variando entre apoio e oposição à figura do monge. O conflito de 1912 a 1916 reacendeu o debate sobre a presença do monge e seu impacto no sertão. Nessa conjuntura, as ideias de Euclides da Cunha influenciaram a interpretação do sertanejo do sul, levando à atribuição de suas práticas religiosas à permanência de elementos da religiosidade indígena.

Os historiadores de farda também associaram a violência dos fiéis às práticas indígenas, alegando que o caboclo desejava ser temido, andava armado e recorria à força para resolver seus problemas, o que favorecia práticas de banditismo. Entretanto, o banditismo na Guerra do Contestado não se restringia ao sertanejo, mas era resultado da instrumentalização do movimento rebelde por oligarcas e grupos criminosos que circulavam pela região para resolver disputas locais e questões de fronteiras estaduais.

No entanto, esses apontamentos eram mais um sintoma do que a raiz do problema. Para os militares, a verdadeira questão residia no abandono do caboclo e na necessidade urgente de sua integração à nação. Por essa perspectiva, a inoperância das oligarquias, a falta de instrução pública, a precariedade da assistência à saúde e do policiamento ostensivo perpetuavam o atraso dessa região.

As críticas às oligarquias estavam fundamentadas na oposição dos militares ao federalismo, que, segundo eles, favorecia os estados em detrimento da unidade nacional. Em contrapartida, defendiam um projeto centralizador que buscava fortalecer a coesão nacional e reduzir a influência das oligarquias. Esse projeto também era defendido por médicos sanitaristas, que viam na centralização um meio de combater as endemias rurais.

A defesa da educação, longe de ser isolada, também refletia um pensamento compartilhado por intelectuais da época, que a viam como essencial para integrar sertanejos e imigrantes. Para os escritores analisados, a imagem de uma população desassistida não apenas ressaltava sua suposta incivilização, mas também reforçava sua marginalização, associando-a a doenças, violência e vulnerabilidade à manipulação política. Ademais, a ausência de políticas educacionais preocupava os militares devido à expressiva presença de imigrantes, que não se reconheciam como parte da nova pátria, mantendo vínculos com suas origens ou com a religiosidade centrada no monge. Na visão desses autores, uma integração precoce poderia ter evitado o conflito e, caso nada fosse feito, novas revoltas seriam inevitáveis.

A ausência do poder público também representava a falta de controle sobre o território brasileiro, uma preocupação central para os militares, que, a partir da Guerra do Contestado, passaram a discutir a defesa nacional no contexto da Primeira Guerra Mundial. Essa busca por controle e conhecimento do território nacional fazia parte de um projeto de imperialismo interno, cujo objetivo era proteger as fronteiras - tanto pelo contato com quase todos os países da América do Sul quanto pela presença, no sul do país, de europeus ligados a nações inimigas. Além de garantir a segurança do Brasil, o controle efetivo poderia favorecer seu desenvolvimento e civilização, promovendo uma população saudável e consciente de seus deveres com o país.

Essa preocupação conectava os escritores do Contestado a outros pensadores da Primeira República, que interpretavam o Brasil rural e propunham projetos nacionais, considerando o tema fundamental para compreender os sertões. Assim, os escritos sobre o Contestado devem ser entendidos como parte de um debate nacional sobre os desafios do país e as possíveis soluções.

A interpretação de Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, de que o sertanejo era um sujeito isolado, funcionou como um elo entre diferentes movimentos que buscavam integrar o sertão à nação. Tanto Euclides quanto os sanitaristas e os escritores do Contestado construíram imagens distintas sobre os sertões, mas com elementos em comum: as regiões eram marcadas pela religiosidade popular, vistas em contraste com o ideal de uma nação moderna, homogênea e civilizada. Essas populações revelavam um frágil senso de pertencimento nacional, agravado pela histórica inação do poder público. Nesse sentido, a leitura aqui desenvolvida compreende o movimento do Contestado como parte de um processo de nacionalização, no qual se articulam os projetos militares e o debate intelectual da Primeira República, em convergência com o movimento sanitarista e outros esforços voltados à construção da nação.

Para os escritores do Contestado, a guerra não foi um caso isolado, mas sim uma manifestação extrema de um problema que poderia se repetir em outras áreas caso o sertão não fosse integrado. Assim como no sul e em Canudos, o abandono do poder público permitia o surgimento de movimentos de resistência à “civilização”. Dessa forma, o Contestado era interpretado como um alerta para a necessidade urgente de intervenção do Estado em todo o sertão brasileiro, consolidando sua presença como instrumento de modernização, controle e integração nacional.

O estudo das interpretações sobre a Guerra do Contestado revela como a formação da imagem do Brasil republicano se baseou em práticas excludentes e violentas, tanto físicas quanto simbólicas. A brutalidade da guerra, que exterminou milhares de sertanejos, foi acompanhada por uma produção intelectual que legitimou a repressão, caracterizando esses sujeitos como atrasados. Esses relatos, fundamentados em projetos de homogeneização nacional, apagaram a pluralidade cultural da região e marginalizaram os sobreviventes e seus descendentes. Por décadas, essas populações viveram sob o peso do trauma, silenciadas por narrativas que reforçavam estereótipos.

Esta dissertação evidencia a importância de revisitar esses textos para compreender como perpetuaram desigualdades sociais e culturais. Mais de um século após a Guerra do Contestado, discursos que desqualificam o “outro” continuam sendo utilizados para justificar desigualdades e apagar vozes dissidentes. A dissertação representa um chamado à

responsabilidade ética de historiadores e pesquisadores, convidando-os a questionar narrativas conformistas que, como aponta Walter Benjamin, acabam por naturalizar a opressão. Cabe à historiografia não apenas estudar o passado, mas também contribuir para a construção de um presente mais plural, justo e equitativo.

Referências:

Fontes Bibliográficas

CUNHA, E. *Os Sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2016.

DOURADO, Â. *Os Voluntários do Martyrio: Factos e epizodios da guerra civil*. Pelotas (RS): Typografia a Vapor da Livraria Americana, 1896.

LE MOS, A. DE O.; ZELIA, Z. *A história dos fanáticos em Santa Catarina e parte da minha vida naqueles tempos - 1913/1916*. Curitiba: Ed Pe. Berthier, s.d.

PEIXOTO, D. *A Campanha do Contestado: Episódios e impressões*. Rio de Janeiro: s/ed, 1920.

ROSA, J. V. *Memórias: General Vieira da Rosa: Participação na Guerra do Contestado*. Florianópolis (SC): MPSC, 2012.

SOARES, J. O. P. *Apontamentos para a História: O Contestado*. Porto Alegre: Oficinas Graficas do Instituto de Eletro-Tecnica da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920.

SOARES, J. O. P. *Guerra em Sertões Brasileiros: Do fanatismo à solução do secular litígio entre o Paraná e Santa Catharina*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931. v. 1

SOARES, J. O. P. *As lutas do Contestado perante a História: 1914-1915*. [s.l: s.n.].

Arquivo Histórico do Exército (AHEx)

CARVALHO, F. S. *Relatório Apresentado ao General da Divisão José Caetano de Faria Ministro da Guerra Pelo General de Brigada Fernando Setembrino de Carvalho, Comandante das Forças em Operação de Guerra no Contestado*. Capital Federal (RJ): Imprensa Militar - Estado Maior do Exército, 1916.

Fundo Ezequiel Antunes. Certidão de casamento, Ezequiel Antunes de Oliveira, n.124 do Estado do Rio Grande do Norte no município de Ceará-Mirim.

Fé de Ofício Antonio Alves Cerqueira.

Arquivo Público de Santa Catarina:

RAMOS, V. *Sinopse apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Exmo. Sr. Major João de Guimarães Pinho, presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar-lhe o Governo*. SANTA CATARINA, , 20 jun. 1914.

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

ANTUNES, E. *O Contestado entre Paraná e Santa Catarina: Gênese do Fanatismo e a lenda dos Monges-Origens da rebelião, causas determinantes e seus desastres*. (Conferência Realizada no Instituto Histórico Geográfico do Pará). 2. ed. Natal: Typ. De Augusto Leite, 1919.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CAMPOS, Vanessa Gomes. *Guia arquivos pessoais e coleções IHGRGS*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul ; Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, 2013.

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

ANTUNES, E. *O Contestado Entre Paraná e Santa Catarina: Gênese do Fanatismo e a lenda do monge. Origens da rebelião, casas determinantes e seus desastres*. 1. ed. Belem (PA): Imprensa oficial do Estado, 1918.

ROSA, J. V. *Artigos sob o título Reminiscências da Campanha do Contestado, do capitão Vieira da Rosa, no jornal Terra Livre, Edições entre 2 de agosto de 1918, nº2, até 20 de novembro de 1918, nº91*. Florianópolis (SC): s/ed, 1918.

Fundação Biblioteca Nacional

ANTUNES, E. *Curso de Higiene Militar, realizado em 1927 na escola de aplicação do serviço de saúde do exército*. São Paulo: Typographia Siqueira, 1930.

ASSUMPÇÃO, H. T. D'. *Serviço Militar Obrigatório*. Belo Horizonte (MG): Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1912.

ASSUMPÇÃO, H. D'. *A Campanha do Contestado (v.1)*. Belo Horizonte (MG): Imprensa oficial do Estado, 1917.

ASSUMPÇÃO, H. T. D'. *A Campanha do Contestado (v.2)*. Belo Horizonte (MG): Imprensa oficial do Estado, 1918.

CERQUEIRA, A. *A Jornada de Taquarussú (feito guerreiro): Contribuição ao estudo da História Militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: s/ed, 1936.

SINZIG, P. *Frei Rogério Neuhaus*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1934.

Anais do Senado Imperial

BRASIL, Senado Imperial. *Annaes do Senado do Império do Brazil: anno de 1874, Livro 1*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1874.

Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz

Fundo Belisário Pena:

Série 02.01.06. Pasta 8.

Série 02 01 10. Pasta 10.

Série 04.01.064, pasta 3.

Obras da Casa de Oswaldo Cruz

LUTZ, A.; ARAÚJO, H. C. DE S.; FILHO, O. DA F. *Viagem Científica no Rio Paraná e a Assuncion com volta por Buenos Aires, Montevideu e Rio Grande*. Rio de Janeiro: [s.n.].

NEIVA, A.; PENNA, B. VIAJEM CIENTIFICA PELO NORTE DA BAHIA, SUDOESTE DE PERNAMBUCO, SUL DO PIAUHÍ E DE NORTE A SUL DE GOIAZ. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 74–224, 1916.

PENNA, B. *Saneamento do Brasil: Sanear é povoal-o é enriquecer-o; é moralizar-o*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1923.

Fontes Impressas:

A Defesa Nacional,

Ano I, 10 de abril de 1914, nº7.

Ano III, Rio de Janeiro 10/09/1916, nº36.

Ano IV, 10 de novembro de 1916, nº38.

Ano IV, dezembro de 1916, nº39.

Ano IV, Janeiro de 1917, nº4.

A Época, Florianópolis (SC), 28/09/1912; 12/10/1912.

Annaes de medicina brasiliense: jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, n 10, abril de 1849. p. 241-242.

A República, Curitiba (PR), 18/09/1897; 15/10/1912.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 23/11/1848.

Comércio de Joinville, Joinville (SC), 19/10/1912.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 27/06/1958.

Diário da Tarde, Curitiba (PR) 14/10/1912; 15/10/1912; 22/10/1912; 2/11/1912; 11/02/1914, 11/04/1914; 15/04/1914, 21/11/1914; 23/04/1914, 8/12/1914, 11/12/1914.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 25/06/1849.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ) 11/10/1916, p. 4.

Medicina-Militar

Ano I, setembro de 1914, nº3.

Ano IV, novembro de 1916, nº38.

Ano XI, abril de 1921, nº10; maio de 1921, nº11.

ano XIII, dezembro de 1922, nº 6.

O Brasil, Caxias (RS), 6 /05/1914.

O Paiz, Rio de Janeiro (RJ), 7/09/1916.

O Dia, de Florianópolis (SC) 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25 e 26/08/1914; 8, 9 e 10/2/1916.

O Estado do Pará, Belém (PA), 13/04/1916.

Região Serrana, Lages (SC), 15/08/1897.

Terra Livre, Florianópolis (SC), 01/08/1918.

Fontes digitais:

BRASIL. Constituição (1891) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 17 de set de 2024.

Bibliografia

ABREU, R. *O enigma de Os Sertões*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

AMADO, J. Região, Sertão e Nação. *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1 jul. 1995.

AURAS, M. *Guerra do Contestado: A organização da irmandade cabocla*. 5. ed. Florianópolis (SC): Editora UFSC, 2015.

AXT, G. A Revolução Federalista (1893-1895): guerra civil no Brasil. *Revista do IHGB*, v. 179, p. 106-135, 2018.

BEATTIE, P. M. *Tributo de Sangue*. 1. ed. São Paulo (SP): Edusp, 2009.

BOMENY, H. *Os intelectuais da educação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BUENO, E. *Insurgências no Pós-Contestado: O Movimento do Timbó* (Porto União-SC, 1942). 1. ed. São Paulo: Liber Ars, 2023.

BRUM, C. *Médicos Brasileiros na grande guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2021.

CABRAL, O. *João Maria: Interpretação da Campanha do Contestado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CAPELLA, L. M. C. *As Malhas de Aço no Tecido Social: A Revista “A Defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói (RJ): UFF, 1985.

CARDOSO, R. M. *A higiene militar: um estudo comparado entre o Serviço de Saúde do Exército Brasileiro e o Cuerpo de Sanidad do Exército Argentino (1888-1930)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro (RJ), 2013.

CARVALHO, J. M. *Forças Armadas e Política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.

COTRIM, L. A REVOLUÇÃO ALEMÃ DE 1848 NOS ARTIGOS DA NOVA GAZETA RENANA. *Projeto História* : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 47, 2013.

ESPIG, M. J. *Personagens do Contestado*: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1915). Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre (RS). 2008.

ESPIG, M. J. O monarquismo sertanejo. Em: RODRIGUES, R. R. et al. (Eds.). *A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim*. 1. ed. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2023.

FABIAN, J. *O tempo e o outro*: Como a Antropologia estabelece seu objeto. 1. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

FACHEL, J. F. *Monge João Maria*: Recusa dos excluídos. Porto Alegre; Florianópolis: Editora da UFRGS; UFSC, 1995.

FERBER, L. P.; DA SILVA, C. B. Educar para o “são patriotismo”: o ensino de História e a Educação Primária catarinense nas décadas de 1910-1930. *Fronteiras*: Revista Catarinense de História, n. 25, p. 103-117, 2015.

FERREIRA, L. O. O Ethos Positivista e a Institucionalização das ciências no Brasil. Em: LIMA, N. T.; SÁ, D. M. DE (Eds.). *Antropologia Brasileira*: Ciência e educação na obra de Edgar Roquette-Pinto. 1. ed. Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ): Editora UFMG, Editora FIOCRUZ, 2008.

FIGUEIREDO, B. G. *A arte de curar*: Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. 1. ed. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

HOCHMAN, G. Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitarista da Primeira República. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 5, p. 217-235, jul. 1998.

HOCHMAN, G. *A Era do Saneamento*: As bases da política de Saúde Pública no Brasil. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

KARSBURG, A. *O Eremita das Américas*: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX. 1. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014a.

KARSBURG, A. *Em busca dos monges históricos*: fontes e historiografia. *História em Revista*, v. 20, 10 dez. 2014b.

KLAJMAN, C. O periódico Medicina Militar (1910 - 1923). *Navigator*, v. 9, n. 18, p. 43-54, 2013.

KUNRATH, G. C. *Não tivemos outro jeito*: ou morríamos ou nos defendíamos, uma análise

acerca da Batalha do Irani (1912). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas (RS). 2020.

LIMA; HOCHMAN, G. Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina: o Brasil Descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. Em: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Eds.). *Raça, Ciência e Sociedade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. p. 23-40.

LIMA, N. T. *Um Sertão Chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013.

LOWY, M. *Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. 1. ed. São Paulo (SP): Boitempo, 2005.

LUDKA, V. M. A região do Contestado, a fome e a pobreza como permanência da guerra. *REVISTA NEP* (Núcleo de Estudos Paranaenses), v. 2, n. 5, p. 1-24, dez. 2016.

LUZ, A. Á. DA. *Os fanáticos: Crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. 2. ed. Florianópolis (SC): Editora UFSC, 1999.

MACHADO, P. P. *Lideranças do Contestado: A formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

MACHADO, P. P. A invasão de Curitibanos: Retrato de uma Guerra Fraterna. Em: ESPIG, M. J.; MACHADO, P. P. (Eds.). *A Guerra Santa Revisitada: Novos Estudos Sobre o Movimento do Contestado*. 1. ed. Florianópolis (SC): Ed UFSC, 2008. p. 73-92.

MACHADO, P. P. Uma Constelação de Concentrações: A Tradição de “São João Maria” e Movimentos Rurais no Sul do Brasil. Em: WEHLING, A. et al. (Eds.). *100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio*. 1. ed. Florianópolis (SC): MPSC, 2013. p. 71-87.

MACHADO, P. P. Apresentação: A Aventura e Tragédia do Contestado. Em: RODRIGUES, R. R. et al. (Eds.). *A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim*. São Paulo: Letra e Voz, 2023a.

MACHADO, P. P. A questão de terras no Contestado: diversidade de conflitos e motivações. *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, v. 13, p. 608-626, 13 dez. 2023b.

MACHADO, P. P.; RODRIGUES, R. R. “É verdade esse bileti”: fake news no Contestado. Em: RODRIGUES, R. R. et al. (Eds.). *A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim*. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2023. p. 439-449.

MAIA, J. M. E. *A terra como invenção: espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

MAIA, J. M. E. *Estado, Território e imaginação espacial: O caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MATHIESON, L. C. Educação na Primeira República: alfabetização e cultura escolar na *Revista de Ensino (1902-1910)*. *História da Educação*, v. 17, p. 177-194, dez. 2013.

- MCCANN, F. D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MELLO, M. T. V. B. DE. *A República Consentida*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.
- MONTEIRO, D. T. *Os Errantes do Novo Século: Um estudo sobre o surto milenarista do contestado*. São Paulo (SP): Edusp, 2011.
- MONTEIRO, V. J. DA R. *Do exército de sombras ao soldado-cidadão: saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista nação armada (1939-1947)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.
- NASCIMENTO, D. DO. Nacionalização do ensino catarinense na Primeira República (1911-1920). *Revista Brasileira de História de Educação*, v. 9, n. 3, p. 123-143, 2009.
- OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo (SP): Editora Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, L. L. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 5, p. 195-215, jul. 1998.
- OLIVEIRA, M. F. DE. *A trincheira discursiva: escritos políticos de Ângelo Dourado em livros e na imprensa rio-grandina na formação do Rio Grande do Sul republicano (1893-1905): usos e possibilidades para a pesquisa e o ensino de história no ensino superior*. Dissertação (Mestrado Profissional em História) - Rio Grande (RS): Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2014.
- QUEIROZ, M. I. P. DE. O movimento messiânico do Contestado. *Revista brasileira de estudos políticos*, n. 9, p. 118-139, 1960.
- QUEIROZ, M. V. *Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado, 1912-1916*. 3. ed. São Paulo (SP): Ática, 1981.
- RADIN, J. C.; CORAZZA, G. Questão de Palmas. Em: *Dicionário histórico-social do Oeste catarinense* [online]. Chapecó (SC): Editora UFFS, 2018. p. 135-137.
- RODRIGUES, R. R. *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- RODRIGUES, R. R. Degolas e mandingas no Contestado. Em: GONÇALVES, J. (Ed.). *História Pública e História Conectada*. 1. ed. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2023. p. 69-88.
- RODRIGUES, R. R. et al. (EDS.). *A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim*. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2023.
- ROSSI, E. R. A educação escolar primária na Primeira República (1889-1929). *Série-Estudos*,

v. 22, n. 45, p. 159-171, 2017.

SÁ, D. M. DE; SÁ, M. R.; LIMA, N. T. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, p. 779-810, set. 2008.

SANTOS, R. V. A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século xx: Os sertões e a medicina- antropologia do Museu Nacional. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 5, p. 237-253, jul. 1998.

SCHWARCZ, L. M.; BOTELHO, A. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 11-16, 2011.

SENA, C. S. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiania: Editora UFG, 2013.

SOUZA, A. A. DE. Um viajante no Brasil Joanino. Auguste de Saint-Hilaire, o Caminho das Tropas, o mato e o campo, e os índios do Planalto Meridional. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 15, n. 35, p. 137-165, 2014.

SOUZA, V. S. DE. *Em Busca do Brasil*: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935). 1. ed. Rio de Janeiro: FGV editora e Editora Fiocruz, 2017.

TROUILLOR, M.-R. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. 1. ed. Curitiba (PR): Huya, 2016.

VALENTINI, D. *Da Cidade Santa a Corte Celeste*: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado. 2. ed. Caçador (SC): Universidade do Contestado, 2000.

VANALI, A. C. Negociação ou conflito? Um deputado federal em terras contestadas. Em: *A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim*. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

WITTER, N. A.; FARINATTI, L. A. E. *Curandeirismo no século XIX*: as escolhas do povo. Educação, p. 33-42, 2000.

VIEIRA, Tamara Rangel. *Médicos do Sertão*: ciência, saúde e doenças em Goiás 1947-1960. Rio de Janeiro (RJ): Editora FIOCRUZ, 2022.

Anexos: Imagens dos historiadores de farda

Figura 7: Demerval Peixoto.



Fonte: BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Antigos comandantes. 2º Batalhão de Infantaria Motorizado, 2025. Disponível em: <https://www.2bimtz.eb.mil.br/index.php/antigos-comandantes>. Acesso em 03 set. 2024.

Figura 8: Ezequiel Antunes.



Fonte: Estado do Pará, Belém (PA), 13/04/1916.

Figura 9: Herculano d'Assumpção.



Fonte: BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Antigos comandantes. 10º Batalhão de Infantaria Leve de Montanha, 2025. Disponível em: <https://10bilmth.eb.mil.br/index.php/antigos-comandantes>. Acesso em: 3 de set 2024.

Figura 10: Octaviano Pinto Soares (À direita, 1932).



Fonte: Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), Acervo Pessoal J. Otaviano Pinto Soares.

Figura 11: Vieira da Rosa.



Fonte: SANTA CATARINA. Arquivo Público. José Vieira da Rosa (1869-1957). Acervo Arquivo Público de Santa Catarina, 2025. Disponível em: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/index.php/jose-vieira-da-rosa-1869-1957>. Acesso em 16 jan. 2025.